



Número do Processo

002326/2019

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

**ASSUNTO**

ASSINATURA DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW

**INTERESSADOS**

SEBIM - SEÇÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA ELEITORAL

**PROCESSOS ANEXADOS**



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

**COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 3/2019 DATA: 11/02/2019**

ORIGEM:	SEÇÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA ELEITORAL – SEBIM		
	Escola Judiciária Eleitoral		
DESTINO:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SAD		
Classificação Arquivística:	066.3		
Fase Corrente: até aprovação das contas	Fase Intermediária: 5 anos a contar da data de aprovação das contas	Destinação Final: <i>Eliminação</i>	

Senhor Secretário,

Encaminho, para análise, termo de referência e proposta da Editora Revista dos Tribunais, com o objetivo de adquirir, por meio de assinatura, a Biblioteca Digital Proview de Livros.

A presente ação específica e estratégica é de interesse deste Tribunal e do Poder Judiciário, beneficiando todos os magistrados e servidores em efetivo exercício na Justiça Eleitoral Cearense e, em especial, os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado, contribuindo com a facilitação e realização de pesquisas e estudos, sem a necessidade de deslocamentos.

A plataforma/biblioteca digital permitirá:

1. Acesso ilimitado, até o limite de 100 acessos simultâneos, via Intranet, com possibilidade de acesso pela Internet, pelos servidores e magistrados da Capital e do Interior do Estado;
2. Acervo inicial com mais de 950 obras da Editora Revista dos Tribunais e FiscoSoft
3. Acesso a todas as publicações relacionadas ao NOVO CPC (Códigos Comentados, além das demais doutrinas) e também à Reforma Trabalhista
4. Atualização mensal da Biblioteca, com lançamento de novos títulos e novas edições;
5. Acesso pelo período de doze meses às obras disponibilizadas pela editora Revista dos Tribunais, dentro da vigência do contrato;
6. Ferramenta de busca rápida e inteligente, por autor, título etc.;
7. Possibilidade de acesso por dispositivos móveis (celular, *tablet*, *smartphone*, etc.);
8. Possibilidade de realizar pesquisas dentro da Biblioteca e dentro de cada obra;
9. Possibilidade de fazer anotações personalizadas, destaques e marcações em qualquer obra disponível;
10. Possibilidade de impressão do conteúdo em formato PDF, conforme autorização do autor.

Podemos acrescentar também outras vantagens a este Tribunal, como:

- a) Economia e otimização de tempo;
- b) Economia de espaço físico;
- c) Eliminação da problemática da distância, no caso dos magistrados e servidores dos Cartórios Eleitorais;
- d) Facilitação de acesso ao conhecimento;
- e) Acervo atualizado automaticamente à medida da publicação de novas edições;
- f) Funcionamento 24 h da plataforma/biblioteca;
- g) Desburocratização do controle de em

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 11/02/2019 17:38:09  
Por: JEAN CARVALHO BARBOSA e outro



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**

previamente cadastrados, registrados e autorizados a utilizar os serviços sem necessidade de efetuar empréstimo junto à Biblioteca;

- h) Superação de barreiras geográficas e redução de custos com transportes;
- i) Melhoria imediata da prática profissional;
- j) Grande flexibilidade em relação ao horário e ao local de estudos; e
- k) Estímulo individualizado e contínuo à aprendizagem.

A maior vantagem dessa assinatura é permitir aos servidores e magistrados do Tribunal o acesso simultâneo, do seu local de trabalho (capital ou interior), eliminando-se a barreira física e a distância, a conteúdo doutrinário de excelência, como são reconhecidamente as publicações da editora Revista dos Tribunais.

Outra grande vantagem é o custo de aquisição. Por esse valor, teremos acesso a aproximadamente 950 títulos editados pela Revista dos Tribunais, valor bem inferior ao custo físico, se fôssemos adquirir, por exemplo, vários exemplares de uma mesma obra para subsidiar as atividades dos cartórios eleitorais.

Para exemplo de comparação, caso o Tribunal adquirisse 1 exemplar da publicação Código de Processo Civil Comentado - 17ª Edição, de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, para cada uma das 109 Zonas Eleitorais do estado, o investimento total seria da ordem de R\$ 49.268,00, ultrapassando o valor da assinatura proposta.

Esse serviço, oferecido pela editora Revista dos Tribunais, já foi contratado por diversos órgãos públicos, dentre os quais se destacam o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, o Conselho da Justiça Federal, entre outros.

Diante do exposto solicito as devidas providências para proceder a assinatura em comento.

Atenciosamente,

**Jean Carvalho Barbosa**  
Chefe da SEBIM

De acordo.

**Agueda Odete Gurgel de Lima**  
Coordenadora da EJE



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019120/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2019 17:38:09</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>AGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA</b> <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2019 14:48:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.





## 1 OBJETO

1.1 Assinatura anual da Biblioteca Digital Proview, para atender à Justiça Eleitoral do Ceará.

## 2 JUSTIFICATIVA



2.1 A Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral – SEBIM do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará tem como objetivo prioritário possibilitar aos seus usuários o acesso a informações atualizadas e diversificadas, proporcionando-lhes os meios e condições necessárias à consecução deste objetivo.

2.2 A Justiça Eleitoral do Ceará vem se utilizando do planejamento estratégico, onde se encontram estabelecidas novas estratégias visando a melhoria do seu desempenho institucional, de modo a oferecer respostas cada vez mais adequadas às demandas apresentadas pela sociedade.

2.3 As bibliotecas digitais se apresentam como um meio de preservar, armazenar, organizar, recuperar e disseminar informações eletrônicas e/ou digitais para todos os tipos de clientela, de forma completa, rápida e democrática. O acesso democrático a documentos em ambiente virtual, estimula o aprendizado, o contato com outras culturas e o compartilhamento do conhecimento. Neste caso, a Biblioteca Digital Proview proporcionará à Justiça Eleitoral informações que possibilitarão diretamente a continuidade de estudos e pesquisas em todos os níveis, que podem ser acessados de forma rápida e fácil, permitindo aos Magistrados e Servidores o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao alcance dos objetivos institucionais.

2.4 Assim, obedecendo ao princípio básico da Lei 8.666/93, propõe-se, através de procedimento licitatório compatível, a assinatura da Biblioteca Digital Proview.

## 3 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Assinatura da **Biblioteca Digital Proview**, nos termos da Proposta apresentada pela editora.

## 4 DOS CUSTOS

4.1 A Assinatura da referida biblioteca digital custará aos cofres públicos a quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

## 5 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1 Uma vez decidida a contratação, o TRE/CE comprometer-se-á:

a) efetuar o pagamento, de acordo com o preço e condições estipulados na proposta de preços da Contratada;

b) promover, através de seu representante (gestor), o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando, em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;

c) proporcionar à Contratada as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

d) notificar, por escrito, a Contratada sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;

e) comunicar, no ato da liquidação da despesa, através da Seção de Contabilidade, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União, Estado ou Município, as



características e os valores pagos à Contratada, segundo o disposto no artigo 63 da Lei nº 4.320/64.

## 6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

### 6.1 A CONTRATADA deverá:

- a) Disponibilizar via intranet, com possibilidade de acesso externo via internet, de forma ilimitada, com até 100 usuários simultâneos, o conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas ao dia;
- b) Assegurar o cumprimento dos serviços;
- c) Arcar com as despesas com transportes, estadas, alimentação e acomodações, quando se fizer necessário deslocamento de pessoal;
- d) Fornecer todas as obras durante a vigência do contrato;
- e) Supervisionar a qualidade dos serviços;
- f) Fornecer informações aos usuários sempre que solicitadas;
- g) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE, atendendo, de imediato, às reclamações;
- h) Levar, imediatamente, ao conhecimento da fiscalização qualquer fato que impeça ou dificulte a perfeita execução do objeto contratado para adoção das medidas cabíveis;
- i) Proceder, quando notificada, à correção de imperfeições, falhas ou irregularidades eventualmente constatadas na execução dos serviços ora contratados, desde que devidamente comprovadas, sem qualquer ônus para o TRE;
- j) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme determina a Lei específica;
- k) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do Contrato;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE;
- m) Assumir inteira responsabilidade pelo seu pessoal, que não terá nenhum vínculo empregatício com o TRE;
- n) Responder diretamente pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

## 7 DO PAGAMENTO

**7.1** Após verificado que o serviço encontra-se de acordo com as exigências contidas neste Termo de Referência, o CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal, de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho NE, por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da CONTRATADA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, exceto para os pagamentos decorrentes de despesas até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) que serão efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

**7.2** As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL deverão apresentar, junto com a nota fiscal/fatura, a declaração prevista no art. 4.º da Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012, assinada por seu(s) representante(s) legal(is), em duas vias.

**7.3** Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.



**7.4** O CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o material e serviço fornecidos não estejam de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

**7.5** Estima-se o valor de recursos contidos na Proposta Orçamentária na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

## **8 SANÇÕES**

**8.1** A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, no Decreto n.º 5.450/2005 e suas alterações e na Lei n.º 10.520/2002, a ser aplicada pela autoridade competente do TRE, conforme a gravidade do caso, assegurado o direito a ampla defesa, sem prejuízo do ressarcimento dos danos ou prejuízos porventura causados à Administração e das cabíveis cominações penais.

**8.2** O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, garantida a ampla e prévia defesa em processo administrativo:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por dia, limitada ao percentual máximo de 2% (dois por cento), por atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega previstos neste Termo de Referência;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do contrato, em caso de descumprimento parcial das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, em caso de descumprimento total das obrigações dispostas neste Termo de Referência;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/CE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- f) impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, nos termos do art. 7.º desta Lei;
- g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 87, IV, da Lei n.º 8.666/1993.

**8.3** Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE/CE, a licitante ficará isenta das penalidades mencionadas.

**8.4** As sanções estabelecidas nos itens 8.2.a, 8.2.e, 8.2.f e 8.2.g poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente àquelas previstas no item 8.2.c e 8.2.d, descontando-as dos pagamentos a serem efetuados.

**8.5** Os atos administrativos de rescisão contratual e de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União.

**8.6** Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

**8.7** Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada até a data de vencimento prevista para pagamento da Guia de Recolhimento da União, o mesmo será automaticamente descontado da nota fiscal que vier a fazer jus.

**8.8** Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido ou a diferença ainda não paga será objeto de inscrição na Dívida Ativa da União e cobrado com base na Lei n.º 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Ceará

**ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO CEARÁ**  
**SEÇÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA ELEITORAL**

**TERMO DE REFERÊNCIA – ASSINATURA DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW**

**9 VIGÊNCIA**

**9.1** Este Contrato terá vigência por doze meses, com termo inicial a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

**10 DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

**10.1** Será designado como fiscal e gestor deste procedimento o Chefe da Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral e, nos seus impedimentos, o substituto legal.

Fortaleza, 11 de fevereiro de 2019.

**Jean Carvalho Barbosa**  
Chefe da SEBIM

De acordo.

**Agueda Odete Gurgel de Lima**  
Coordenadora da EJE

*private:stream*

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**  
Em: 11/02/2019 17:53:41  
Por: JEAN CARVALHO BARBOSA e outro

**TRE**



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019143/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2019 17:53:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>AGUEDA ODETE GURGEL DE LIMA</b> <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2019 14:48:45</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

# BIBLIOTECA DIGITAL ProView™

O MELHOR CONTEÚDO AO SEU ALCANCE!



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Ceará

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS

# O que é ProView™?

ProView™ é um aplicativo que permite armazenamento, leitura e consulta de obras da Thomson Reuters em formato eletrônico.



Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS

# ProView™ não é apenas um ebook

ProView™ é muito mais do que apenas um PDF ou ePub.



É um e-Book inteligente!

Uma plataforma que reúne conteúdo de qualidade para você que não tem tempo a perder!

Pode ser acessado por meio de tablet (iPad e Android) ou computador (via browser ou software para Windows e Mac) de forma sincronizada.





# ProView™ em números



A biblioteca digital Thomson Reuters ProView™ é a aplicação **líder global** no mercado de livro eletrônico profissional



Presente em **mais de 12 países**, com planos de expansão para muitos mais em um curto período de tempo



**Mais de 1.000.000 usuários**, entre os quais os maiores escritórios de advocacia e universidades do mundo

# Editoras

As Editoras que utilizam o Thomson Reuters ProView™ são:

- Revista dos Tribunais (Brasil)
- FiscoSoft (Brasil)
- Aranzadi (Espanha)
- Cívitas (Espanha)
- Lex Nova (Espanha)
- Abeledo Perrot (Argentina)
- La Ley Argentina (Argentina)
- Dofiscal Editores (México)
- Legal Publishing (Chile)
- Estudio Caballero Bustamante (Peru)
- Carswell (Canadá)
- Éditions Yvon Blais (Canadá)
- Sweet & Maxwell (Inglaterra)
- West (EUA)
- Anz (Austrália)



Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS

# Funcionalidades ProView™



## TRANSFIRA ANOTAÇÕES PARA UMA NOVA EDIÇÃO

Transfira todas as suas  
anotações e marcadores  
de maneira automática  
com a função  
“Importar Anotações”



## USE O TESAURO PARA BUSCAR INFORMAÇÕES

Neste tipo de busca, ao  
começar a escrever um termo,  
irão aparecer diversas palavras  
do índice Tesauro relacionadas  
ao termo pesquisado



## LINKS NO SUMÁRIO

Sumário com links diretos para  
o conteúdo abordado

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

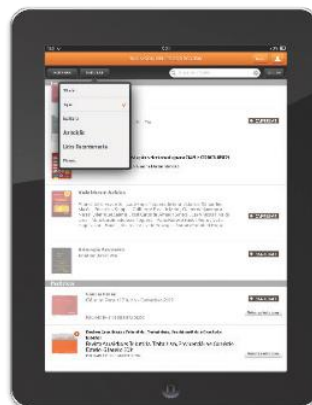
THOMSON REUTERS

# Funcionalidades ProView™



## SELECIONE & DESTAQUE TEXTOS

Faça anotações e escolha entre uma variedade de cores para organizar suas notas e destaques



## ORDENAR

Ordene sua biblioteca por: Título (ordem alfabética), Editora, País, Assunto (por área do Direito), Categoria (personalizada pelo próprio usuário)



## HISTÓRICO DE NAVEGAÇÃO

Acompanhe as páginas navegadas

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS

# Funcionalidades ProView™



## CONFIGURAÇÕES & PREFERÊNCIAS

Escolha a aparência dos seus livros no ProView mudando a fonte do texto, tamanho do texto, espaçamento de linhas e o esquema de cores



## PESQUISA EM SUA BIBLIOTECA

Pesquise em todos seus e-books e obtenha resultados com os nomes dos livros onde os termos foram encontrados, e o número de vezes que eles aparecem em cada livro



## MARCADORES DE PÁGINA

Crie um marcador de página no livro tocando no ícone de Marcador de Página situado no canto superior direito da página

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS

# Descrição do produto



Livros jurídicos do catálogo da Editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft em formato digital



Acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização e-Reader Proview™



Disponíveis para acesso via navegador



Acesso por meio do link:  
[www.proview.thomsonreuters.com](http://www.proview.thomsonreuters.com)

# Informações complementares

## Características da **Biblioteca Digital ProView™**:

- ✓ Acervo inicial com mais de 950 obras da Editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft
- ✓ Acesso integral à todas as obras
- ✓ Acesso à todas as publicações relacionadas ao NOVO CPC (Códigos Comentados, além das demais doutrinas) e também à Reforma Trabalhista
- ✓ Atualização mensal da Biblioteca, com lançamento de novos títulos e novas edições
- ✓ Possibilidade de realizar pesquisas dentro da Biblioteca e dentro de cada obra
- ✓ Possibilidade de fazer anotações personalizadas, destaques e marcações em qualquer obra disponível, e também impressão do conteúdo em formato PDF\*

## Modo de acesso:

- ✓ Liberado através da *Intranet* do Órgão, com possibilidade de acesso externo através da Internet

## Prazo para liberação do acesso ao produto:

- ✓ 72 horas após o recebimento do contrato assinado e/ou emissão da Nota de Empenho

\* De acordo com o contrato de cada autor com a Editora

# Investimento

## ASSINATURA DE LIVROS ELETRÔNICOS

### Tipo: BIBLIOTECA COMPLETA

Quantidade de Livros	Biblioteca Completa*
Valor Total	R\$ 30.000,00

\*Todos os livros disponibilizados no catálogo da Editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições durante todo o período do contrato

#### OBSERVAÇÕES:

- ✓ Acesso liberado para até **100** usuários simultâneos
- ✓ Vigência da assinatura: **12 meses** a partir da liberação do acesso ao produto

#### FORMA DE PAGAMENTO:

Nota de Empenho

#### DADOS BANCÁRIOS:

Banco do Brasil | Ag.: 3324-3 | Conta Corrente: 33992-X  
Editora Revista dos Tribunais Ltda | CNPJ 60.501.293/0001-12 | Rua do Bosque, 820 – Barra Funda, São Paulo/SP

#### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIAS:

Thomson Reuters Brasil - Ed. Francisco Lopes  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04548-000

**PROPOSTA VÁLIDA**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 11/02/2019 17:57:52  
Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS



# ANEXO I – Condições Técnicas: Biblioteca Digital ProView™

## 1. Produtos e Conteúdos

- 1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento pela CONTRATADA ao CONTRATANTE de conteúdos editoriais jurídicos selecionados (“Conteúdos”) da Editora Revista dos Tribunais (RT) e da FiscoSoft.
- 1.2. O Conteúdo é constituído por livros eletrônicos publicados pela RT e pela FiscoSoft.
- 1.3. O CONTRATANTE declara que conhece os Conteúdos e cada Produto da CONTRATADA que adquiriu quanto ao seu formato, conteúdo e características.
- 1.4. A CONTRATADA será a única responsável por apontar as obras que farão parte da Biblioteca Digital Proview. Caso o CONTRATANTE queira ter acesso a uma obra que não faz parte da Biblioteca Digital Proview, deverá adquiri-la em separado, através de pedido em apartado, conforme condições previstas no item “Da Contratação One Shot”, abaixo. Em hipótese alguma, as obras que fazem parte do acervo da Biblioteca Digital Proview poderão ser substituídas por outras, que não sejam as pré-definidas pela CONTRATADA. A CONTRATADA detém ainda o direito de bloquear o acesso a certos Conteúdos temporária ou permanentemente, a seu exclusivo critério.
- 1.5. O CONTRATANTE declara-se ciente de que a CONTRATADA não garante a renovação de idêntico Conteúdo, cabendo à CONTRATADA apontar as obras que farão parte da Biblioteca Digital Proview por ocasião da renovação ou extensão do período contratado.
- 1.6. Para fins deste Contrato, será considerado Produto o acesso por meio eletrônico, não exclusivo e intransferível, ao Conteúdo publicado pela CONTRATADA.
- 1.7. A compra de publicações impressas (“Livros”) será objeto de pedido separado, sem qualquer relação ou submissão aos termos do presente Contrato.

## 2. Da Contratação One Shot

- 2.1. Caso o CONTRATANTE queira adquirir obras que não façam parte da lista disponibilizada pela CONTRATADA na Biblioteca Digital Proview, poderá fazê-lo através da modalidade One Shot, que constitui na aquisição de livros em pedidos em separado, onde o CONTRATANTE terá acesso a um código para acesso a versão eletrônica do livro adquirido, através da Plataforma Proview.
- 2.2. Os livros adquiridos na modalidade One Shot, poderão ser acompanhados da versão física do livro, conforme o caso, sendo certo que será informado esta condição no ato de compra pelo CONTRATANTE.
- 2.3. Fica estabelecido entre as Partes que para aquisição One Shot, o Conteúdo contratado ficará disponível no servidor da CONTRATADA pelo prazo de 10 anos, decorrido esse período ou caso haja antecipação do prazo, a CONTRATADA enviará ao CONTRATANTE um aviso com a antecedência razoável para comunicar essa descontinuação do acesso, sendo que, a CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE que efetivamente tenha efetuado o pagamento dos respectivos valores pela aquisição, o Produto descontinuado em meio eletrônico para que o CONTRATANTE possa armazenar o Produto em sua base, e a CONTRATADA não terá nenhuma outra obrigação de fornecer suporte ao Acesso, Produto e/ou Serviço.

## 3. “Upgrades” e “Add Ons”

- 3.1. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, realizar atualizações (Upgrades) dos Conteúdos ao(s) Produto(s), disponibilizando-as gratuitamente ao CONTRATANTE.
- 3.2. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, adicionar novos Conteúdos, facilidades e funcionalidades (“Add Ons”) aos Produtos. A CONTRATADA oferecerá os Add Ons ao CONTRATANTE, informando as novas condições comerciais. Os créditos proporcionais referentes a este Contrato a favor do CONTRATANTE serão considerados e utilizados na compra dos Produtos com os Add Ons.

## 4. Configuração e Requisitos Mínimos

- 4.1. O CONTRATANTE declara ter ciência da configuração mínima dos microcomputadores para a utilização dos e acesso aos Produtos on-line: Processador com “clock” mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM mínima de 1GB; Monitor com resolução de 1024x 768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozilla Firefox 3.6 ou superior, Internet Explorer 8.0 ou superior, Safari 5 e Chrome 12; acesso a Internet (banda larga).

## 5. Uso do Produto

- 5.1. Os Conteúdos dos Produtos online estarão armazenados em servidores da CONTRATADA ou por ela contratados e não serão transferidos para reprodução, armazenamento ou cópia permanente pelo CONTRATANTE.
- 5.2. A CONTRATADA, ao vender o Produto, e o CONTRATANTE, ao comprá-lo, pactuam que o CONTRATANTE deverá se utilizar do Conteúdo do Produto apenas para o uso interno e curso normal de seus negócios como destinatário final. A utilização do Produto e respectivos Conteúdos da CONTRATADA em todos os seus formatos é concedida para uso pessoal e não comercial, sendo apenas licenciado ao CONTRATANTE (e aos usuários vinculados ao CONTRATANTE).
- 5.3. Exceto se previsto em contrário, o uso dos Conteúdos CONTRATADA inclui o direito de: (i) leitura; (ii) exibir em telas, monitores ou projetores de uso interno do CONTRATANTE; (iii) citar ou extrair excertos com a apropriada remissão e créditos, colando em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares produzidos pelo CONTRATANTE no uso regular de suas atividades profissionais e (iv) criar impressões para distribuição e circulação interna.

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

# ANEXO I – Condições Técnicas: Biblioteca Digital ProView™

## 6. Restrição de Uso dos Conteúdos

6.1. O acesso ao conteúdo concedido pela CONTRATADA está sujeito à proteção em conformidade com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis. Dessa forma, o CONTRATANTE não usará nenhum Conteúdo e não o distribuirá a terceiros de maneira contrária ou na violação de leis, regulamentos ou regras federal, estadual ou local, podendo a CONTRATADA bloquear o acesso a certos Conteúdos temporária ou permanentemente.

6.2. Ao acessar os Conteúdos, o CONTRATANTE reconhece que, de tempos em tempos, a CONTRATADA e seus colaboradores podem solicitar ao CONTRATANTE a identificação da permissão de uso.

6.3. O CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA sobre qualquer mau uso e/ou uso abusivo de Conteúdos que ele tiver conhecimento.

6.4. O CONTRATANTE não poderá transferir, ceder, autorizar ou emprestar os Produtos adquiridos.

6.5. O CONTRATANTE obriga-se, ao utilizar-se de acesso ao Produto pela internet, a: (i) não realizar engenharia reversa, descompilar, desagregar ou de qualquer forma interferir, modificar, copiar ou visualizar códigos fontes de softwares próprios ou de terceiros utilizados pela CONTRATADA como plataforma de suporte de seu Produto ou reproduzir partes ou todo de códigos ou linguagens de programação (ii) utilizar os Produtos online que tiver acesso com a quantidade de terminais e usuários previstos neste Contrato; (iii) não copiar o programa de computador associado aos Conteúdos online; (iv) não remover os avisos de direitos autorais ou de propriedade intelectual e os códigos de segurança ou proteção contra a cópia, replicação ou duplicação; (v) tomar todas as providências necessárias para evitar que seus prepostos ou terceiros venham a copiar ou reproduzir indevidamente softwares ou conteúdos e (vi) abster-se de utilizar meios eletrônicos para extração dos Conteúdos, como por exemplo a utilização de ferramentas de software de acesso, busca ou pesquisa automática para a cópia de Conteúdos. Essas obrigações não se exaurem com o término do prazo de vigência deste Contrato.

## 7. Proteção da Senha de Acesso

7.1. Caso o acesso seja por IP, o endereço de IP informado pelo CONTRATANTE será considerado como o principal ponto de acesso aos Produtos online pelo CONTRATANTE e seus usuários vinculados ao CONTRATANTE.

7.2. Caso seja disponibilizada no Produto a opção de criar login e senha pelo CONTRATANTE, será possível a seus usuários acessar os Produtos vinculados a esse Contrato através de computadores domésticos, laptops ou outros aparelhos sem fio.

7.3. O CONTRATANTE e seus usuários estão cientes e concordam que por motivos de segurança, caso sejam criados login e senha para acesso ao Produto, a CONTRATADA poderá, a cada período de 06 (seis) meses limpar os logins e senhas criados.

7.4. O CONTRATANTE também é responsável por todo o acesso aos Conteúdos da CONTRATADA realizado pelos funcionários, prepostos e/ou representantes do CONTRATANTE e/ou pelas senhas de acesso, mesmo que o CONTRATANTE autorize ou não tal acesso e/ou uso, sendo vedado o compartilhamento das senhas de acesso aos Produtos da CONTRATADA que tenham sido emitidas para uso exclusivo do CONTRATANTE e seus usuários.

7.5. O CONTRATANTE se compromete a: comunicar a CONTRATADA sobre qualquer uso não autorizado de login e/ou senha que venha a ter conhecimento; não realizar cópias, backups, reproduções dos conteúdos da CONTRATADA; fazer o procedimento de finalização da utilização on-line (logoff) ao final da utilização do Produto online, podendo a CONTRATADA fazer o logoff após permanência com o acesso aberto e inativo por tempo, a critério exclusivo da CONTRATADA; não permitir que o Produto online seja utilizado por terceiros, vedada a cessão, sublicença, autorização, fornecimento ou disponibilização do seu login, senha ou permissões de acesso.

## 8. Condições de Acesso

8.1. O acesso e posse do CONTRATANTE ao Produto são condicionados ao: (i) pagamento das Compras; (ii) acesso ao Produto por meio de endereço eletrônico (URL) definido pela CONTRATADA; (iii) contínuo respeito pelo CONTRATANTE e seus usuários aos termos deste Contrato, em especial aos direitos autorais e propriedades intelectuais dos Conteúdos; (iv) utilização de conexão à Internet através de provedor de acesso contratado pelo CONTRATANTE, com velocidade e banda compatíveis com o volume de conteúdo acessado e (v) utilização de software de navegação (Browser) na Internet do próprio CONTRATANTE.

8.2. O acesso do CONTRATANTE ao Produto será feito por identificação do número de IP (Internet Protocol), permitindo acesso simultâneo a vários usuários do CONTRATANTE. O CONTRATANTE deverá fornecer a lista de IP's para a CONTRATADA. Os IP's deverão ser IP's fixos, não podendo o CONTRATANTE fornecer IP's dinâmicos. O acesso será feito somente nas dependências físicas do CONTRATANTE. Para acessos fora das dependências do CONTRATANTE, deverá disponibilizar recursos para os usuários como VPN ou Acesso via Proxy Reverso, como fornecida pelo CONTRATANTE.

## 9. Disposições Gerais

9.1. A Responsabilidade Civil da CONTRATADA será limitada a um patamar máximo pré-determinado equivalente à soma dos valores pagos durante os últimos 12 (doze) meses de vigência deste Contrato.

9.2. As Partes e cada um de seus agentes, empregados e subcontratados que trabalham diretamente no Contrato também se obrigam a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis, especialmente a Lei brasileira nº 12.846/2013.

9.3. As partes declaram e garantem mutuamente que exercem suas atividades em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e não estão sujeitas a sanções administrativas, civis ou criminais decorrentes de atos ilícitos.

9.4. Qualquer Intimação/notificação com a intensão de aplicação de penalidade, aviso de descumprimento ou qualquer outro ato de natureza jurídica deverá ser enviado para o Departamento Jurídico da CONTRATADA no endereço: A/C Departamento Jurídico - Avenida Cardoso

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA



Emissão da Proposta: 05/12/2018

Atualização da Proposta: 25/01/2019

Roberto Abreu

Sales Strategic Academic & Government

Thomson Reuters – Legal

Revista dos Tribunais

the answer company

Mobile : +55 51 9 9654 - 1213

Phone : +55 51 3362 - 8641

[roberto.abreu@thomsonreuters.com](mailto:roberto.abreu@thomsonreuters.com)

<https://thomsonreuters.com.br>



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Ceará

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE

THOMSON REUTERS

# CERTIDÃO

A

## DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

**A ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL SÃO PAULO** associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo à solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**, com sede à Rua do Bosque, 820 – CEP: 01136-000 – Barra Funda - SP, inscrita no **CNPJ** sob o nº **60.501.293/0001-12**, é a **única distribuidora e revendedora com exclusividade no Brasil, dos produtos da empresa THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES, discriminados abaixo.**

**NOME DO PRODUTO:** ProView Thomson Reuters – Biblioteca Digital Proview

**DESCRIÇÃO RESUMIDA:** Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda a biblioteca com tema livre e com termos indexados, recursos de exportação trecho dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo de multiusuários. A **THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES** publica mais de 460 obras atuais nos selos editoriais Revistas Dos Tribunais e FiscoSoft.

**NÚMERO DO INPI:** 831103108

São Paulo, 22 de outubro de 2018.

Presidente

Vice – Presidente

*Documento assinado digitalmente*

Verificação no site: <http://www.documentoeletronico.com.br/validar-documentos.asp>, através do Código de Acesso (Passcode) constante no PROTOCOLO DE ASSINATURA(S) DIGITAL (IS.)

**DCL. 426/2018**

A Presente Certidão é válida por 180 (cento e oitenta) dias em todo território Nacional.

☎ 55 (11) 3064-0003

✉ [assespro@assespro-sp.org.br](mailto:assespro@assespro-sp.org.br)

📍 Rua Apeninos, 429, Cj. 1013  
Aclimação – Cep: 01533-000 – São Paulo/SP

Associação das Empresas Brasileiras de

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 17:57:52

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

## PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 23/10/2018

### Dados do Documento

Tipo de Documento	Certidão de Exclusividade**
Referência	DCL 426/2018
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	22/10/2018
Validade	22/10/2018 até 20/04/2019
Hash Code do Documento	A34053A911BE092567B632E4A05996BBB1BD7D2593608A6BF83DF8F6E2AAF62A

### Assinaturas / Aprovações / Aceites

<b>Papel (parte)</b>	Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
<b>Relacionamento</b>	49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
<b>Eduardo Alexandre Nistal</b>	142.512.098-93
<b>Ação:</b>	Assinado em 22/10/2018 17:47:56 com o certificado ICP-Brasil Serial - 42D1D4BAC0DF1FFC <b>IP:</b> 191.209.43.217
<b>Info. Navegador:</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko

<b>Papel (parte)</b>	Vice Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
<b>Relacionamento</b>	49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
<b>Ricardo José Theil</b>	043.668.758-53
<b>Ação:</b>	Assinado em 22/10/2018 09:06:22 com o certificado ICP-Brasil Serial - 6FB021EC13F3B134 <b>IP:</b> 200.158.222.218
<b>Info. Navegador:</b>	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 12_0_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/12.0 Mobile/15E148 Safari/604.1

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **HRW35-3OKQC-2WOSE-HLZUB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 13Jul18 NUMERO: 2018NE001013 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 040001/00001 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
CNPJ : 00531640/0001-28 FONE: 32173000, 32173160, 32173127  
ENDERECO : PRACA DOS TRES PODERES, STF,ANEXO I, SALA 203  
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70175-000

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ENDERECO : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA  
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

ASSINATURA DA BASE JURÍDICA THOMSON REUTERS BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW.

CLASS : 1 10101 02061056563595664 084435 0100000000 339039 040007  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: 01 PROCESSO: 004831/18 CT033/2018  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF /  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART25/01 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 30.000,00

TRINTA MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	30.000,00
			VALOR DO SEQ. :	30.000,00

ASSINATURA DA BASE JURÍDICA THOMSON REUTERS BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW.

CONDIÇÕES E PENALIDADES CONFORME TERMO DE REFERENCIA 0634438.

AUTORIZAÇÃO GDG 0649142.

T O T A L : 30.000,00

-----  
ARMANDO AKIO SANTOS DOI  
ORDENADOR

-----  
MARCO AURELIO MELO DA SILVA  
GESTOR FINANCEIRO

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 17Out18 NUMERO: 2018NE802861 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 290002/00001 - DPU-SECRETARIA DE EXECUÇÃO ORÇAM. FINANCEIRA  
CNPJ : 00375114/0001-16 FONE: 61 3318 1600 / 61 3318 0236 / 61 3318 0235  
ENDERECO : SAU/NORTE QUADRA 05 LOTE C  
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70040-250

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ENDERECO : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA  
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

EMPENHO PARA ATENDER DESPESA COM RENOVAÇÃO DA ASSINATURA DA BIBLIOTECA DIGITAL  
PROVIEW (E-BOOKS), DA EDITORA THOMSON REUTERS. CONFORME SDO CCOP 2622786 E FO  
LHA DE CÁLCULO CCOP 2644794. SEI 08038.006571/2018-70. PROC ORIGEM: 2018IN000

CLASS : 1 29101 03422212927250001 109736 01000000000 339039 290509 F2725STJ039

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 01 PROCESSO: 08038006571201870

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: DF /

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/01 LEI8666/93

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 30.855,00

TRINTA MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO



N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSAO : 17Out18 NUMERO: 2018NE802861 PROCESSO: 08038006571201870  
EMITENTE : 290002/00001 - DPU-SECRETARIA DE EXECUÇÃO ORÇAM. FINANCEIRA  
CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	30.855,00
			VALOR DO SEQ. :	30.855,00

ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIODICOS  
000004243

Acesso a livros jurídicos do catálogo da Editora Revista dos Tribunais e Fisc  
o soft em formato digital, acesso via navegador, link: <http://proview.thomsonreuters.com> . Desta forma, esse instrumental dotará todas as unidades da DPU de  
um material de qualidade técnica, e que facilita as pesquisas tanto na doutri  
na quanto na jurisprudência e legislação para qualquer trabalho jurídico a ser  
desenvolvido no âmbito da DPU. Tais como: Acessos simultâneos, Conteúdo dispo  
nibilizado via intranet, Seguro contra mudanças: atualização automática do liv  
ro a cada nova edição, no decorrer da assinatura, Atualização permanente do co  
nteúdo durante a assinatura, Consulta múltipla de livros, Criação de acervo pe  
rsonalizada para cada usuário, acesso individualizado às notas, marcações e de  
mais funcionalidades de personalização e-Reader Proview.

T O T A L : 30.855,00



-----  
PALOMA N. COTRIM LEIVA  
ORDENADOR



-----  
MELICEGENES R. ROSA  
GESTOR FINANCEIRO



SERVICO PUBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 09Jul18 NUMERO: 2018NE000689 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA

EMITENTE : 070027/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS

CNPJ : 05789902/0001-72 FONE: (063)3233-9755

ENDERECO : 202 NORTE, AV. TEOTONIO SEGURADO, CONJ. 01, LOTES 1 E 2, PL. NORTE

MUNICIPIO : 9733 - PALMAS UF: TO CEP: 77006-214

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

ENDERECO : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA

MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

AQUIÇÃO DA ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL DE LIVROS, PARA COMPOREM  
O ACERVO DE PERIÓDICOS DIGITAIS DESTE TRIBUNAL.

CLASS: 1 14126 02122057020GP0017 084812 0100000000 339039 070115 AOSA ASSINA

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 00030908620186278000

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: TO / 9733

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL: 32.587,42

TRINTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E DOIS\*\*\*\*\*  
CENTAVOS\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 32.587,42

VALOR DO SEQ.: 32.587,42

AQUIÇÃO DA ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL DE LIVROS, PARA COMPOREM  
O ACERVO DE PERIÓDICOS DIGITAIS DESTE TRIBUNAL.

TOTAL: 32.587,42

TEODOMIRO F. AMORIM GIZELSON MONTEIRO MOURA

ORDENADOR GESTOR FINANCEIRO



Documento assinado eletronicamente por **TEODOMIRO FERNANDES AMORIM**, Secretário de **Administração e Orçamento**, em 10/07/2018, às 15:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **0908521** e o código CRC **B14280FB**.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 11/02/2019 17:57:52  
Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE







## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019151/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2019 17:57:52</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

VOCÊ ESTÁ AQUI: INÍCIO » BUSCA

# Resultado da busca



60501293000112

**0 resultados encontrados para 60501293000112****FILTROS APLICADOS**

Utilize as categorias abaixo para refinar o resultado da busca

☐ Despesas☐ Documentos☐ Viagens☐ Receitas públicas☐ Servidores☐ Imóveis Funcionais☒ Sanções☐ Benefícios☐ Órgãos / entidades☐ Pessoas físicas e jurídicas☐ Estados e municípios☐ Conteúdo Portal☐ Rede de Transparência☐ Relatórios de auditoria**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 11/02/2019 18:12:18

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (11/02/2019 às 19:00) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 60.501.293/0001-12.**

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 5C61.E280.7741.5848

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 60501293/0001-12

**Razão Social:** EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

**Endereço:** R DO BOSQUE 820 / BARRA FUNDA / SAO PAULO / SP / 1136-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/02/2019 a 09/03/2019

**Certificação Número:** 2019020801454491579628

Informação obtida em 11/02/2019, às 19:05:50.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 18:12:18

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**  
**CNPJ: 60.501.293/0001-12**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:58:15 do dia 11/02/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/08/2019.

Código de controle da certidão: **B280.60D3.CAD0.19D5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

### **CERTIDÃO NEGATIVA**

#### **DE**

### **LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**

CPF/CNPJ: **60.501.293/0001-12**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 19:06:30 do dia 11/02/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA>

Código de controle da certidão: 7GG2110219190630

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 60.501.293/0001-12

Certidão nº: 167610231/2019

Expedição: 11/02/2019, às 19:02:23

Validade: 09/08/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.501.293/0001-12**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## Informações de Chancela Digital

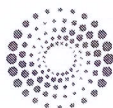
---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019179/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2019 18:12:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



## DECLARAÇÃO

Declaramos que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, para efeito do disposto no inciso V, do artigo 27 e inciso XXXIII, do artigo 78 da Lei 8.666, de 21.06.1993.

São Paulo, 26 de junho de 2018.

Pablo Leo Peduzzi

CPF: 237.908.238-30

Maria Paula Pina  
Gerente Sênior de Vendas

Nome: Maria Paula Pina  
CPF: 238.472.008-28

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.  
60.501.293/0001-12.



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019185/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2019 18:15:10</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

	Área Direito GCMS	Área Direito Comercial	Título	Autores	Edição Proview	Edição Print	Ano Publicação	Mês	Edição	Editora
Constituinte	Constituinte	Constituinte	25 anos do código de defesa do consumidor	Coord. Bruno Miragem, Claudia Lima Marques e Amanda Fátima	1ª	1ª	2016	Abril	Título	RT
	Constitucional	Teoria Geral	A democracia através dos direitos e constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político	Luigi Ferrajoli	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processual	Processo Penal + Processo Civil	Processo Penal + Processo Civil	A duração razoável do processo	André Luiz Nicolletti	1ª	2ª	2014	Agosto	Título	RT
	Tributário	Tributário	A empresa importadora	Maurício Goffette de Paula	1ª	1ª	2014	Outubro	Título	FiscoSoft
Processual+Civil	Processo Civil	Processo Civil	A estabilização da tutela antecipada	Federico Augusto Gomes, Teresa Arruda Alvim, Eduardo Talamini	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	A ética das precedentes justificativa do novo CPC	Luiz Guilherme Marini	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	A ética das precedentes justificativa do novo CPC	Luiz Guilherme Marini	2ª	2ª	2016	Abril	Edição	RT
	Família e Sucessões	Civil	A família e a questão patrimonial	Mariam Maia	1ª	3ª	2015	Junho	Título	RT
Penal	Penal	Penal	A imputação objetiva no direito penal	Günther Jakobs	1ª	5ª	2014	Junho	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	A inafectividade da coisa julgada diante da decisão de inconstitucionalidade	Luiz Guilherme Marini	2ª	4ª	2016	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	A jurisprendência uniforme e os precedentes no novo código de processo civil brasileiro	Claudia Aparecida Cimaridi	1ª	1ª	2015	Setembro	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	A finalidade processual na prestação jurisdicional: em busca de um modelo de juiz leal	Coord. Teresa Arruda Alvim e Eduardo Talamini Autor: Márcio Cav	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
Penal	Penal	Penal	A lei Maria da Penha na justiça e efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar co	Maria Berenice Dias	1ª	3ª	2013	Maio	Título	RT
	Fundamentos do Direito	Teoria Geral	A luta pelo direito	Rudolf Von Ihering, José Cretella Júnior e Agnes Cretella	1ª	7ª	2013	Outubro	Título	RT
Fundamentos do Direito	Fundamentos do Direito	Teoria Geral	A luta pelo direito	Rudolf Von Ihering, José Cretella Júnior e Agnes Cretella	2ª	8ª	2014	Junho	Edição	RT
	Penal	Penal	A motivação das decisões penais	Antonio Magalhães Gomes Filho	1ª	2ª	2013	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	A nova aplicação da jurisprudência e precedentes no CPC/2015	Diele Nunes, Aluisio Mendes, Fernando Gonaga Jayme	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT
	Processual+Civil	Processo Civil	A nova dimensão da coisa julgada	Ricardo Alexandre da Silva	1ª	1ª	2019	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	A prova do novo de causalidade na responsabilidade civil	Artur Thompson Carpes	1ª	1ª	2016	Julho	Título	RT
	Penal	Penal	A racionalidade da lei penal	José Luis Diez Ripollés	1ª	2ª	2016	Setembro	Título	RT
Fundamentos do Direito + Filosofia	Fundamentos do Direito + Filosofia	Teoria Geral	A rebelião da toga	José Renato Nalin	1ª	3ª	2015	Outubro	Título	RT
	Civil	Civil	A reparação nos acidentes de trânsito	Arnaldo Rizzardo	1ª	13ª	2014	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	A responsabilidade patrimonial no novo sistema processual civil	Thiago Ferreira Siqueira	1ª	1ª	2016	Setembro	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	A tutela coletiva de interesses individuais para além da proteção dos interesses individuais homogêneos	Sérgio Cruz Arenhart	1ª	2ª	2015	Janeiro	Título	RT
Códex Trabalho	Códex Trabalho	Códex Trabalho	A vida criada mais	Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
	Consumidor	Consumidor	A vulnerabilidade dos consumidores no comércio eletrônico reconstrução da confiança na atualização do códig	Rodrigo edelweide do Canto	1ª	1ª	2015	Março	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Consumidor	Abuso do direito ilícito objetivo e limite ao exercício de prerrogativas jurídicas no direito privado	Bruno Miragem	1ª	2ª	2012	Novembro	Título	RT
	Processual + Civil	Civil	Ação civil pública após 30 anos	Elis Milare	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural dos consumidores lei 7347/1985 e legisla	Rodolfo de Camargo Mancuso	1ª	13ª	2014	Junho	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Ação civil pública em defesa do meio ambiente, patrimônio cultural dos consumidores lei 7347/1985 e legisla	Rodolfo de Camargo Mancuso	2ª	14ª	2016	Agosto	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Ação popular	Rodolfo de Camargo Mancuso	1ª	8ª	2015	Junho	Título	RT
	Processual+Civil	Processo Civil	Ação rescisória	Luiz Guilherme Marini e Daniel Midderer	1ª	1ª	2017	Junho	Título	RT
Processual+Civil	Processo Civil	Processo Civil	Ação rescisória e querrela nullitatis	Teresa Arruda Alvim e Maria Lucia Lins Conceição	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Ações coletivas	Rodolfo de Camargo Mancuso	1ª	2ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Ações coletivas e meios de resolução coletiva de conflitos no direito comparado e nacional	Aluisio Gonçalves de Castro Mendes	1ª	4ª	2014	Setembro	Título	RT
	Civil	Digital	Advocacia digital	Patricia Peck e Henrique Rocha	1ª	1ª	2018	Setembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Administrativo	Agências reguladoras no direito brasileiro teoria e prática	Fernando Quadros da Silva, Luis Alberto Gurgel de Faria, Néilton	1ª	1ª	2014	Maio	Título	RT
	Família e Sucessões	Família e Sucessões	Alimentos - Direito Ação Eficácia Execução	Maria Berenice Dias	2ª	2ª	2017	Junho	Edição	RT
Família e Sucessões + Processual	Família e Sucessões + Processual	Família e Sucessões + Processual	Alimentos aos boqueis	Maria Berenice Dias	1ª	1ª	2014	Junho	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Alterações do novo CPC - O que mudou?	Guilherme Rizzo Amarel	3ª	3ª	2018	Maio	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Antecipação da tutela	Luiz Guilherme Marini	1ª	12ª	2012	Junho	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Antecipação da tutela - Da tutela cautelar à técnica antecipatória	Daniel Midderer	1ª	1ª	2013	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Antecipação da tutela - Da tutela cautelar à técnica antecipatória	Daniel Midderer	2ª	2ª	2014	Abril	Edição	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Antecipação da tutela - Da tutela cautelar à técnica antecipatória	Daniel Midderer	3ª	3ª	2017	Abril	Edição	RT
Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Teoria Geral	Aplicação do direito e contexto social	Plauto Facaco de Azevedo	1ª	3ª	2014	Junho	Título	RT
	Arbitragem	Arbitragem + Difusos e Coletivos	Arbitragem coletiva	Ana Luiza Nery	1ª	1ª	2016	Novembro	Título	RT
Arbitragem + Empresarial	Arbitragem + Empresarial	Arbitragem + Empresarial	Arbitragem societária	Diego Franzoni	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	RT
	Arbitragem + Tributário	Arbitragem + Tributário	Arbitragem tributária - Desafios institucionais brasileiros e a experiência portuguesa	Thaiane Piscitelli, Andréa Mascotto, Priscila Faricelli de Mendon	1ª	1ª	2018	Junho	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Trabalho	Armadilha da reforma trabalhista para o empregado	Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
	Imobiliário + Registral	Imobiliário + Processos Civil	Arrematação no registro de imóveis continuidade do registro e natureza da aquisição	João Modesto Passos	2ª	2ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	As cortes supremas diante da prova	Simone Trento	1ª	1ª	2018	Abril	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	As funções da eficiência no processo civil brasileiro	Marco Félix Jobim	1ª	1ª	2018	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Aspectos políticos dos recursos civis e assuntos afins	Coord. Nelson Nery Jr e Teresa Arruda Alvim	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Aspectos políticos dos recursos civis e assuntos afins - Vol 14	Nelson Nery Jr, Teresa Arruda Alvim e Pedro Miranda de Oliveira	1ª	1ª	2018	Junho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Empresarial	Associações sem fins econômicos	Rodrigo Xavier Leonardo	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
	Administrativo	Administrativo	Não administrativo	Regis Fernandes de Oliveira	1ª	6ª	2014	Outubro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Administrativo	Não administrativo e interesse público gestão pública, controle judicial e consequencialismo administrativo	Phillip Gil França	2ª	2ª	2014	Maio	Título	RT
	Administrativo	Administrativo	Não administrativo e interesse público gestão pública, controle judicial e consequencialismo administrativo	Phillip Gil França	3ª	3ª	2016	Novembro	Edição	RT
Constitucional + Penal	Constitucional + Penal	Constitucional + Penal	Audiências públicas	Eduardo Fortunato Bim	1ª	1ª	2014	Agosto	Título	RT
	Constitucional + Penal	Constitucional + Penal	Bem jurídico penal e constituição	Luiz Régis Prado	1ª	6ª	2013	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Bem jurídico penal e constituição	Luiz Régis Prado	2ª	7ª	2015	Janeiro	Edição	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Breves comentários ao novo CPC	Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie didler Junior, Eduardo Tala	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Breves comentários ao novo CPC	Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie didler Junior, Eduardo Tala	2ª	2ª	2016	Maio	Edição	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Breves comentários ao novo CPC	Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie didler Junior, Eduardo Tala	3ª	3ª	2016	Agosto	Edição	RT
Civil	Civil	Civil	Caderno especial RT - A regulação da criptografia no direito brasileiro	DANILO DONEGA	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
	Internacional	Internacional	Caderno especial RT - Cooperação jurídica internacional	Organizadora: Fabricio Berti Pasquet Polido	1ª	1ª	2018	Fevereiro	Título	RT
Comercial + Civil	Comercial + Civil	Comercial + Civil	Carta Responsabilidade civil concorrencial	Bruno Oliveira Maggi	1ª	1ª	2018	Setembro	Título	RT
	Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Cláusulas abusivas nas relações de consumo	Coord. Cretella Júnior e Agnes Cretella	1ª	1ª	2018	Junho	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Consumidor	Cláusulas abusivas nas relações de consumo	Cristiano Heinicke Schmitt	1ª	4ª	2014	Agosto	Título	RT
	Trabalho	Trabalho	CLT comentada	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	1ª	2016	Setembro	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Trabalho	CLT comentada	Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	1ª	1ª	2017	Março	Título	RT
	Trabalho	Trabalho	CLT comentada	Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	2ª	2ª	2018	Janeiro	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Trabalho	CLT comentada	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2018	Novembro	Edição	RT
	Trabalho	Trabalho	CLT comentada doutrina jurisprudência	Luciano Viveiros	1ª	7ª	2013	Agosto	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Trabalho	CLT comentada doutrina jurisprudência	Luciano Viveiros	1ª	8ª	2015	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Trabalho	CLT comparada urgente	Theressa Nahas, Leone Pereira e Rafael Mizlana	1ª	1ª	2017	Setembro	Título	RT
	Trabalho	Trabalho	CLT comparada urgente	Theressa Nahas, Leone Pereira e Rafael Mizlana	2ª	2ª	2018	Fevereiro	Edição	RT
Processual + Civil	Civil	Civil	Código civil comentado	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	2ª	12ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
	Processual + Civil	Civil	Código civil comentado	José Miguel Garcia Medina e Fábio Caldas de Araújo	1ª	2ª	2018	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Código civil comentado	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	11ª	2014	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Código de processo civil comentado	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	2ª	16ª	2016	Maio	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Código de processo civil comentado	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	3ª	17ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Código de processo civil comentado	Luiz Guilherme Marini, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midder	4ª	4ª	2016	Março	Edição	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Código de processo civil comentado	José Sebastião Fagundes Cunha, Antonio Cesar Bochenek, Eduar	1ª	1ª	2015	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Código de processo civil comentado artigo por artigo	Luiz Guilherme Marini, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midder	1ª	5ª	2013	Agosto	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Código de processo civil comentado e legislação extravagante	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	13ª	2013	Junho	Título	RT
Processual + Penal	Processo Penal	Processo Penal	Código de processo penal comentado	Antônio Magalhães Gomes Filho, Alberto Zacarias Toron e Gusta	1ª	1ª	2018	Abril	Título	RT
	Penal + Militar	Penal	Código penal militar comentado	Enio Luiz Rossetto	1ª	2ª	2015	Janeiro	Título	RT
Tributário	Tributário	Tributário	Código tributário nacional	Coord. Vladimir Passos Freitas	1ª	7ª	2017	Junho	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Cognição do juiz na execução civil	Heltor Vitor Mendonça Sica	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Cognição sumária, cognição exaustiva e coisa julgada	José Aquilino de Araújo	1ª	1ª	2017	Junho	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Cosa julgada	Rennan Thamy	1ª	1ª	2018	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Cosa julgada	Jordi Nêva	1ª	1ª	2016	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Cosa julgada e inconstitucional	Paulo Mendes de Oliveira	1ª	1ª	2015	Maio	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Cosa julgada inconstitucional	Luiz Guilherme Marini	1ª	3ª	2013	Setembro	Título	RT
Processual + Penal	Processo Penal	Processo Penal	Colaboração no processo civil pressupostos sociais, legais e éticos	Colat Midderer	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	RT
	Processual+Penal	Processo Penal	Colaboração Premiada	Coord. Pierpaolo Cruz Bottini, Maria Theressa Rocha de Assis Mo	1ª	1ª	2017	Janeiro	Título	RT
Processual+Penal	Processo Penal	Processo Penal	Colaboração premiada no processo penal	Vinicius Gomes de Vasconcelos	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
	Processual+Penal	Processo Penal	Colaboração premiada no processo penal	Vinicius Vasconcelos	2ª	2ª	2018	Julho	Edição	RT
Tributário	Tributário	Tributário	Coletção curso de tributos indiretos - ICMS - Vol. 1	Adolpho Bergamini	1ª	2ª	2013	Novembro	Título	FiscoSoft
	Tributário	Tributário	Coletção curso de tributos indiretos - ICMS - Vol. 3	Adolpho Bergamini	1ª	3ª	2015	Agosto	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	Tributário	Coletção curso de tributos indiretos - ISS Vol. 3	Adolpho Bergamini	1ª	3ª	2017	Maio	Título	RT
	Tributário	Tributário	Coletção curso de tributos indiretos - PIS e COFINS - Vol. 2	Adolpho Bergamini	1ª	3ª	2016	Maio	Título	FiscoSoft
Civil+Empresarial+Internacional	Civil+Empresarial+Internacional	Civil+Empresarial+Internacional	Comentários à convenção das nações unidas sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias	Coord. Ingeborg Schwane, Eduardo Grebler, Vera Fradera e Cel	1ª	1ª	2014	Março	Título	RT
	Administrativo+Penal	Penal	Comentários à lei 12.846/2013 - lei anticorrupção	José Anacleto Abduh Santos, Mateus Bertoni e Ubirajara Co	1ª	1ª	2014	Junho	Edição	RT
Administrativo+Penal	Penal	Penal	Comentários à lei 12.846/2013 - lei anticorrupção	Sidney Bittencourt	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
	Administrativo+Penal	Penal	Comentários à lei anticorrupção lei 12.846/2013	Sidney Bittencourt	2ª	2ª	2015	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Processo Civil	Comentários à Lei de ação civil pública	Egon Bockmann Moreira, Andreia Cristina Bagatin, Sergio Cruz A	1ª	1ª	2016	Outubro	Título	RT
	Empresarial	Empresarial	Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas	Fábio Ulhoa Coelho	1ª	11ª	2016	Fevereiro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Empresarial	Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas	Fábio Ulhoa Coelho	2ª	12ª	2017	Agosto	Edição	RT
	Empresarial	Empresarial	Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas	Fábio Ulhoa Coelho	3ª	13ª	2018	Março	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Administrativo	Comentários à lei de improbidade administrativa Lei 8.429 de 02 de junho de 1992	Fernando J Gajardoni, Luana P F Cruz, Luis Otávio S Cqueira, L	1ª	3ª	2014	Setembro	Título	RT
	Administrativo	Administrativo	Comentários à lei de licitação e contratos administrativos lei 8.666/1993	Marçal Justen Filho	1ª	16ª	2014	Março	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Administrativo	Comentários à lei de licitação e contratos administrativos lei 8.666/1993	Marçal Justen Filho	2ª	17ª	2016	Agosto	Título	RT
	Processual + Civil	Processo Civil	Comentários à lei do mandato de segurança Lei 12.016 de 07 de agosto de 2009	Luiz Manoel Gomes Junior, Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz, Lu	1ª	1ª	2015	Fevereiro	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Trabalho	Comentários à reforma trabalhista	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	1ª	2017	Setembro	Edição	RT
	Trabalho	Trabalho	Comentários à reforma trabalhista	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Dezembro	Edição	RT</

Civil	Civil	Conceitos médico-legais para indenização do dano corporal	Primo Alfredo Brandimiller	1ª	1ª	2018	Abril	Título	RT
Civil + Penal	Civil + Penal	Conflito de bens Uma medida penal, com efeitos civis contra a corrupção sistêmica	Solon Cicero Linhares	1ª	1ª	2016	Outubro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Considerações sobre a lei anticorrupção das pessoas jurídicas lei 12846 de 2013	Modesto Carvalho	1ª	1ª	2014	Dezembro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Constituição federal comentada	José Miguel Garcia Medina	1ª	3ª	2014	Março	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Constituição federal comentada e legislação constitucional	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	5ª	2014	Junho	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Constituição federal comentada e legislação constitucional	Nelson Nery Jr e Rosa Maria de Andrade Nery	2ª	6ª	2017	Março	Edição	RT
General	General	Contraponto jurídico	Organização: Editora RT	1ª	1ª	2018	Outubro	Título	RT
Civil	Civil	Contrato de seguro de vida	Adilson José Campoy	1ª	1ª	2014	Fevereiro	Título	RT
Civil	Civil	Contrato de transporte	Bruno Miragem	1ª	1ª	2014	Fevereiro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Contratos built to suit	Alexandre Junqueira Gomide	1ª	1ª	2017	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Contratos civis	Ralpho Waldo de Barros Monteiro Filho	1ª	1ª	2017	Novembro	Título	RT
Civil + Consumidor	Civil + Consumidor	Contratos de crédito bancário	Arnaldo Rizzardo	1ª	11ª	2014	Maio	Edição	RT
Civil + Consumidor	Civil + Consumidor	Contratos de crédito bancário	Arnaldo Rizzardo	1ª	10ª	2013	Setembro	Título	RT
Civil + Consumidor	Civil + Consumidor	Contratos e procedimentos bancários a luz do código de defesa do consumidor	Andreas Carlos Elleg	1ª	3ª	2014	Dezembro	Título	RT
Civil + Consumidor	Civil + Consumidor	Contratos na sociedade de consumo	André Perlin Schmidt Neto	1ª	1ª	2015	Novembro	Título	RT
Civil + Consumidor	Civil + Consumidor	Contratos no código de defesa do consumidor	Claudia Lima Marques	1ª	7ª	2014	Setembro	Título	RT
Civil + Consumidor	Civil + Consumidor	Contratos no código de defesa do consumidor	Claudia Lima Marques	2ª	8ª	2016	Maio	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Controle da atividade do árbitro	Lucas Brito Meças	1ª	1ª	2015	Dezembro	Título	RT
Processual+Penal	Processo Penal	Constituição entre acusação e sentença	Constituição entre acusação e sentença	4ª	4ª	2019	Janerio	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Corrupção e improbidade administrativa	Aloisio Zimmer Jr	1ª	1ª	2018	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Cortes superiores e cortes supremas	Daniel Midliero	1ª	2ª	2014	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Cortes superiores e cortes supremas	Daniel Midliero	2ª	3ª	2017	Janerio	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	CPC código de processo civil COMENTADO	José Miguel Garcia Medina	1ª	2ª	2013	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	CPC em FOCUS	Coord. Teresa Arruda Alvim	2ª	2ª	2018	Novembro	Edição	RT
Empresarial + Penal	Empresarial + Penal	Crime empresarial, autossuperação e compliance	Claudia Cristina Barriari	1ª	1ª	2018	Julho	Título	RT
Administrativo + Penal	Administrativo + Penal	Crimes contra a administração pública	Luciano Anderson de Souza	1ª	1ª	2018	Agosto	Título	RT
Tributário + Penal	Tributário + Penal	Crimes contra a ordem tributária	Rui Stoco e Tatiane de Oliveira Stoco	1ª	1ª	2016	Maio	Título	RT
Financeiro e Econômico + Penal	Financeiro + Penal	Crimes contra o sistema financeiro	Rui Stoco e Tatiane de Oliveira Stoco	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
Penal	Penal	Crimes culturalmente motivados - Ideologias e modelos penais	Cristina de Maglie	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT
Penal	Penal	Criminologia clínica e psicologia criminal	Alvino Augusto de Sá	2ª	5ª	2016	Novembro	Edição	RT
Penal	Penal	Criminologia clínica e psicologia criminal	Alvino Augusto de Sá	1ª	4ª	2014	Outubro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Crise dos poderes da república - judiciário, legislativo e executivo	Coord. George Salomão Leite, Lenio Streck e Nelson Nery Jr	1ª	1ª	2017	Junho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso avançado de direito comercial	Marcelo M. Bertoldi e Marcia Carla Pereira Ribeiro	1ª	8ª	2014	Março	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso avançado de direito comercial	Marcelo M. Bertoldi e Marcia Carla Pereira Ribeiro	2ª	9ª	2015	Março	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso avançado de direito comercial	Marcelo M. Bertoldi e Marcia Carla Pereira Ribeiro	3ª	10ª	2016	Agosto	Edição	RT
Previdenciário	Previdenciário	Curso básico de previdência complementar	Adacir Reis	1ª	1ª	2014	Janerio	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Curso básico de previdência complementar	Adacir Reis	2ª	2ª	2017	Julho	Edição	RT
Previdenciário	Previdenciário	Curso básico de previdência complementar	Adacir Reis	3ª	3ª	2018	Julho	Edição	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem	Guilherme Serageli e Daniel Levy	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem mediação conciliação resolução CNI 125/2010	Francisco José Cahali	1ª	2ª	2012	Agosto	Título	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem mediação conciliação resolução CNI 125/2010	Francisco José Cahali	2ª	3ª	2013	Agosto	Edição	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem mediação conciliação resolução CNI 125/2010	Francisco José Cahali	3ª	4ª	2014	Agosto	Edição	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem mediação conciliação resolução CNI 125/2010	Francisco José Cahali	4ª	5ª	2015	Agosto	Edição	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem mediação conciliação resolução CNI 125/2010	Francisco José Cahali	5ª	6ª	2017	Agosto	Edição	RT
Arbitragem	Arbitragem	Curso de arbitragem mediação conciliação resolução CNI 125/2010	Francisco José Cahali	6ª	7ª	2018	Abril	Edição	RT
Penal	Penal	Curso de criminologia	Luiz Régis Prado e Alfonso Serrano Mallo	1ª	2ª	2014	Março	Título	RT
Penal	Penal	Curso de criminologia	Alfonso Serrano Mallo e Luiz Régis Prado	2ª	3ª	2016	Agosto	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	1ª	9ª	2013	Fevereiro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	2ª	10ª	2014	Abril	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	3ª	11ª	2015	Fevereiro	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	4ª	12ª	2016	Março	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Curso de direito administrativo	Marçal Justen Filho	5ª	13ª	2018	Fevereiro	Edição	RT
Civil	Civil	Curso de direito agrário	Arnaldo Rizzardo	1ª	1ª	2013	Outubro	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito agrário	Arnaldo Rizzardo	2ª	2ª	2014	Outubro	Edição	RT
Civil	Civil	Curso de direito agrário	Arnaldo Rizzardo	3ª	3ª	2015	Setembro	Edição	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil contratos em espécie	Daniel Eduardo Carnacchioni	1ª	1ª	2015	Março	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil direitos reais	Daniel Eduardo Carnacchioni	1ª	1ª	2014	Abril	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil parte geral	Daniel Eduardo Carnacchioni	1ª	4ª	2013	Outubro	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil volume 1	Fábio Uliha Coelho	1ª	8ª	2016	Janerio	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil volume 2	Fábio Uliha Coelho	1ª	7ª	2016	Janerio	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil volume 3	Fábio Uliha Coelho	1ª	8ª	2016	Janerio	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil volume 4	Fábio Uliha Coelho	1ª	7ª	2016	Janerio	Título	RT
Civil	Civil	Curso de direito civil volume 5	Fábio Uliha Coelho	1ª	8ª	2016	Janerio	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 1	Fábio Uliha Coelho	1ª	20ª	2016	Janerio	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 1	Fábio Uliha Coelho	2ª	21ª	2017	Agosto	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 1	Fábio Uliha Coelho	3ª	22ª	2018	Julho	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 2	Fábio Uliha Coelho	1ª	20ª	2016	Janerio	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 2	Fábio Uliha Coelho	2ª	21ª	2017	Dezembro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 3	Fábio Uliha Coelho	1ª	17ª	2016	Janerio	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito comercial volume 3	Fábio Uliha Coelho	2ª	18ª	2018	Julho	Edição	RT
Constitucional	Constitucional	Curso de direito constitucional	Flávio Martins e Alves Nunes Júnior	1ª	1ª	2017	Março	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Curso de direito constitucional	Flávio Martins	2ª	2ª	2018	Fevereiro	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Curso de direito do consumidor	Bruno Miragem	1ª	3ª	2012	Junho	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Curso de direito do consumidor	Bruno Miragem	2ª	4ª	2013	Junho	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Curso de direito do consumidor	Bruno Miragem	3ª	5ª	2014	Julho	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Curso de direito do consumidor	Bruno Miragem	4ª	6ª	2016	Junho	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Curso de direito do consumidor	Bruno Miragem	5ª	7ª	2018	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado contrato de trabalho volume 6	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	3ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado contrato de trabalho volume 6	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	3ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado direito coletivo do trabalho volume 7	Homero Batista Mateus da Silva	3ª	1ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado direito coletivo do trabalho volume 7	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	1ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado execução trabalhista volume 10	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	1ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado execução trabalhista volume 10	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado jornadas e pausas volume 2	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	3ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado jornadas e pausas volume 2	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	3ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado jornada de trabalho volume 8	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	2ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado jornada de trabalho volume 8	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado livro da remuneração volume 5	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	2ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado livro da remuneração volume 5	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado livro das profissões regulamentadas volume 4	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	2ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado livro das profissões regulamentadas volume 4	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado parte geral volume 1	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	3ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado parte geral volume 1	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	3ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado processo do trabalho volume 9	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	2ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado processo do trabalho volume 9	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado saúde e segurança no trabalho volume 3	Homero Batista Mateus da Silva	1ª	2ª	2015	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Curso de direito do trabalho aplicado saúde e segurança no trabalho volume 3	Homero Batista Mateus da Silva	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	2ª	1ª	2012	Novembro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	1ª	3ª	2013	Março	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	3ª	4ª	2015	Março	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	4ª	5ª	2017	Março	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Curso de direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	5ª	6ª	2018	Abril	Edição	RT
Financeiro e Econômico	Financeiro	Curso de direito financeiro	Régis Fernandes de Oliveira	1ª	5ª	2013	Setembro	Título	RT
Financeiro e Econômico	Financeiro	Curso de direito financeiro	Régis Fernandes de Oliveira	2ª	6ª	2014	Julho	Edição	RT
Financeiro e Econômico	Financeiro	Curso de direito financeiro	Régis Fernandes de Oliveira	3ª	7ª	2015	Julho	Edição	RT
Internacional	Internacional	Curso de direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuoli	1ª	6ª	2012	Junho	Título	RT
Internacional	Internacional	Curso de direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuoli	2ª	7ª	2013	Junho	Edição	RT
Internacional	Internacional	Curso de direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuoli	3ª	8ª	2014	Março	Edição	RT
Internacional	Internacional	Curso de direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuoli	4ª	9ª	2015	Janerio	Edição	RT
Internacional	Internacional	Curso de direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuoli	5ª	10ª	2016	Março	Edição	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal	Renê Ariel Dotti	2ª	6ª	2018	Agosto	Título	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro - Vol. 1 - Parte Geral	Luiz Régis Prado	1ª	12ª	2013	Abril	Título	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro - Vol. 1 - Parte Geral	Luiz Régis Prado	3ª	15ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro - Vol. 1 - Parte Geral	Luiz Régis Prado	4ª	16ª	2018	Março	Edição	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro parte geral e parte especial	Luiz Régis Prado, Erika Mendes de Carvalho e Giselle Mendes de	2ª	14ª	2015	Janerio	Título	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro volume 2 parte especial	Luiz Régis Prado	3ª	15ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro volume 2 parte especial	Luiz Régis Prado	4ª	16ª	2018	Fevereiro	Edição	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro volume 2 parte especial arts. 121 ao 249	Luiz Régis Prado	1ª	11ª	2013	Maio	Título	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal brasileiro volume 3 parte especial arts. 250 ao 359	Luiz Régis Prado	1ª	9ª	2013	Junho	Título	RT
Penal	Penal	Curso de direito penal parte geral	Renê Ariel Dotti	1ª	1ª	2013	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de direito processual civil moderno	José Miguel Garcia Medina	3ª	3ª	2017	Janerio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de direito processual civil moderno	José Miguel Garcia Medina	4ª	4ª	2018	Janerio	Edição	RT
Constitucional	Constitucional	Curso de direitos fundamentais teoria e prática	Marcelo Schenk duque	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Financeiro e Econômico	Economia	Curso de economia introdução ao direito econômico	Fábio Nuddeo	1ª	7ª	2013	Janerio	Título	RT
Financeiro e Econômico	Economia	Curso de economia introdução ao direito econômico	Fábio Nuddeo	2ª	8ª	2014	Janerio	Edição	RT
Financeiro e Econômico	Economia	Curso de economia introdução ao direito econômico	Fábio Nuddeo	3ª	9ª	2015	Janerio	Edição	RT
Financeiro e Econômico	Economia	Curso de economia introdução ao direito econômico	Fábio Nuddeo	4ª	10ª	2016	Agosto	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de processo civil completo	Eduardo Cambi, Rogéria Fagundes Dotti, Paulo Eduardo D'Áce F	1ª	1ª	2017	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de processo civil volume 1 teoria geral do processo	Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart	1ª	10ª	2012	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de processo civil volume 2 processo de conhecimento	Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart	1ª	10ª	2012	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de processo civil volume 3 execução	Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart	1ª	5ª	2013	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de processo civil volume 4 processo cautelar	Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart	1ª	5ª	2014	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Curso de processo civil volume 5 procedimentos especiais	Luiz Guilherme Marioni e Sérgio Cruz Arenhart	1ª	4ª	2016	Agosto	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Curso de processo penal	Guilherme Madeira Dezem	1ª	1ª	2015	Março	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Curso de processo penal	Guilherme Madeira Dezem	2ª	2ª	2016	Fevereiro	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Curso de processo penal	Guilherme Madeira Dezem	3ª	3ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Curso de processo penal	Guilherme Madeira Dezem	4ª	4ª	2018	Março	Edição	RT
Tributário	Tributário	Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica e tributos conexos	Silvestre das Neves, Paulo E. Vicoconti e Francisco Aguiar	1ª	16ª	2015	Fevereiro	Título	Fiscosoft
Tributário	Tributário	Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica e tributos conexos	Silvestre das Neves, Paulo E. Vicoconti e Francisco Aguiar	2ª	17ª	2017	Março	Edição	RT
Constitucional	Constitucional	Da ditadura para a democracia em 2019	Modesto Carvalho	1ª	1ª	2018	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Da execução de alimentos e prisão do devedor	Araken de Assis	1ª	8ª	2014	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Da execução de alimentos e prisão do devedor	Araken de Assis						

Administrativo	Administrativo	Direito administrativo sancionador	Bruno Miragem	1ª	3ª	2017	Maio	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Direito administrativo sancionador	Fábio Medina Osdório	1ª	5ª	2015	Setembro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Direito ambiental brasileiro	Talden Farias e Terence Trempelph	1ª	1ª	2019	Janeiro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Direito ambiental para o século XXI: novos contornos jurisprudenciais e na regulamentação dos resíduos sólidos	Jose Rubens Morais Leite, Patricia Faga Iglesias	1ª	1ª	2015	Maio	Título	RT
Civil	Civil	Direito bancário	Bruno Miragem	1ª	1ª	2014	Outubro	Título	RT
Civil	Civil	Direito bancário	Bruno Miragem	2ª	2ª	2018	Junho	Edição	RT
Civil	Civil	Direito civil curso completo	César Fiuza	1ª	17ª	2014	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Direito civil curso completo	César Fiuza	2ª	18ª	2015	Outubro	Edição	RT
Constitucional + Ambiental	Constitucional + Ambiental	Direito constitucional ambiental	Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Festschneffer	1ª	3ª	2013	Agosto	Título	RT
Constitucional + Ambiental	Constitucional + Ambiental	Direito constitucional ambiental	Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Festschneffer	4ª	4ª	2014	Maio	Edição	RT
Constitucional + Ambiental	Constitucional + Ambiental	Direito constitucional ambiental	Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Festschneffer	3ª	5ª	2017	Maio	Edição	RT
Constitucional	Constitucional	Direito constitucional brasileiro - Curso completo	Nelson Nery Jr. e George Aboud	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Direito constitucional brasileiro volume 1 teoria da constituição e direitos fundamentais	Coord. Clémerson Merlin Clève	1ª	1ª	2014	Maio	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Direito constitucional brasileiro volume 2 organização do estado e dos poderes	Coord. Clémerson Merlin Clève	1ª	1ª	2014	Maio	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Direito constitucional brasileiro volume 3 constituições econômica e social	Coord. Clémerson Merlin Clève	1ª	1ª	2014	Maio	Título	RT
Constitucional + Financeiro	Constitucional + Financeiro	Direito constitucional financeiro	Helene Tavares Torres	1ª	1ª	2014	Agosto	Título	RT
Civil	Civil	Direito das coisas	Luciano de Camargo Penteado	1ª	3ª	2014	Setembro	Título	RT
Civil	Civil	Direito das novas tecnologias legislação eletrônica comentada	Tarciso Teixeira e Alan Moreira Lopes (Organizador)	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	RT
Civil + Sucessões	Civil + Sucessões	Direito das sucessões	Girola Hironaka e Francisco Cahali	1ª	5ª	2014	Novembro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Direito de empresa	Alfredo de Assis Gonçalves Neto	1ª	7ª	2017	Maio	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Direito de empresa	Alfredo de Assis Gonçalves Neto	5ª	8ª	2018	Junho	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Direito de execução penal	Luiz Régis Prado, Denise Hammerschmidt, Douglas Bonaldi Mar	1ª	3ª	2013	Novembro	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Direito de execução penal	Luiz Régis Prado, Denise Hammerschmidt, Douglas Bonaldi Mar	2ª	4ª	2017	Abril	Edição	RT
Civil	Digital	Direito digital aplicado 2.0	Coord. Patricia Peck	1ª	2ª	2016	Setembro	Título	RT
Civil	Digital	Direito digital aplicado 3.0	Coord. Patricia Peck	1ª	1ª	2018	Maio	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Direito do ambiente	Edis Milare	1ª	8ª	2013	Junho	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Direito do ambiente	Edis Milare	2ª	9ª	2014	Maio	Edição	RT
Ambiental	Ambiental	Direito do ambiente	Edis Milare	3ª	10ª	2015	Maio	Edição	RT
Ambiental	Ambiental	Direito do ambiente	Edis Milare	4ª	11ª	2018	Agosto	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Direito do consumo sustentável	Alfredo Rangeli Ribeiro	1ª	1ª	2018	Agosto	Título	RT
Civil	Civil	Direito dos seguros	Organizadores: Bruno Miragem e Angélica Carlini	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Empresarial + Concursal	Empresarial + Concursal	Direito e economia da concórdia	Genser Oliveira e João Grandino Rodas	1ª	2ª	2014	Dezembro	Título	RT
Empresarial + Concursal	Empresarial + Concursal	Direito e economia da concórdia	Genser Oliveira e João Grandino Rodas	2ª	3ª	2018	Janeiro	Edição	RT
Fundamentos do Direito-Filosofia Geral	Teoria Geral	Direito e razão	Jobus Ulisses Coelho	1ª	2ª	2019	Junho	Título	RT
Empresarial + Concursal	Empresarial + Concursal	Direito econômico e concursal	Luigi Ferrajoli	1ª	4ª	2013	Setembro	Título	RT
Empresarial + Concursal	Empresarial + Concursal	Direito econômico e concursal	Vicente Bagnoli	1ª	7ª	2017	Julho	Título	RT
Financeiro e Econômico	Financeiro e Econômico	Direito econômico e social	Coord. João Grandino Rodas	1ª	2ª	2018	Fevereiro	Título	RT
Eleitoral	Eleitoral	Direito eleitoral digital	Diogo Reis, Daniel Falcão, André Zonaro Giacchetta e Pamela Me	1ª	1ª	2018	Maio	Título	RT
Eleitoral	Eleitoral	Direito eleitoral regulador	Manuel Carlos de Almeida Neto	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Direito fundamental à saúde	Saulo Lindorfer Pivetta	1ª	1ª	2014	Agosto	Título	RT
Internacional	Internacional	Direito internacional privado	Nadia de Araújo	1ª	7ª	2018	Janeiro	Título	RT
Internacional	Internacional	Direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuzoli	1ª	7ª	2013	Setembro	Título	RT
Internacional	Internacional	Direito internacional público	Valério de Oliveira Mazuzoli	2ª	8ª	2014	Setembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Direito processual	Coord. Teresa Arruda Alvim	1ª	1ª	2012	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Direito processual volume 2	Aluisio Gonçalves de Castro Mendes, Luiz Guilherme Marinoni e	1ª	1ª	2014	Junho	Título	RT
Imobiliário e Registral	Imobiliário e Registral	Direito notarial e registro avançado	Consuelo Yatsuda Morenizato Yoshida, Marcelo Figueiredo e Vi	1ª	1ª	2014	Abril	Título	RT
Penal + Ambiental	Penal + Ambiental	Direito penal do ambiente	Luiz Régis Prado	2ª	6ª	2016	Outubro	Título	RT
Penal + Financeiro e Econômico	Penal + Financeiro e Econômico	Direito penal econômico	Luiz Régis Prado	1ª	7ª	2016	Setembro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Direito privado e constituição	Marcelo Schenk Duque	1ª	1ª	2014	Junho	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Direito processual administrativo previdenciário Coleção Premium de Direito Previdenciário volume 1	Alexandre Schumacher Triches Coord. Wagner Balera e Theodo	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	FiscoSoft
Processual + Civil	Processo Civil	Direito processual civil moderno	José Miguel Garcia Medina	2ª	2ª	2016	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Direito processual civil moderno	José Miguel Garcia Medina	1ª	1ª	2015	Setembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Direito processual tributário brasileiro	James Marins	1ª	6ª	2016	Maio	Título	RT
Tributário	Tributário	Direito processual tributário brasileiro	James Marins	2ª	10ª	2017	Março	Edição	RT
Tributário	Tributário	Direito processual tributário brasileiro	James Marins	3ª	11ª	2018	Janeiro	Edição	RT
Tributário	Tributário	Direito tributário contemporâneo 50 anos do Código Tributário Nacional	Glámar Ferreira Mendes e Sacha Calmon Navarro Coelho	1ª	1ª	2016	Setembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Direito tributário teoria e prática	Procedimentos de	2ª	2ª	2015	Julho	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Direito urbanístico	Victor Carvalho Pinto	1ª	4ª	2014	Agosto	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Direitos do consumidor emendado 2 - Vulnerabilidade e inclusão	Claudia Lima Marques, Rosângela Luardelli Cavallazzi e Clarissa	1ª	1ª	2016	Novembro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Direitos fundamentais e jurisdição constitucional	Clémerson Merlin Clève e Alexandre Freire	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Direitos individuais homogêneos	Gustavo Dora Coord. Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midlerei de	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Civil	Civil	Direitos reais	Adelino Hansen Chahub	1ª	2ª	2014	Abril	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Discricionariedade administrativa e judicial	Georges Aboud	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Civil	Civil	Diversidade sexual e direito homofetivo	Maria Benicé Dias	1ª	2ª	2014	Agosto	Título	RT
Civil	Civil	Diversidade sexual e direito homofetivo	Maria Benicé Dias	2ª	3ª	2017	Julho	Edição	RT
Civil + Processual	Família e Sucessões	Divórcio emenda constitucional 66/2010 e o CPC	Maria Benicé Dias	2ª	3ª	2017	Novembro	Edição	RT
Civil	Família e Sucessões	Divórcio 2	Maria Benicé Dias	2ª	2ª	2014	Fevereiro	Título	RT
Genal	Teoria Geral	Do contrato social	J. J. Rousseau, José Cretella Júnior e Agnes Cretella	1ª	4ª	2014	Janeiro	Título	RT
Penal	Penal	Dos delitos e das penas	Cesare Beccaria Tradução José Cretella Jr.	1ª	6ª	2014	Março	Título	RT
Tributário	Tributário	Doutrina Tributária - O ICMS sobre serviço de transporte Coleção Premium de	Helene Tavares Torres, Gustavo Henrique e Vasconcelos Ventura	1ª	1ª	2014	Maio	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	Doutrina Tributária - Preços de transferência	Jonathan Barros Vitta	1ª	1ª	2013	Setembro	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	Doutrina Tributária - Relações entre valorização aduaneira e preços de transferência coleção doutrina tributária	Jonathan Barros Vitta	1ª	1ª	2013	Setembro	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	Doutrina Tributária - Valoração aduaneira coleção	Jonathan Barros Vitta	1ª	1ª	2013	Julho	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Civil - Vol. 1	Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Civil - Vol. 2	Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Civil - Vol. 3	Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Civil - Vol. 4	Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Constitucional - Vol. 1	Clémerson Merlin Clève	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Constitucional - Vol. 2	Clémerson Merlin Clève	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Doutrina, processos e procedimentos - Direito do Consumidor - Vol. 1	Claudia Lima Marques, Antonio Herman V. Benjamin, Bruno Mir	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Doutrina, processos e procedimentos - Direito do Consumidor - Vol. 2	Claudia Lima Marques, Antonio Herman V. Benjamin, Bruno Mir	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Doutrina, processos e procedimentos - Direito do Trabalho e Processual do Trabalho - Vol. 1	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Doutrina, processos e procedimentos - Direito do Trabalho e Processual do Trabalho - Vol. 2	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Doutrina, processos e procedimentos - Direito do Trabalho e Processual do Trabalho - Vol. 3	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Doutrina, processos e procedimentos - Direita Empresarial - Vol. 1	Maria Eugênia Finkelstein	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Doutrina, processos e procedimentos - Direita Empresarial - Vol. 2	Maria Eugênia Finkelstein	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Doutrina, processos e procedimentos - Direita Empresarial - Vol. 3	Maria Eugênia Finkelstein	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Penal + Processo Penal	Penal + Processo Penal	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Penal e Processual Penal - Vol. 1	Luiz Régis Prado e Ivan Luís Marques	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Penal + Processo Penal	Penal + Processo Penal	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Penal e Processual Penal - Vol. 2	Luiz Régis Prado e Ivan Luís Marques	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Penal + Processo Penal	Penal + Processo Penal	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Penal e Processual Penal - Vol. 3	Luiz Régis Prado e Ivan Luís Marques	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Penal + Processo Penal	Penal + Processo Penal	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Penal e Processual Penal - Vol. 4	Luiz Régis Prado e Ivan Luís Marques	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Civil - Novo CPC	Nelson Nery Junior e Georges Aboud	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Civil - Vol. 1	Nelson Nery Junior e Georges Aboud	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Civil - Vol. 2	Nelson Nery Junior e Georges Aboud	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Civil - Vol. 3	Nelson Nery Junior e Georges Aboud	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Civil - Vol. 4	Nelson Nery Junior e Georges Aboud	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Tributário + Processual	Tributário + Processual	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Tributário - Vol. 1	Helene Tavares Torres	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Tributário + Processual	Tributário + Processual	Doutrina, processos e procedimentos - Direito Processual Tributário - Vol. 2	Helene Tavares Torres	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Genal	Genal	Doutrina, processos e procedimentos 25 volumes	Mários Azeites	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Arbitragem	Arbitragem	Doutrina, essenciais Arbitragem e Mediação 6 volumes	Arnoldo Wald	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, essenciais Dano Moral 4 volumes	Rui Stoco	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Doutrina, essenciais Direito Administrativo 7 volumes	Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Carlos Ari Sunfeldt	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Doutrina, essenciais Direito Ambiental 6 volumes	Edis Milare e Paulo Affonso Leme Machado	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Doutrina, essenciais Direito Civil 5 volumes	Glámar Ferreira Mendes e Rui Stoco	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Doutrina, essenciais Direito Constitucional 6 volumes	Clémerson Merlin Clève e Luiz Roberto Barroso	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Doutrina, essenciais Direito do Consumidor 6 volumes	Claudia Lima Marques e Bruno Miragem	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Trabalho + Previdenciário	Trabalho + Previdenciário	Doutrina, essenciais Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social 5 volumes	Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Doutrina, essenciais Direito Empresarial 5 volumes	Arnoldo Wald	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Internacional	Internacional	Doutrina, essenciais Direito Internacional 5 volumes	Luiz Otávio Baptista e Valério de Oliveira Mazuzoli	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Penal	Penal	Doutrina, essenciais Direito Penal 8 volumes	Alberto Silva Franco e Guilherme de Souza Nucci	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Penal + Financeiro e Econômico	Penal + Financeiro e Econômico	Doutrina, essenciais Direito Penal Econômico da Empresa 6 volumes	Luiz Régis Prado e René Ariel Dotti	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Imobiliário e Registral	Imobiliário e Registral	Doutrina, essenciais Direito Registral 8 volumes	Ricardo Dip e Sérgio Jacomino	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Tributário	Tributário	Doutrina, essenciais Direito Tributário 11 volumes	Ives Gandra da Silva Martins e Edivaldo Brito	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Direitos Humanos	Direitos Humanos	Doutrina, essenciais Direitos Humanos 6 volumes	Flavia Piovanin e Maria Garcia	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Doutrina, essenciais Família e Sucessões 6 volumes	Yusuf Cahali e Francisco José Cahali	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, essenciais Obrigações e Contratos 6 volumes	Gustavo Tedginio e Luiz Edson Fachin	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Processo Civil 9 volumes	Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Doutrina, essenciais Processo Penal 6 volumes	Guilherme de Souza Nucci e Maria Tereza Rocha de Assis Mour	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Doutrina, essenciais Responsabilidade Civil 8 volumes	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil 7 volumes	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. I	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. II	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. III	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. IV	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. V	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. VI	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Doutrina, essenciais Novo processo civil Vol. VII	Teresa Arruda Alvim e Fredie Didier Jr.	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Genal	Teoria Geral	Ecologia, Terra? 7	Renato Batista e Mateus da Silva	1ª	1ª	2017	Dezembro	Título	RT
Genal	Teoria Geral	Ecocivilização	Paulo Feresco de Azevedo	1ª	3ª	2014	Maio	Título	RT
Civil	Digital	Educação digital	Juliana Abrusio	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil + Constitucional	Processual + Civil + Constitucional	Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional	Teori Albino Zawacki	2ª	4ª	2017	Janeiro	Título	RT
Civil + Financeiro e Econômico	Civil + Financeiro e Econômico	Elementos de análise econômica do direito de danos	Hugo A. Accatoni Coord. Marcia Carla Pereira Ribeiro	1ª	1ª	2014	Agosto	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Elementos do direito volume 1 direito constitucional	Erival da Silva Oliveira	1ª	12ª	2013	Junho	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Elementos do direito volume 1 direito constitucional	Erival da Silva Oliveira	2ª	13ª	2014	Junho	Edição	RT
Constitucional	Constitucional	Elementos do direito volume 1 direito constitucional	Erival da Silva Oliveira	3ª	14ª	2015			



Previdenciário	Previdenciário	Elementos do direito volume 19 direito previdenciário	Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador	1ª	1ª	2013	Junho	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Elementos do direito volume 19 direito previdenciário	Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador	1ª	2ª	2014	Junho	Edição	RT
Previdenciário	Previdenciário	Elementos do direito volume 19 direito previdenciário	Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador	3ª	3ª	2016	Janeiro	Edição	RT
Previdenciário	Previdenciário	Elementos do direito volume 19 direito previdenciário	Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador	4ª	4ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Elementos do direito volume 2 direito administrativo	Caio Bartine e Celso Spitzcovsky	1ª	1ª	2012	Setembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Elementos do direito volume 2 direito administrativo	Caio Bartine e Celso Spitzcovsky	2ª	2ª	2015	Março	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Elementos do direito volume 2 direito administrativo	Caio Bartine e Celso Spitzcovsky	2ª	3ª	2016	Junho	Edição	RT
Eletoral	Eletoral	Elementos do direito volume 20 direito eleitoral	Celso Spitzcovsky	1ª	1ª	2013	Junho	Título	RT
Eletoral	Eletoral	Elementos do direito volume 20 direito eleitoral	Celso Spitzcovsky	2ª	2ª	2014	Agosto	Edição	RT
Eletoral	Eletoral	Elementos do direito volume 20 direito eleitoral	Celso Spitzcovsky	3ª	3ª	2016	Agosto	Edição	RT
Filosofia	Filosofia	Elementos do direito volume 21 filosofia do direito	Alysson Rachid	1ª	1ª	2014	Fevereiro	Título	RT
Tributário	Tributário	Elementos do direito volume 3 direito tributário	Caio Bartine	1ª	2ª	2013	Junho	Título	RT
Tributário	Tributário	Elementos do direito volume 3 direito tributário	Caio Bartine	1ª	4ª	2015	Novembro	Edição	RT
Civil	Civil	Elementos do direito volume 4 direito civil	Bruno Pandori Giancoli	1ª	1ª	2013	Maio	Título	RT
Civil	Civil	Elementos do direito volume 4 direito civil	Bruno Pandori Giancoli	3ª	3ª	2016	Junho	Edição	RT
Empresarial	Empresarial	Elementos do direito volume 5 direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	1ª	12ª	2013	Junho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Elementos do direito volume 5 direito empresarial	Elisabete Teixeira Vido dos Santos	2ª	13ª	2015	Setembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Elementos do direito volume 6 processo civil	Darlan Barroso e Roberto Rasio	2ª	2ª	2017	Junho	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Elementos do direito volume 6 processo civil	Darlan Barroso e Roberto Rasio	1ª	1ª	2012	Abril	Título	RT
Penal	Penal	Elementos do direito volume 7 direito penal	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	1ª	13ª	2013	Junho	Título	RT
Penal	Penal	Elementos do direito volume 7 direito penal	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	2ª	14ª	2014	Setembro	Edição	RT
Penal	Penal	Elementos do direito volume 7 direito penal	Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	3ª	15ª	2016	Junho	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Elementos do direito volume 8 processo penal	Paulo Henrique Aranda Fuller, Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	1ª	12ª	2013	Fevereiro	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Elementos do direito volume 8 processo penal	Paulo Henrique Aranda Fuller, Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	2ª	13ª	2015	Dezembro	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Elementos do direito volume 8 processo penal	Paulo Henrique Aranda Fuller, Gustavo Octaviano Diniz Junqueira	3ª	14ª	2016	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Elementos do direito volume 9 direito do trabalho	Leone Pereira	4ª	5ª	2016	Novembro	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Elementos do direito volume 9 direito do trabalho	Leone Pereira	1ª	2ª	2013	Novembro	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Elementos do direito volume 9 direito do trabalho	Leone Pereira	2ª	3ª	2013	Novembro	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Elementos do direito volume 9 direito do trabalho	Leone Pereira	3ª	4ª	2014	Agosto	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Embargos de declaração	Teresa Arruda Alvim	2ª	3ª	2017	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Embargos de declaração	Teresa Arruda Alvim	3ª	4ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Embargos de declaração e omissão do juiz	Teresa Arruda Alvim Wambier	1ª	2ª	2014	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Embargos de declaração efeitos infringentes prequestionamento e outros aspectos polêmicos	Luiz Eduardo Simão de Fernandes	1ª	4ª	2014	Dezembro	Título	RT
Civil	Civil	Enriquecimento sem causa	Rodrigo da Gula	1ª	1ª	2018	Julho	Título	RT
Administrativo + Constitucional	Administrativo + Constitucional	Estatuto da cidade	José Manoel de Arruda Alvim Netto e Everaldo Augusto Cambier	1ª	1ª	2014	Junho	Título	RT
Infância e Juventude	Infância e Juventude	Estatuto da criança e do adolescente comentado	Paulo Henrique Aranda Fuller	1ª	1ª	2018	Janeiro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Estatuto jurídico das empresas estatais	Marçal Justen Filho	1ª	1ª	2016	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Estudos direito privado processo civil em homenagem Clóvis do Couto e Silva	Luís Carlos Goulart Lanes, Coord. Sérgio Cruz Arenhart e Daniel M	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Ética ambiental	José Renato Nalini	1ª	4ª	2015	Maio	Título	RT
General	Teoria Geral	Ética geral e profissional	José Renato Nalini	1ª	10ª	2013	Junho	Título	RT
General	Teoria Geral	Ética geral e profissional	José Renato Nalini	2ª	11ª	2014	Fevereiro	Edição	RT
General	Teoria Geral	Ética geral e profissional	José Renato Nalini	3ª	12ª	2015	Janeiro	Edição	RT
General	Teoria Geral	Ética geral e profissional	José Renato Nalini	4ª	13ª	2016	Junho	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Execução	José Miguel Garcia Medina	1ª	5ª	2017	Julho	Título	RT
Processual+Civil	Processo Civil	Execução	José Miguel Garcia Medina	2ª	6ª	2019	Janeiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Execução civil nos juizados especiais	Araken de Assis	1ª	6ª	2014	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Execução e temas afins do CPC/1973 ao novo CPC	Araken de Assis, Eduardo Arruda Alvim, Gilberto Gomes Brusch, M	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Execução fiscal à luz da jurisprudência	Rita das Nolasco e Victor Menezes Garcia	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Eletoral + Constitucional	Eletoral + Constitucional	FAKE NEWS a conexão entre a desinformação e o direito	Coord. Diogo Rais	1ª	1ª	2018	Setembro	Título	RT
Constitucional + Civil	Constitucional + Civil	FAKE NEWS e regulação	Georges Abouad e Nelson Nery Jr	1ª	1ª	2018	Outubro	Título	RT
Civil	Civil	Fashion Law- Direito e moda no Brasil	Coord. Mônica Steffen Guise Rosina e Maria Fernanda Cury	1ª	1ª	2018	Fevereiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Fito e diti no processo civil cooperativo	Luís Carlos Goulart Lanes, Coord. Sérgio Cruz Arenhart e Daniel M	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Eletoral	Eletoral	Ficha limpa	Monica Herman	1ª	1ª	2014	Maio	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Filhos do afeto	Maria Bernice Dias	1ª	1ª	2016	Setembro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Filhos do afeto	Maria Bernice Dias	2ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Filosofia	Filosofia	Filosofia na antiguidade	Regis Fernandes de Oliveira	1ª	1ª	2013	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Fraudes contra credores	José Sáid Cahali	1ª	3ª	2013	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Fraudes patrimoniais e desconconsideração da personalidade jurídica no código de processo civil de 2015	Gilberto Bruschi, Rita das Nolasco e Rodolfo da Costa Mano R	1ª	1ª	2015	Dezembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Fundações governamentais	Caíli Simão	1ª	1ª	2014	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Fundamentação das decisões judiciais	Leonard Schmitz	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Fundamentos da prova civil	Marcelo José Magalhães Bonizzi	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Fundamentos principiológicos do processo civil	José Cretella Neto	1ª	1ª	2018	Julho	Título	RT
General	Teoria Geral	Gabareitamento ética	Marco Antonio Araujo Jr. E Alysson Rachid Coord. Marco Anton	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT
General	Teoria Geral	Gestão de escritórios de advocacia	Jaime Fernández Madero	1ª	1ª	2014	Outubro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Governança, Compliance e Cidadã	Irene Patricia Nohara, Flávia de Lelo Bastos Pereira	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
General	Teoria Geral	Governança estratégica para escritórios de advocacia	Coord. Paulo Goulart	1ª	1ª	2017	Novembro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Guarda compartilhada física e jurídica	Rolf Madaleno e Rafael Madaleno	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Guarda compartilhada física e jurídica	Rolf Madaleno e Rafael Madaleno	2ª	2ª	2016	Novembro	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Guarda compartilhada com o novo modelo de responsabilidade parental	Rolf Madaleno e Rafael Madaleno	3ª	3ª	2018	Janeiro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Guarda compartilhada com o novo modelo de responsabilidade parental	Waldy Grisard Filho	1ª	6ª	2013	Novembro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Guarda compartilhada com o novo modelo de responsabilidade parental	Waldy Grisard Filho	2ª	7ª	2014	Julho	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Guarda compartilhada com o novo modelo de responsabilidade parental	Waldy Grisard Filho	3ª	8ª	2016	Agosto	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Guia Prático de Direito do Trabalho	Geancarlos Lacerda Prata, Vander Brusso da Silva e Vera Lucia	1ª	1ª	2018	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Guia prático do processo civil brasileiro	José Miguel Garcia Medina e Janaina Marchi Medina	1ª	1ª	2016	Maio	Título	RT
Penal	Penal	Haberes carcerais	Alberto Zacharias Toron	1ª	1ª	2017	Março	Título	RT
Penal	Penal	Haberes carcerais	Alberto Zacharias Toron	2ª	2ª	2018	Junho	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Herança legítima AD Tempus: Tutela sucessória no âmbito da filiação resultante de reprodução assistida póstuma	Guilherme Calmon Nogueira da Gama	1ª	1ª	2017	Dezembro	Título	RT
General	Teoria Geral	Hermenêutica jurídica	R. Limongi França	1ª	12ª	2014	Julho	Título	RT
General	Teoria Geral	Hermenêutica jurídica	R. Limongi França	2ª	13ª	2015	Julho	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Homofilia e os direitos LGBTI	Maria Bernice Dias	1ª	6ª	2014	Junho	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Homofilia e os direitos LGBTI	Maria Bernice Dias	2ª	7ª	2016	Dezembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Igualdade e processo	Rafael Strampello de Abreu, Coord. Sérgio Cruz Arenhart e Daniel	1ª	1ª	2015	Setembro	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Impactos da Reforma Trabalhista na jurisprudência do TST	Theressa Nahas e Raphael Maziara	1ª	1ª	2017	Setembro	Título	RT
Civil	Civil	Imperhorabilidade do bem de família	Rita Vasconcelos	1ª	2ª	2015	Agosto	Título	RT
Tributário	Tributário	Importação e exportação no direito tributário	José Eduardo Soares de Melo	1ª	2ª	2012	Setembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Importação e exportação no direito tributário	José Eduardo Soares de Melo	2ª	3ª	2014	Maio	Edição	RT
Tributário	Tributário	Imposto sobre serviços quesões polêmicas	José Antônio Patrocínio e Mauro Hidalgo	1ª	2ª	2013	Novembro	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	Imposto sobre serviços quesões polêmicas	José Antônio Patrocínio e Mauro Hidalgo	2ª	3ª	2016	Julho	Edição	FiscoSoft
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Incesto e alienação parental	Coord. Maria Bernice Dias	2ª	4ª	2017	Julho	Título	RT
Processo Civil	Processo Civil	Incidente de resolução de demanda repetitiva	Marcus de Araujo Cavalcanti	1ª	1ª	2016	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Incidente de resolução de demandas repetitivas A luta contra a dispersão jurisprudencial excessiva	Rodolfo de Camargo Mancuso	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Incidente de resolução de demandas repetitivas Decisão de questão idêntica X Precedente	Luiz Guilherme Marinho	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
General	Teoria Geral	Indagação sobre os limites da ação do Estado	Regis Fernandes de Oliveira	1ª	1ª	2015	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Infragações e sanções em licitações e contratos administrativos	Francisco Zardo	1ª	1ª	2014	Outubro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Infraestrutura no direito do ambiente	Edis Milare, Roberta Jardim de Moraes, Priscila Santos Artigas e	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Instituições de direito civil volume 1 tomo 1 teoria geral do direito privado	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Civil	Civil	Instituições de direito civil volume 1 tomo 2 parte geral	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Civil	Civil	Instituições de direito civil volume 2 direitos das obrigações	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Julho	Título	RT
Civil	Civil	Instituições de direito civil volume 3 contratos	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2016	Fevereiro	Título	RT
Civil	Civil	Instituições de direito civil volume 4 direitos patrimoniais e reais	Rosa Maria de Andrade Nery e Nelson Nery junior	1ª	1ª	2016	Julho	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Instituições de direito civil volume 5 família	Rosa Maria de Andrade Nery e Nelson Nery junior	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Instituições de direito civil volume 6 teoria geral do direito de sucessões processo judicial e extrajudicial de	Rosa Maria de Andrade Nery e Nelson Nery junior	1ª	1ª	2016	Dezembro	Título	RT
Civil	Civil	Instituições de direito civil volume 7 direitos da personalidade [Direito da Humanidade]	Rosa Maria de Andrade Nery e Nelson Nery junior	1ª	1ª	2017	Novembro	Título	RT
Imobiliário e Registral	Imobiliário e Registral	Instituições de direito civil volume 8 registros, notas e prova documental	Rosa Maria de Andrade Nery e Nelson Nery junior	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
Penal	Penal	Interceptação telefônica e das comunicações de dados e telemáticas	Luiz Flavio Gomes e Silvio Maciel	2ª	4ª	2018	Junho	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Interesses difusos conceito e legitimação para agir	Rodolfo de Camargo Mancuso	1ª	8ª	2014	Maio	Título	RT
Processual+Civil	Processo Civil	Interesses difusos conceito e legitimação para agir	Rodolfo de Camargo Mancuso	2ª	9ª	2016	Junho	Edição	RT
Civil	Civil	Interseção	Maria Bernice Dias	1ª	1ª	2018	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Intervenção de terceiro	Daniel Colnago Rodrigues	1ª	1ª	2017	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Intervenção de terceiro por ordem do juiz	LIA CAROLINA BATISTA CINTRA	1ª	1ª	2017	Junho	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Intervenções corporais no processo penal e a nova identificação criminal	André Luiz Nicolletti e Carlos Ribeiro Wehrs	1ª	2ª	2015	Setembro	Título	RT
Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Introdução à ciência do direito	André Franco Montoro	1ª	30ª	2013	Novembro	Título	RT
Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Introdução à ciência do direito	André Franco Montoro	2ª	31ª	2014	Fevereiro	Edição	RT
Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Introdução à ciência do direito	André Franco Montoro	3ª	32ª	2015	Janeiro	Edição	RT
Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Introdução à ciência do direito	André Franco Montoro	4ª	33ª	2016	Fevereiro	Edição	RT
Fundamentos do Direito-Filosofia	Sociologia	Introdução à lógica jurídica	Albio Ulhoa Coelho	1ª	8ª	2016	Janeiro	Título	RT
Fundamentos do Direito	Sociologia	Introdução à sociologia do direito	Willis Santiago e Henrique Garbellini	1ª	1ª	2015	Dezembro	Título	RT
Filosofia	Filosofia do Direito	Introdução à teoria e à filosofia do direito	Georges Abouad, Henrique Garbellini Carmo e Rafael Tomas de	2ª	3ª	2015	Abril	Edição	RT
Filosofia	Filosofia do Direito	Introdução à teoria e à filosofia do direito	Georges Abouad, Henrique Garbellini Carmo e Rafael Tomas de	1ª	1ª	2013	Novembro	Título	RT
Filosofia	Filosofia do Direito	Introdução à teoria e à filosofia do direito	Georges Abouad, Henrique Garbellini Carmo e Rafael Tomas de	2ª	2ª	2014	Março	Edição	RT
Fundamentos do Direito-Filosofia	Filosofia do Direito	Introdução ao estudo do Direito	Georges Abouad, Henrique Garbellini Carmo e Rafael Tomas de	1ª	4ª	2019	Julho	Edição	RT
Fundamentos do Direito	Teoria Geral	Introdução ao pensamento jurídico à teoria geral do direito privado	Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2012	Julho	Título	RT
Tributário	Tributário	ISS teoria, prática e jurisprudência	José Antônio Patrocínio	1ª	2ª	2015	Fevereiro	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	ISS teoria, prática e jurisprudência	José Antônio Patrocínio	2ª	3ª	2016	Julho	Edição	FiscoSoft
Tributário	Tributário	ISS teoria, prática e jurisprudência	José Antônio Patrocínio	3ª	4ª	2017	Dezembro	Edição	FiscoSoft
Tributário	Tributário	ISS, ICMS e IPI aplicáveis à construção civil	Claudia Marchetti da Silva	1ª	1ª	2014	Julho	Título	FiscoSoft
Processual + Civil	Processo Civil	Iura novit curia e causa de pedir o juiz e a qualificação jurídica dos fatos no processo civil brasileiro	Odávio Augusto domit	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Juiz constitucional estado e poder no século XXI	Coord. Claudio Lembo, Monica Herman Caggiano e Manoel Carl	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Juiz natural no processo penal	Luiz Guilherme Badaró	1ª	1ª	2014	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Julgamento nas cortes supremas precedente e decisão do recurso diante do novo CPC	Luiz Guilherme Marinho	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Julgamento nas cortes supremas precedente e decisão do recurso diante do novo CPC	Luiz Guilherme Marinho	2ª	2ª	2017	Julho	Edição	RT
General	General	Jurimetria	Marcelo Guedes Nunes	1ª	1ª	2016	Abril	Título	RT
Constitucional + Processual + Civil	Constitucional + Processo Civil	Jurisdição constitucional e código de processo civil	Romulo Ponticelli e Giorgi Junior	1ª	1ª	2017	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Justificação de decisão judicial	Odávio Verdi Motta, Coord. Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidze	1ª	1ª	2015	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Lavagem de dinheiro	Gustavo Henrique Badaró e Pierpaolo Cruz Bottini	2ª	3ª	2016	Setembro	Título	RT
Penal	Penal	Lavagem de dinheiro	Gustavo Henrique Badaró e Pierpaolo Cruz Bottini	1ª	2ª	2013	Setembro	Título	RT
Internacional	Internacional	Legislação de direito dos negócios internacionais	Coord. Claudia Lima Marques e Lucas Lix						

Civil + Processual	Civil + Processo Civil	Leis civis e processuais civis comentadas	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2015	Outubro	Título	RT
Penal	Penal	Leis penais especiais revistas	Rui Stoco	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Licenciamento ambiental	Curt Trennepohl e Terence Trennepohl	1ª	6ª	2015	Novembro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Licenciamento ambiental	Curt Trennepohl e Terence Trennepohl	2ª	7ª	2018	Maio	Título	RT
Financeiro e Econômico	Financeiro e Econômico	Licença de direito financeiro	Coord. Regis Fernandes de Oliveira	1ª	1ª	2015	Dezembro	Título	RT
General	Teoria Geral	Limites e justificação do poder do estado	Paulo Faraco de Azevedo	1ª	2ª	2014	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Litiscórdio unitário	Elie Pirre Eid	1ª	1ª	2016	Outubro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Mandado de segurança individual e coletivo lei 12016 de 07/08/2009	Aluisio Gonçalves de Castro Mendes	1ª	2ª	2014	Setembro	Título	RT
Civil	Civil	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito civil zonas	Luciano de Camargo Penteado	1ª	1ª	2014	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito civil sucessões	Nelson Nery Jr., Rosa Maria de Andrade Nery e Ana Luisa Nery	1ª	1ª	2014	Abril	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito civil família	Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2013	Julho	Título	RT
Civil	Civil	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito civil introdução parte geral	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2014	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito civil obrigações	Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery	1ª	1ª	2014	Janeiro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito civil sucessões	Luciano de Camargo Penteado	1ª	1ª	2014	Março	Título	RT
Eleitoral	Eleitoral	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito eleitoral	Marcelo Alzath Rodrigues e Flávio Cheme Jorge	1ª	1ª	2014	Abril	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito individual do trabalho	Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	1ª	1ª	2014	Janeiro	Título	RT
Penal	Penal	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito penal parte geral	Ivan Martins Motta e Regina Vera Vilas Boas	1ª	1ª	2014	Março	Título	RT
Tributário	Tributário	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito tributário	Isabela Bonfá de Jesus, Fernando Bonfá de Jesus e Ricardo Bonfá	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Tributário	Tributário	Manuais instrumentais para graduação: manual de direito tributário	Isabela Bonfá de Jesus, Fernando Bonfá de Jesus e Ricardo Bonfá	2ª	2ª	2015	Maio	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manuais instrumentais para graduação: manual de processo penal	Jaques Camargo Penteado	1ª	1ª	2014	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual da execução	Araken de Assis	1ª	17ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual da execução	Araken de Assis	2ª	18ª	2016	Fevereiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual da execução	Araken de Assis	3ª	19ª	2017	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual da execução	Araken de Assis	4ª	20ª	2018	Março	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual das sucessões	Maria Berenice Dias	1ª	2ª	2012	Junho	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual das sucessões	Maria Berenice Dias	2ª	3ª	2013	Julho	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual das sucessões	Maria Berenice Dias	3ª	4ª	2015	Outubro	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual das sucessões	Maria Berenice Dias	4ª	5ª	2018	Junho	Edição	RT
Tributário	Tributário	Manual de classificação fiscal de mercadorias	Altair Santiago e Monica Missaglia	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	FiscoSoft
Civil	Civil	Manual de direito civil	Coor. Carlos Van Cleef de Almeida Santos e Luis de Carvalho Cass	1ª	2ª	2014	Outubro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Manual de direito comercial	Fábio Ulhoa Coelho	1ª	28ª	2016	Janeiro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual de direito das famílias	Maria Berenice Dias	1ª	8ª	2012	Fevereiro	Título	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual de direito das famílias	Maria Berenice Dias	2ª	9ª	2013	Julho	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual de direito das famílias	Maria Berenice Dias	1ª	10ª	2015	Fevereiro	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual de direito das famílias	Maria Berenice Dias	4ª	11ª	2016	Março	Edição	RT
Família e Sucessões	Família e Sucessões	Manual de direito das famílias	Maria Berenice Dias	3ª	12ª	2017	Julho	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Manual de direito do consumidor	Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo	1ª	5ª	2013	Julho	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Manual de direito do consumidor	Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo	2ª	6ª	2014	Julho	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Manual de direito do consumidor	Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo	3ª	7ª	2016	Julho	Edição	RT
Consumidor	Consumidor	Manual de direito do consumidor	Antonio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques e Leonardo	4ª	8ª	2017	Agosto	Edição	RT
Tributário	Tributário	Manual de direito e processo tributário	Isabela Bonfá de Jesus, Fernando Bonfá de Jesus e Ricardo Bonfá	3ª	3ª	2016	Agosto	Título	RT
Tributário	Tributário	Manual de direito e processo tributário	Isabela Bonfá de Jesus, Fernando Bonfá de Jesus e Ricardo Bonfá	4ª	4ª	2017	Julho	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Manual de direito empresarial	Fábio Bellefante Gomes	1ª	4ª	2014	Setembro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Manual de direito empresarial	Fábio Bellefante Gomes	2ª	5ª	2015	Julho	Edição	RT
Penal	Penal	Manual de direito penal brasileiro parte geral	Eugenio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli	1ª	11ª	2015	Fevereiro	Título	RT
Penal	Penal	Manual de direito penal brasileiro parte geral	Eugenio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli	2ª	12ª	2018	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual de direito processual civil	Eugenio Raúl Zaffaroni, José Henrique Pierangeli	3ª	13ª	2019	Janeiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual de direito processual civil	Jose Manuel de Arruda Alvim	1ª	16ª	2014	Outubro	Título	RT
General	Teoria Geral	Manual de direito público e privado	Jose Manuel de Arruda Alvim	2ª	17ª	2017	Março	Edição	RT
General	Teoria Geral	Manual de direito público e privado	Maximilianus Cláudio Américo Fuhrer, Eds Milare	1ª	19ª	2013	Fevereiro	Título	RT
Tributário	Tributário	Manual de IPI e ICMS	Maximilianus Cláudio Américo Fuhrer, Eds Milare	2ª	20ª	2015	Fevereiro	Edição	RT
Arbitragem	Arbitragem	Manual de IPI e ICMS	Flávia de Almeida Silva, Joana Bete Chaves de Azevedo e Maira	1ª	2ª	2014	Maio	Título	FiscoSoft
Processo Penal	Processo Penal	Manual de processo penal	Antonio Carlos Osorio	1ª	1ª	2016	Janeiro	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manual de processo penal	Jose Carlos Gonçalves Xavier de Aquino e José Renato Nalini	1ª	5ª	2013	Setembro	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manual de processo penal	André Luiz Nicolletti	1ª	5ª	2014	Agosto	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manual de processo penal	André Luiz Nicolletti	2ª	6ª	2016	Março	Edição	RT
Tributário	Tributário	Manual do PIS e da COFINS	Adolpho Bergamini, Carolina Velloso Verginelli, Cesar Augusto G	1ª	4ª	2014	Abril	Título	FiscoSoft
Civil	Civil	Manual de direito empresarial	Proscia Correa da Fonseca	1ª	1ª	2018	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual dos recursos	Araken de Assis	1ª	7ª	2015	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual dos recursos	Araken de Assis	2ª	8ª	2016	Outubro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Manual dos recursos	Araken de Assis	3ª	9ª	2017	Outubro	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manual dos recursos penais	Gustavo Henrique Badaró	1ª	1ª	2016	Março	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manual dos recursos penais	Gustavo Henrique Badaró	2ª	2ª	2017	Março	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Manual dos recursos penais	Gustavo Henrique Badaró	3ª	3ª	2018	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Manual prático das audiências trabalhistas	Antonio Umberto de Souza Júnior, Fabiano Coelho de Souza, Ney	1ª	1ª	2018	Outubro	Título	RT
Tributário	Tributário	Manual prático para restituição, ressarcimento, reembolso e compensação de tributos federais – PER/DOCOMP	Milissa Cristine da Silva, Patricia Bortolucci, Renata Ferrari Ferre	1ª	3ª	2014	Abril	Título	FiscoSoft
Civil	Civil	Marco civil da internet	Coord. Fabiano doleiro do Messias, Juliana Abruzzo e Marco Aureli	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Civil	Civil	Medição e conciliação - Teoria e prática	Coor. Carlos Afonso, Ronaldo Lemos e Celina Botelho	1ª	1ª	2018	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Medição e Conciliação - Teoria e prática	Coordenação: Ana Paula Nunes Lucato	1ª	1ª	2018	Março	Título	RT
Processual + Empresarial	Processo Civil + Empresarial	Mediação empresarial: aplicação de mecanismos alternativos para solução de disputas entre succe	Francisco de Mesquita Laxe	1ª	1ª	2018	Maio	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Medição empresarial: aplicação de mecanismos alternativos para solução de disputas entre succe	Fabrizio Bittencourt da Cruz	1ª	1ª	2017	Outubro	Título	RT
Ambiental + Civil	Ambiental + Civil	Meio ambiente e responsabilidade civil do proprietário análise do novo causal	Patricia Faga Iglesias Lemos	1ª	2ª	2014	Novembro	Título	RT
Empresarial	Empresarial	Negociação e teoria dos jogos	Antônio Serravallo Rios Tradução: Ricardo Serrano Osorio	1ª	1ª	2017	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Negócios processuais e desqualificação da produção da prova	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	1ª	1ª	2017	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Negócios processuais sobre o ônus da prova no novo CPC	Robson Renauli Godinho	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Novas tendências do direito do consumidor	Claudia Lima Marques e Bete Gast	1ª	1ª	2015	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	2ª	2ª	2016	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	3ª	3ª	2017	Janeiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	4ª	4ª	2018	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	5ª	5ª	2019	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comentado na prática da fazenda nacional	Coord. Rogério Campos, Claudio Xavier Seifedfer Filho, Sandro B	1ª	1ª	2017	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comparado artigo por artigo	Teresa Arruda Alvim Wambier e Luiz Rodrigues Wambier	1ª	1ª	2015	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil comparado artigo por artigo	Teresa Arruda Alvim Wambier e Luiz Rodrigues Wambier	2ª	2ª	2016	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo código de processo civil CPC 2015	Equipe Revista dos Tribunais	1ª	1ª	2015	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo contencioso civil no CPC 2015	Arruda Alvim	1ª	1ª	2016	Março	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo CPC aplicado visto por processualistas	Coord. Teresa Arruda Alvim, Mirna Cami, Lucio Delfino	1ª	1ª	2017	Julho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo CPC aplicado visto por processualistas	Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier, Gavriel	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 1	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 1	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	2ª	2ª	2016	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 1	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	3ª	3ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 2	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 2	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	2ª	2ª	2016	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 2	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	3ª	3ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 3	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	1ª	1ª	2015	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 3	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	2ª	2ª	2016	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 3	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	3ª	3ª	2017	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 3	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	4ª	4ª	2018	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Novo Curso de processo civil volume 3	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	5ª	5ª	2019	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Novo direito do trabalho - Instituições Fundamentais - Impactos da reforma trabalhista	Theresa Nabus	1ª	1ª	2017	Fevereiro	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Novo manual de direito comercial	Fábio Ulhoa Coelho	2ª	29ª	2017	Julho	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Novo manual de direito comercial	Fábio Ulhoa Coelho	3ª	30ª	2018	Maio	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Nullidade do processo e da sentença	Teresa Arruda Alvim	1ª	8ª	2017	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Nullidade do processo e da sentença	Teresa Arruda Alvim	2ª	9ª	2018	Setembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O controle judicial da convencionalidade das leis	Valério de Oliveira Mazzeoli	1ª	4ª	2016	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O devido processo aos litígios coletivos	Edilson Vitorelli	1ª	1ª	2016	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O direito de estar em juízo e a coisa julgada	Arlene Inês Aureli, Leonard Ziesemer Schmitz, Lúcio Delfino, Sérg	1ª	1ª	2014	Julho	Título	RT
Financeiro e Econômico	Financeiro e Econômico	O direito econômico na atualidade	Coord. Fábio Nuddeo	1ª	1ª	2014	Dezembro	Título	RT
Tributário	Tributário	O novo CPC e seu impacto no direito tributário	Paulo Cesar Coronado e Juliana Furtado Costa Araujo	1ª	1ª	2015	Agosto	Título	FiscoSoft
Tributário	Tributário	O novo CPC e seu impacto no direito tributário	Paulo Cesar Coronado e Juliana Furtado Costa Araujo	2ª	2ª	2016	Novembro	Edição	FiscoSoft
Consumidor	Consumidor	O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis	Claudia Lima Marques e Bruno Miragem	1ª	1ª	2012	Setembro	Título	RT
Consumidor	Consumidor	O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis	Claudia Lima Marques e Bruno Miragem	2ª	2ª	2014	Julho	Edição	RT
General	Teoria Geral	O novo paradigma do direito	Friedrich Kutzler	1ª	1ª	2013	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O novo processo civil	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	1ª	1ª	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O novo processo civil	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	2ª	2ª	2016	Junho	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O novo processo civil	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Midtder	3ª	3ª	2017	Abril	Edição	RT
Penal	Penal	O novo sistema jurídico penal	Mans Weleli(Tradução de Regis Prado)	1ª	4ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	O papel da jurisprudência no STJ	Isabeli Gullotti, Bruno Dantas, Alexandre Feire Fernando Gajard	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	O princípio da sustentabilidade transformando direito e governança tradição da obra: the principle of sustaine	João Bosselemann	1ª	1ª	2015	Março	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	OSTI enquanto corte de precedentes: recomposição do sistema processual da corte suprema	Luiz Guilherme Marinoni	1ª	2ª	2014	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	OSTI enquanto corte de precedentes: recomposição do sistema processual da corte suprema	Luiz Guilherme Marinoni	2ª	3ª	2017	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Consumidor	O tratamento do superendividamento e o direito de recomagem dos consumidores	Cláudio Costa Lima	1ª	1ª	2014	Janeiro	Título	RT
Constitucional	Constitucional	O tribunal constitucional como poder	Cesar Sadlamir Souza Junior e Carlos Eduardo Reverbel	1ª	2ª	2016	Fevereiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Ônus da prova no novo CPC	Artur Thompson Carpes	1ª	1ª	2017	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Ônus da prova no processo civil	Vitor de Paula Ramos	1ª	1ª	2015	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Ônus da prova no processo civil	Vitor de Paula Ramos	2ª	2ª	2018	Março	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Orçamentos públicos e lei 4320 1964 comentada José Mauricio Conti	Jose Mauricio Conti	1ª	3ª	2014	Setembro	Título	RT
Fundamentos do Direito/Filosofia	Fundamentos do Direito/Filosofia	Para entender Kelsen	Fábio Ulhoa Coelho	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Parcerias publico privadas reflexões sobre os 30 anos de lei 11.093/2004	Marcel Justino Filho e Rafael Wallbach Schwind	1ª	1ª	2015	Janeiro	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Participação nos lucros e nos resultados	Wagner Balera, Theodoro Vicente Agostinho e Thiago Taborda S	1ª	1ª	2014	Outubro	Título	FiscoSoft
Penal	Penal	Personalidade do agente na fixação da pena	Tatiana Stoco	1ª	1ª	2014	Agosto	Título	RT
Civil	Civil	Perspectiva sobre o juízo do sistema civil francês	Isac Cadet	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT

Penal	Penal	Prática forense volume 6 prática penal	Angela C. Cangiano Machado, Guilherme Madeira Desem, Gusta	19	109	2014	Abri	Título	RT
Penal	Penal	Prática forense volume 6 prática penal	Angela C. Cangiano Machado, Guilherme Madeira Desem, Gusta	29	111	2015	Fevereiro	Edição	RT
Penal	Penal	Prática forense volume 6 prática penal	Angela C. Cangiano Machado, Guilherme Madeira Desem, Gusta	39	129	2016	Março	Edição	RT
Penal	Penal	Prática forense volume 6 prática penal	Angela C. Cangiano Machado, Guilherme Madeira Desem, Gusta	49	139	2017	Maio	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Prática forense volume 7 prática trabalhista	Leone Pereira	19	39	2014	Abri	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Prática forense volume 7 prática trabalhista	Leone Pereira	29	49	2015	Fevereiro	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Prática forense volume 7 prática trabalhista	Leone Pereira	39	59	2016	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Prática forense volume 7 prática trabalhista	Leone Pereira	49	69	2017	Fevereiro	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Prática forense volume 7 prática trabalhista	Leone Pereira	59	79	2018	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Prática forense volume 7 prática trabalhista	Leone Pereira	69	89	2018	Agosto	Edição	RT
General	General	Prática forense volume 8 manual de redação jurídica e língua portuguesa para OAB	Darlan Barroso, João Bolognini e Marco Araujo Junior	19	49	2015	Fevereiro	Título	RT
General	General	Prática forense volume 8 manual de redação jurídica e língua portuguesa para OAB	Darlan Barroso, João Bolognini e Marco Araujo Junior	29	59	2017	Julho	Edição	RT
Civil	Civil	Prática jurídica civil	Darlan Barroso e Juliana Francisca Lettiere	19	69	2014	Abri	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prática processual no novo processo civil	Darlan Barroso e Juliana Francisca Lettiere	19	79	2016	Dezembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prática processual no novo processo civil	Darlan Barroso e Juliana Francisca Lettiere	29	89	2018	Fevereiro	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processual + Civil	Egon Bockmann Moreira, Betina Treiger Grunmacher, Rodrigo	19	19	2017	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processual + Civil	Daniel Midlido	19	19	2016	Janerio	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processual + Civil	Daniel Midlido	29	29	2017	Janerio	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processual + Civil	Daniel Midlido	39	39	2018	Abri	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processual + Civil	William Pugliese	19	19	2016	Agosto	Título	RT
Bancário + Tributário	Bancário + Tributário	Precedentes jurisprudencial volume 1 direito bancário e direito tributário	Luiz Guilherme Marini	19	19	2013	Setembro	Título	RT
Consumidor + Trabalho	Consumidor + Trabalho	Precedentes jurisprudencial volume 2 direito do consumidor e direito do trabalho e previdenciário	Luiz Guilherme Marini	19	19	2013	Outubro	Título	RT
Civil	Civil	Precedentes jurisprudencial volume 3 direito civil	Luiz Guilherme Marini	19	19	2013	Novembro	Título	RT
Comercial/Emprerarial	Comercial/Emprerarial	Precedentes jurisprudencial volume 4 direito societário	Luiz Guilherme Marini	19	19	2013	Dezembro	Título	RT
Civil + Comercial/Emprerarial	Civil + Comercial/Emprerarial	Precedentes jurisprudencial volume 5 responsabilidade civil empresarial	Luiz Guilherme Marini	19	19	2013	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Precedentes obrigatórios	Luiz Guilherme Marini	19	29	2012	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Precedentes obrigatórios	Luiz Guilherme Marini	39	29	2013	Novembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Precedentes obrigatórios	Luiz Guilherme Marini	49	29	2015	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Precedentes obrigatórios	Luiz Guilherme Marini	49	59	2016	Outubro	Edição	RT
Processual + Civil + Arbitragem	Processual + Civil + Arbitragem	Precedentes vinculantes e a aplicação do direito brasileiro na convenção de arbitragem	Marco Bellocchi	19	19	2017	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Preclusão processual civil estática e dinâmica	Anissa Toscan	19	19	2015	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prequestionamento e reprocessamento	José Miguel Garcia Medina Coord. Nelson Nery Jr. E Teresa Arrud	19	69	2014	Março	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Prequestionamento, reprocessamento geral da questão constitucional, relevância da questão federal	José Miguel Garcia Medina	19	79	2017	Março	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Previdência complementar	Adacar Reis, Ana Carolina Ribeiro de Oliveira Mendes e Lara Cor	19	19	2017	Novembro	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Previdência em crise	Bruno Bianco Leal e Felipe Mémolo Portela	19	19	2018	Março	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Primeros comentários ao novo código de processo civil	Teresa Arruda Alvim Wambier, Rogério Licastro, Leonardo Ferres	19	19	2015	Março	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Primeros comentários ao novo código de processo civil	Teresa Arruda Alvim Wambier, Rogério Licastro, Leonardo Ferres	29	29	2016	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Princípio da proporcionalidade no direito do trabalho	Ricardo Pereira de Freitas Guimarães	19	19	2015	Título	Título	RT
Fundamentos do Direito	Fundamentos do Direito	Princípios do direito	Bruno Dantas	19	19	2017	Novembro	Título	RT
Processual + Civil + Constitucional	Processual + Civil + Constitucional	Princípios do processo na constituição federal	Nelson Nery Jr.	19	109	2012	Junho	Título	RT
Processual + Civil + Constitucional	Processual + Civil + Constitucional	Princípios do processo na constituição federal	Nelson Nery Jr.	29	119	2013	Dezembro	Edição	RT
Processual + Civil + Constitucional	Processual + Civil + Constitucional	Princípios do processo na constituição federal	Nelson Nery Jr.	19	129	2016	Abri	Edição	RT
Processual + Civil + Constitucional	Processual + Civil + Constitucional	Princípios do processo na constituição federal	Nelson Nery Jr.	39	139	2017	Novembro	Edição	RT
Administrativo	Administrativo	Processo administrativo	Irene Patrícia Nohara e Thiago Marrara	19	29	2018	Maio	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Processo administrativo disciplinar	Rui Sisco	19	19	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil brasileiro volume 1	Aralen de Assis	19	19	2015	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil brasileiro volume 1	Aralen de Assis	29	29	2016	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil brasileiro volume 2 tomo 1 e 2	Aralen de Assis	19	19	2015	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil brasileiro volume 2 tomo 1 e 2	Aralen de Assis	29	29	2016	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil brasileiro volume 3	Aralen de Assis	19	19	2015	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil brasileiro volume 3	Aralen de Assis	29	29	2016	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil comparado - uma perspectiva evolutiva	Coord. Angelo Denti - Autores: Vincenzo Ansanelli e Luigi Paolo	19	19	2017	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil e direitos humanos	Vitor Fonseca - Coordenação Teresa Arruda Alvim e Eduardo Tale	19	19	2018	Outubro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 1 parte geral e processo de conhecimento	José Miguel Garcia Medina e Teresa Arruda Alvim Wambier	19	39	2014	Abri	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 1 parte geral e processo de conhecimento	José Miguel Garcia Medina e Teresa Arruda Alvim Wambier	19	49	2014	Setembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 2 recursos e ações autônomas do impugnação	José Miguel Garcia Medina e Teresa Arruda Alvim Wambier	19	49	2014	Março	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 3 processo de execução e cumprimento de sentença	José Miguel Garcia Medina	19	59	2014	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 3 processo de execução e cumprimento de sentença	José Miguel Garcia Medina	29	49	2014	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 4 procedimentos cautelares e especiais	José Miguel Garcia Medina, Fábio Caldas de Araujo e Fernando F	19	39	2012	Junho	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 4 procedimentos cautelares e especiais	José Miguel Garcia Medina, Fábio Caldas de Araujo e Fernando F	29	49	2013	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 4 procedimentos cautelares e especiais	José Miguel Garcia Medina, Fábio Caldas de Araujo e Fernando F	39	59	2014	Março	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo civil moderno volume 4 procedimentos cautelares e especiais	Gustavo Gona Coord. Luiz Guilherme Marini, Sérgio Cruz Aren	19	19	2017	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo coletivo	Teori Albino Zawaski	19	79	2017	Janerio	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Processo coletivo do surgimento a atualidade	Ada Pellegrini Grinover, Vincenzo Vigoriti, Antônio Herman Ben	19	19	2014	Julho	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Processo constitucional brasileiro	Georges Abbeud	19	19	2016	Junho	Título	RT
Constitucional	Constitucional	Processo constitucional brasileiro	Georges Abbeud	29	29	2016	Março	Edição	RT
Trabalho	Trabalho	Processo do trabalho atual aplicação dos enunciados do fórum nacional e da instrução normativa do TST	Coordenação Lorena de Mello Rezende Colnago e Theresa Chist	19	19	2018	Agosto	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Processo penal	Gustavo Henrique Badaró	19	39	2015	Março	Título	RT
Processo Penal	Processo Penal	Processo penal	Gustavo Henrique Badaró	29	49	2016	Maio	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Processo penal	Gustavo Henrique Badaró	39	59	2017	Junho	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Processo penal	Gustavo Henrique Badaró	49	69	2018	Abri	Edição	RT
Processo Penal	Processo Penal	Processo penal cautelar	André Luiz Nicolletti	19	29	2015	Julho	Título	RT
Civil	Civil	Promessa de compra e venda e parcelamento do solo urbano	Arnaldo Rizzardo	19	109	2014	Maio	Título	RT
Filosofia	Filosofia	Prontidão para part' Reflexões jurídicas filosóficas sobre a morte	José Renato Natin	19	29	2014	Abri	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prova e convicção	Luiz Guilherme Marini e Sérgio Cruz Arenhart	19	19	2015	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prova e veracidade no direito	Jordi Ferrer Beltrán	19	19	2017	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prova pericial e seu controle no direito processual brasileiro	Daniilo Krinik	19	19	2017	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prova testemunhal	Vitor de Paula Ramos	19	19	2018	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prova atipicidade liberdade e instrumentalidade	Paulo Ostermann Amaral	19	19	2014	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Prova atipicidade liberdade e instrumentalidade	Paulo Ostermann Amaral	29	29	2017	Junho	Edição	RT
Penal	Penal	Provas ilícitas interceptação telefônica ambientais e gravações clandestinas	Luiz Francisco Torquato Avolio	19	69	2014	Abri	Título	RT
General	General	Quem é o povo?	Friedrich Müller	19	79	2014	Julho	Título	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da defensoria pública estaduais e da união	Marco Antonio Araujo Jr., Flávio Martins Gustavo Jungueira	19	19	2014	Novembro	Título	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da OAB - Reta final OAB - Revisão unificada - Encarte	Leone Pereira e Renato Dini	19	19	2018	Março	Título	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da OAB 1.ª fase	Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	19	29	2013	Maio	Título	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da OAB 1.ª fase	Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	29	39	2015	Maio	Edição	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da OAB 1.ª fase	Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	39	49	2016	Junho	Edição	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da OAB 1.ª fase	Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	49	59	2017	Outubro	Edição	RT
General	General	Questões comentadas dos exames da OAB 1.ª fase	Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	59	69	2018	Junho	Edição	RT
General	General	Questões comentadas dos exames de magistratura e ministério público do trabalho	Marco Antonio de Araujo Junior e Leone Pereira	19	19	2014	Fevereiro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Questões relevantes sobre recursos, ações de impugnação e mecanismos de uniformização da jurisprudência	Coord. Bruno Dantas, Cassio Scarpinella Bueno, Cláudia Elisabet	19	19	2017	Agosto	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Reclamação constitucional e precedentes judiciais	Carlos Eduardo Rangel Xavier Coord. Sérgio Cruz Arenhart e Dan	19	19	2016	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso de apelação no novo código de processo civil	Daniel Willinger	19	19	2017	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores	Teresa Arruda Alvim e Bruno Dantas	19	29	2018	Junho	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores no direito brasileiro	Teresa Arruda Alvim Wambier e Bruno Dantas	19	39	2016	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso especial, recurso extraordinário e a nova função dos tribunais superiores no direito brasileiro	Teresa Arruda Alvim Wambier e Bruno Dantas	29	49	2017	Maio	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso extraordinário e recurso especial	Rodolfo de Camargo Mancuso	19	139	2015	Abri	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso extraordinário e recurso especial	Rodolfo de Camargo Mancuso	29	149	2018	Agosto	Edição	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Recurso especial e novo CPC	Teresa Arruda Alvim Wambier	19	19	2015	Agosto	Título	RT
Constitucional + Eleitoral	Constitucional + Eleitoral	Reforma política e eleições	Carlos Eduardo Dieder Verbeil	19	19	2018	Maio	Título	RT
Trabalho	Trabalho	Reforma trabalhista na visão da advocacia	Jorge Cavalcanti Bouchinas Filho	19	19	2018	Maio	Título	RT
Previdenciário	Previdenciário	Regulação dos investimentos de fundos de pensão	emmanuel Vilanova Guilherme Loureiro Perceco	19	19	2014	Novembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Regulamento avançado	José Lopes Barreira Junior e João Carlos Lufimiro	19	19	2014	Dezembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto de renda de 2013	Luiz Valério, César Galafassi, Fábio Rodrigues, Juliana Omar, Mar	19	169	2013	Agosto	Título	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto de renda de 2014	Luiz Valério, César Galafassi, Fábio Rodrigues, Juliana Omar, Mar	29	179	2014	Agosto	Edição	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto de renda de 2015	Luiz Valério, César Galafassi, Fábio Rodrigues, Juliana Omar, Mar	39	189	2015	Março	Edição	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto de renda de 2016	Luiz Valério, César Galafassi, Fábio Rodrigues, Juliana Omar, Mar	49	199	2016	Julho	Edição	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto de renda de 2017	Coord. João Francisco Bianco	59	209	2017	Junho	Edição	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto de renda de 2018	Coord. João Francisco Bianco	69	219	2018	Junho	Edição	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do imposto sobre produtos industrializados RPI 2013	Waldemar de Oliveira	19	229	2014	Setembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Regulamento do simples nacional comentado	Alfredo Portinari Maranca e Mauro Hidalgo	19	29	2014	Outubro	Título	RT
Imobiliário e Registral	Imobiliário e Registral	Regularização fundiária - Lei 13.465/2017	Coord. Alberto Gentil de Almeida Pedrosa	19	19	2018	Maio	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Responsabilidade civil no direito extrajudicial	Luiz Guilherme Marini e Daniel Midlido	19	19	2014	Novembro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo	Patrícia Faga Iglesias Lemos	19	29	2014	Dezembro	Título	RT
Ambiental	Ambiental	Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo	Patrícia Faga Iglesias Lemos	29	39	2014	Abri	Edição	RT
Civil	Civil	Responsabilidade civil do estado	Yussef Said Cahali	19	59	2014	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Responsabilidade civil do médico	Miguel Khatun Neto	29	39	2018	Junho	Título	RT
Civil	Civil	Responsabilidade civil dos hospitais - código civil e código de defesa do consumidor	Miguel Khatun Neto	29	39	2018	Março	Edição	RT
Imobiliário e Registral	Imobiliário e Registral	Responsabilidade civil na incorporação imobiliária	Everaldo Augusto Camblor	19	29	2014	Outubro	Título	RT
Consumidor	Consumidor	Responsabilidade civil por acidentes de consumo na internet	Guilherme Magalhães Martins	19	29	2014	Setembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Responsabilidade dos prefeitos e vereadores	Rui Sisco	19	19	2017	Abri	Título	RT
Processual + Civil	Processual + Civil	Responsabilidade executiva secundária	Rogério Licastro Torres de Mello	19	19	2015	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	Alamiro Velludo Salvador Netto	19	19	2018	Março	Título	RT
General	General	Reta final carreiras fiscais	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	19	19	2017	Julho	Título	RT
General	General	Reta final OAB revisão unificada	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	19	29	2013	Julho	Título	RT
General	General	Reta final OAB revisão unificada	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	29	39	2014	Fevereiro	Edição	RT
General	General	Reta final OAB revisão unificada	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	39	49	2015	Março	Edição	RT
General	General	Reta final OAB revisão unificada	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	49	59	2015	Maio	Edição	RT
General	General	Reta final OAB revisão unificada	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	59	69	2016	Junho	Edição	RT
General	General	Reta final OAB revisão unificada	Coord. Marco Antonio Araujo Junior e Darlan Barroso	69	79	2017	Junho	Edição	RT
Tributário	Tributário	Retenções na fonte de imposto e contribuições	Alexsandra Souza Costa, Daniela Geronzi, Fábio Rodrigues de S	19	29	2013	Dezembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Retenções na fonte de imposto e contribuições	Alexsandra Souza Costa, Daniela Geronzi, Fábio Rodrigues de S	29	39	2014	Dezembro	Edição	RT

Genal	Genal	Teoria geral do termo de ajustamento de conduta	Ana Luiza Nery	1ª	3ª	2018	Janeiro	Título	RT
Civil	Civil	Teoria geral dos contratos	Marcia Carla Ribeiro e Irineu Galeski Jr.	1ª	2ª	2015	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Teoria geral dos recursos	Nelson Nery Jr.	1ª	7ª	2013	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Teoria geral dos recursos civis	Flávio Cherm Jorge	1ª	6ª	2014	Dezembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Teoria geral dos recursos civis	Flávio Cherm Jorge	2ª	7ª	2015	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Teoria geral dos recursos civis	Flávio Cherm Jorge	3ª	8ª	2017	Agosto	Edição	RT
Penal	Penal	Teoria da imputação objetiva do resultado	Luiz Régis Prado	1ª	2ª	2014	Dezembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 1	Wallace Paiva Martins e Maria Sylvia Zanella di Pietro	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 2	Fabrizio Nogueira e Maria Sylvia Zanella di Pietro	1ª	1ª	2015	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 3	Thiago Marrara e Luciano Ferraz	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 4	Aline Lúcia Klein e Floriano de Azevedo Marques Neto	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 5	Romeu Felipe Bacellar Filho e Ricardo Marcondes Martins	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 6	Irene Patricia Nohara e Jacintho Arruda Câmara	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Administrativo	Administrativo	Tratado de direito administrativo volume 7	José dos Santos Carvalho Filho e Fernando Dias Menezes de Alm	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado de direito empresarial 7 volumes	Modesto Carvalho	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 1	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 1	Luiz Régis Prado	1ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 2	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 2	Luiz Régis Prado	1ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 3	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 3	Luiz Régis Prado	1ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 4	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 4	Luiz Régis Prado	1ª	2ª	2017	Abril	Edição	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 5	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 6	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 7	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 8	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Penal	Penal	Tratado de direito penal brasileiro volume 9	Luiz Régis Prado	1ª	1ª	2014	Novembro	Título	RT
Civil	Civil	Tratado de responsabilidade civil	Rui Sacco	2ª	10ª	2014	Novembro	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Contratos mercantis volume 4	Fernando Kuyven, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Vera Jacob de Fr	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Contratos mercantis volume 4	Fernando Kuyven, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Vera Jacob de Fr	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Direito concorrencial volume 7	José Inácio Gonzaga Franceschini e Vicente Bagnoli Coord. Mod	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade de pessoas volume 2	José Inácio Gonzaga Franceschini e Vicente Bagnoli Coord. Mod	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade de pessoas volume 2	Erasmio Valladão Azevedo e Novais Franca Coord. Modesto Carv	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Empresa individual de responsabilidade limitada e sociedade de pessoas volume 2	Erasmio Valladão Azevedo e Novais Franca Coord. Modesto Carv	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Mercado de capitais volume 6	Norma Janssen Parente Coord. Modesto Carvalho	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Mercado de capitais volume 6	Norma Janssen Parente Coord. Modesto Carvalho	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Recuperação empresarial e falência volume 5	Manoel Justino Bezerra Filho, Paulo Fernando Campos Salles de	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Recuperação empresarial e falência volume 5	Manoel Justino Bezerra Filho, Paulo Fernando Campos Salles de	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Sociedades anônimas volume 3	Modesto Carvalho e Fernando Kuyven Coord. Modesto Carv	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Sociedades anônimas volume 3	Modesto Carvalho e Fernando Kuyven Coord. Modesto Carv	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Teoria geral da empresa volume 1	Walfrido Jorge Warde Junior Coord. Modesto Carvalho	1ª	1ª	2016	Agosto	Título	RT
Comercial/Empresarial	Empresarial	Tratado direito empresarial Teoria geral da empresa volume 1	Walfrido Jorge Warde Junior Coord. Modesto Carvalho	2ª	2ª	2018	Agosto	Edição	RT
Tributário	Tributário	Tributação da economia digital	Coord. Tatiane dos Santos Piccietti	1ª	1ª	2018	Setembro	Título	RT
Tributário	Tributário	Tributação da nuvem	Tatiane Piccietti, Gisele Barra Bossa	1ª	1ª	2018	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela cautelar e antecipação de tutela	André Luiz Baumli Tesser	1ª	1ª	2014	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela contra o ilícito inibitório e de remoção	Luiz Guilherme Marinoni	1ª	1ª	2015	Setembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela de evidência	Bruno Vinícius da Rós Bodart	1ª	1ª	2014	Abril	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela de evidência	Bruno Vinícius da Rós Bodart	2ª	2ª	2015	Agosto	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela de urgência e tutela da evidência	Luiz Guilherme Marinoni	1ª	1ª	2017	Janeiro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela de urgência e tutela da evidência	Luiz Guilherme Marinoni	2ª	2ª	2018	Abril	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela provisória	Leonardo Ferraz da Silva Ribeiro	1ª	1ª	2015	Novembro	Título	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela provisória	Leonardo Ferraz da Silva Ribeiro	2ª	2ª	2016	Novembro	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutela provisória	Leonardo Ferraz da Silva Ribeiro	3ª	3ª	2018	Julho	Edição	RT
Processual + Civil	Processo Civil	Tutelas de urgência e processo arbitral	Mateus Almoré Carretero	1ª	1ª	2017	Maio	Título	RT
Genal	Genal	Um panorama da teoria da imputação objetiva	Luiz Greco	1ª	4ª	2014	Agosto	Título	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2014 - legislação selecionada para OAB e concursos	Coord. Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior	1ª	6ª	2014	Março	Título	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2015 - legislação selecionada para OAB e concursos	Coord. Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior	2ª	7ª	2015	Fevereiro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2016 - legislação selecionada para OAB e concursos	Coord. Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior	2ª	8ª	2016	Fevereiro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2017 - legislação selecionada para OAB e concursos	Coord. Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior	4ª	9ª	2017	Fevereiro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2018 - Edição Especial	Equipe Revista dos Tribunais	1ª	1ª	2018	Janeiro	Título	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2018 - legislação selecionada para OAB e concursos	Coord. Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior	4ª	10ª	2018	Fevereiro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum 2018 - legislação selecionada para OAB e concursos	Coord. Darlan Barroso e Marco Antonio Araújo Junior	5ª	11ª	2018	Novembro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum RT 2015	Equipe Revista dos Tribunais	1ª	10ª	2015	Fevereiro	Título	RT
Genal	Genal	Vade Mecum RT 2015	Equipe Revista dos Tribunais	2ª	11ª	2015	Março	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum RT 2016	Equipe Revista dos Tribunais	3ª	12ª	2016	Janeiro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum RT 2017	Equipe Revista dos Tribunais	5ª	14ª	2017	Janeiro	Edição	RT
Genal	Genal	Vade Mecum RT 2018	Equipe Revista dos Tribunais	6ª	15ª	2018	Janeiro	Edição	RT
Penal	Penal	Violência doméstica	Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Bastista Pinto	1ª	5ª	2014	Janeiro	Título	RT
Penal	Penal	Violência doméstica	Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Bastista Pinto	2ª	6ª	2015	Setembro	Edição	RT

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 11/02/2019 18:19:54

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019194/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 11/02/2019 18:19:54</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**DESPACHO**

À COLIC/SELIC, para manifestação acerca da contratação por inexigibilidade.



Fortaleza, 12 de Fevereiro de 2019.

**BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO**  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO




## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 019799/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>BENEDITO SERGIO MONTE SILVA COELHO</b> <i>Assinado eletronicamente em 12/02/2019 17:32:53</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 13 de Fevereiro de 2019.



À  
SEÇÃO DE COMPRAS

Para instrução do processo.

**GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS**  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS





## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 020349/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/02/2019 13:01:49</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

# BIBLIOTECA DIGITAL ProView™

O MELHOR CONTEÚDO AO SEU ALCANCE!



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Ceará



THOMSON REUTERS

# O que é ProView™?

ProView™ é um aplicativo que permite armazenamento, leitura e consulta de obras da Thomson Reuters em formato eletrônico.



THOMSON REUTERS

# ProView™ não é apenas um ebook

ProView™ é muito mais do que apenas um PDF ou ePub.



É um e-Book inteligente!

Uma plataforma que reúne conteúdo de qualidade para você que não tem tempo a perder!

Pode ser acessado por meio de tablet (iPad e Android) ou computador (via browser ou software para Windows e Mac) de forma sincronizada.



THOMSON REUTERS

# ProView™ em números



A biblioteca digital Thomson Reuters ProView™ é a aplicação **líder global** no mercado de livro eletrônico profissional



Presente em **mais de 12 países**, com planos de expansão para muitos mais em um curto período de tempo



**Mais de 1.000.000 usuários**, entre os quais os maiores escritórios de advocacia e universidades do mundo



THOMSON REUTERS

# Editoras

As Editoras que utilizam o Thomson Reuters ProView™ são:

- Revista dos Tribunais (Brasil)
- FiscoSoft (Brasil)
- Aranzadi (Espanha)
- Cívitas (Espanha)
- Lex Nova (Espanha)
- Abeledo Perrot (Argentina)
- La Ley Argentina (Argentina)
- Dofiscal Editores (México)
- Legal Publishing (Chile)
- Estudio Caballero Bustamante (Peru)
- Carswell (Canadá)
- Éditions Yvon Blais (Canadá)
- Sweet & Maxwell (Inglaterra)
- West (EUA)
- Anz (Austrália)



THOMSON REUTERS

# Funcionalidades ProView™



## TRANSFIRA ANOTAÇÕES PARA UMA NOVA EDIÇÃO

Transfira todas as suas  
anotações e marcadores  
de maneira automática  
com a função  
“Importar Anotações”



## USE O TESAURO PARA BUSCAR INFORMAÇÕES

Neste tipo de busca, ao  
começar a escrever um termo,  
irão aparecer diversas palavras  
do índice Tesouro relacionadas  
ao termo pesquisado



## LINKS NO SUMÁRIO

Sumário com links diretos para  
o conteúdo abordado



THOMSON REUTERS

# Funcionalidades ProView™



## SELECIONE & DESTAQUE TEXTOS

Faça anotações e escolha entre uma variedade de cores para organizar suas notas e destaques



## ORDENAR

Ordene sua biblioteca por: Título (ordem alfabética), Editora, País, Assunto (por área do Direito), Categoria (personalizada pelo próprio usuário)



## HISTÓRICO DE NAVEGAÇÃO

Acompanhe as páginas navegadas



THOMSON REUTERS



# Funcionalidades ProView™



## CONFIGURAÇÕES & PREFERÊNCIAS

Escolha a aparência dos seus livros no ProView mudando a fonte do texto, tamanho do texto, espaçamento de linhas e o esquema de cores



## PESQUISE EM SUA BIBLIOTECA

Pesquise em todos seus e-books e obtenha resultados com os nomes dos livros onde os termos foram encontrados, e o número de vezes que eles aparecem em cada livro



## MARCADORES DE PÁGINA

Crie um marcador de página no livro tocando no ícone de Marcador de Página situado no canto superior direito da página



THOMSON REUTERS

# Descrição do produto



Livros jurídicos do catálogo da Editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft em formato digital



Acesso individualizado às notas, marcações e demais funcionalidades de personalização e-Reader Proview™



Disponíveis para acesso via navegador



Acesso por meio do link:  
[www.proview.thomsonreuters.com](http://www.proview.thomsonreuters.com)



THOMSON REUTERS

# Informações complementares

## Características da **Biblioteca Digital ProView™**:

- ✓ Acervo inicial com mais de 950 obras da Editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft
- ✓ Acesso integral à todas as obras
- ✓ Acesso à todas as publicações relacionadas ao NOVO CPC (Códigos Comentados, além das demais doutrinas) e também à Reforma Trabalhista
- ✓ Atualização mensal da Biblioteca, com lançamento de novos títulos e novas edições
- ✓ Possibilidade de realizar pesquisas dentro da Biblioteca e dentro de cada obra
- ✓ Possibilidade de fazer anotações personalizadas, destaques e marcações em qualquer obra disponível, e também impressão do conteúdo em formato PDF\*

## Modo de acesso:

- ✓ Liberado através da *Intranet* do Órgão, com possibilidade de acesso externo através da Internet

## Prazo para liberação do acesso ao produto:

- ✓ 72 horas após o recebimento do contrato assinado e/ou emissão da Nota de Empenho

\* De acordo com o contrato de cada autor com a Editora



# Investimento

## ASSINATURA DE LIVROS ELETRÔNICOS

### Tipo: BIBLIOTECA COMPLETA

Quantidade de Livros	Biblioteca Completa*
Valor Total	R\$ 30.000,00

\*Todos os livros disponibilizados no catálogo da Editora Revista dos Tribunais e Fiscosoft, incluindo o lançamento de novos títulos e novas edições durante todo o período do contrato

#### OBSERVAÇÕES:

- ✓ Acesso liberado para até **100** usuários simultâneos
- ✓ Vigência da assinatura: **12 meses** a partir da liberação do acesso ao produto

#### FORMA DE PAGAMENTO:

Nota de Empenho

#### DADOS BANCÁRIOS:

Banco do Brasil | Ag.: 3324-3 | Conta Corrente: 33992-X  
Editora Revista dos Tribunais Ltda | CNPJ 60.501.293/0001-12 | Rua do Bosque, 820 – Barra Funda, São Paulo/SP

#### ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIAS:

Thomson Reuters Brasil - Ed. Francisco Lopes  
Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 - Vila Olímpia, São Paulo/SP – CEP: 04548-000

**PROPOSTA VÁLIDA ATÉ 28/02/2019**



THOMSON REUTERS

# ANEXO I – Condições Técnicas: Biblioteca Digital ProView™

## 1. Produtos e Conteúdos

- 1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento pela CONTRATADA ao CONTRATANTE de conteúdos editoriais jurídicos selecionados (“Conteúdos”) da Editora Revista dos Tribunais (RT) e da FiscoSoft.
- 1.2. O Conteúdo é constituído por livros eletrônicos publicados pela RT e pela FiscoSoft.
- 1.3. O CONTRATANTE declara que conhece os Conteúdos e cada Produto da CONTRATADA que adquiriu quanto ao seu formato, conteúdo e características.
- 1.4. A CONTRATADA será a única responsável por apontar as obras que farão parte da Biblioteca Digital Proview. Caso o CONTRATANTE queira ter acesso a uma obra que não faz parte da Biblioteca Digital Proview, deverá adquiri-la em separado, através de pedido em apartado, conforme condições previstas no item “Da Contratação One Shot”, abaixo. Em hipótese alguma, as obras que fazem parte do acervo da Biblioteca Digital Proview poderão ser substituídas por outras, que não sejam as pré-definidas pela CONTRATADA. A CONTRATADA detém ainda o direito de bloquear o acesso a certos Conteúdos temporária ou permanentemente, a seu exclusivo critério.
- 1.5. O CONTRATANTE declara-se ciente de que a CONTRATADA não garante a renovação de idêntico Conteúdo, cabendo à CONTRATADA apontar as obras que farão parte da Biblioteca Digital Proview por ocasião da renovação ou extensão do período contratado.
- 1.6. Para fins deste Contrato, será considerado Produto o acesso por meio eletrônico, não exclusivo e intransferível, ao Conteúdo publicado pela CONTRATADA.
- 1.7. A compra de publicações impressas (“Livros”) será objeto de pedido separado, sem qualquer relação ou submissão aos termos do presente Contrato.

## 2. Da Contratação One Shot

- 2.1. Caso o CONTRATANTE queira adquirir obras que não façam parte da lista disponibilizada pela CONTRATADA na Biblioteca Digital Proview, poderá fazê-lo através da modalidade One Shot, que constitui na aquisição de livros em pedidos em separado, onde o CONTRATANTE terá acesso a um código para acesso a versão eletrônica do livro adquirido, através da Plataforma Proview.
- 2.2. Os livros adquiridos na modalidade One Shot, poderão ser acompanhados da versão física do livro, conforme o caso, sendo certo que será informado esta condição no ato de compra pelo CONTRATANTE.
- 2.3. Fica estabelecido entre as Partes que para aquisição One Shot, o Conteúdo contratado ficará disponível no servidor da CONTRATADA pelo prazo de 10 anos, decorrido esse período ou caso haja antecipação do prazo, a CONTRATADA enviará ao CONTRATANTE um aviso com a antecedência razoável para comunicar essa descontinuação do acesso, sendo que, a CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE que efetivamente tenha efetuado o pagamento dos respectivos valores pela aquisição, o Produto descontinuado em meio eletrônico para que o CONTRATANTE possa armazenar o Produto em sua base, e a CONTRATADA não terá nenhuma outra obrigação de fornecer suporte ao Acesso, Produto e/ou Serviço.

## 3. “Upgrades” e “Add Ons”

- 3.1. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, realizar atualizações (Upgrades) dos Conteúdos ao(s) Produto(s), disponibilizando-as gratuitamente ao CONTRATANTE.
- 3.2. A CONTRATADA poderá, durante e/ou após o prazo determinado de vigência do Contrato, adicionar novos Conteúdos, facilidades e funcionalidades (“Add Ons”) aos Produtos. A CONTRATADA oferecerá os Add Ons ao CONTRATANTE, informando as novas condições comerciais. Os créditos proporcionais referentes a este Contrato a favor do CONTRATANTE serão considerados e utilizados na compra dos Produtos com os Add Ons.

## 4. Configuração e Requisitos Mínimos

- 4.1. O CONTRATANTE declara ter ciência da configuração mínima dos microcomputadores para a utilização dos e acesso aos Produtos on-line: Processador com “clock” mínimo de 1GHZ ou superior; Memória RAM mínima de 1GB; Monitor com resolução de 1024x 768 VGA ou superior; Browser para acesso à Internet Mozilla Firefox 3.6 ou superior, Internet Explorer 8.0 ou superior, Safari 5 e Chrome 12; acesso a Internet (banda larga).

## 5. Uso do Produto

- 5.1. Os Conteúdos dos Produtos online estarão armazenados em servidores da CONTRATADA ou por ela contratados e não serão transferidos para reprodução, armazenamento ou cópia permanente pelo CONTRATANTE.
- 5.2. A CONTRATADA, ao vender o Produto, e o CONTRATANTE, ao comprá-lo, pactuam que o CONTRATANTE deverá se utilizar do Conteúdo do Produto apenas para o uso interno e curso normal de seus negócios como destinatário final. A utilização do Produto e respectivos Conteúdos da CONTRATADA em todos os seus formatos é concedida para uso pessoal e não comercial, sendo apenas licenciado ao CONTRATANTE (e aos usuários vinculados ao CONTRATANTE).
- 5.3. Exceto se previsto em contrário, o uso dos Conteúdos CONTRATADA inclui o direito de: (i) leitura; (ii) exibir em telas, monitores ou projetores de uso interno do CONTRATANTE; (iii) citar ou extrair excertos com a apropriada remissão e créditos, colando em memorandos, petições, trabalhos ou criações similares produzidos pelo CONTRATANTE no uso regular de suas atividades profissionais e (iv) criar impressões para distribuição e circulação interna.

# ANEXO I – Condições Técnicas: Biblioteca Digital ProView™

## 6. Restrição de Uso dos Conteúdos

6.1. O acesso ao conteúdo concedido pela CONTRATADA está sujeito à proteção em conformidade com as leis de direitos autorais, segredos comerciais e propriedade intelectual aplicáveis. Dessa forma, o CONTRATANTE não usará nenhum Conteúdo e não o distribuirá a terceiros de maneira contrária ou na violação de leis, regulamentos ou regras federal, estadual ou local, podendo a CONTRATADA bloquear o acesso a certos Conteúdos temporária ou permanentemente.

6.2. Ao acessar os Conteúdos, o CONTRATANTE reconhece que, de tempos em tempos, a CONTRATADA e seus colaboradores podem solicitar ao CONTRATANTE a identificação da permissão de uso.

6.3. O CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA sobre qualquer mau uso e/ou uso abusivo de Conteúdos que ele tiver conhecimento.

6.4. O CONTRATANTE não poderá transferir, ceder, autorizar ou emprestar os Produtos adquiridos.

6.5. O CONTRATANTE obriga-se, ao utilizar-se de acesso ao Produto pela internet, a: (i) não realizar engenharia reversa, descompilar, desagregar ou de qualquer forma interferir, modificar, copiar ou visualizar códigos fontes de softwares próprios ou de terceiros utilizados pela CONTRATADA como plataforma de suporte de seu Produto ou reproduzir partes ou todo de códigos ou linguagens de programação (ii) utilizar os Produtos online que tiver acesso com a quantidade de terminais e usuários previstos neste Contrato; (iii) não copiar o programa de computador associado aos Conteúdos online; (iv) não remover os avisos de direitos autorais ou de propriedade intelectual e os códigos de segurança ou proteção contra a cópia, replicação ou duplicação; (v) tomar todas as providências necessárias para evitar que seus prepostos ou terceiros venham a copiar ou reproduzir indevidamente softwares ou conteúdos e (vi) abster-se de utilizar meios eletrônicos para extração dos Conteúdos, como por exemplo a utilização de ferramentas de software de acesso, busca ou pesquisa automática para a cópia de Conteúdos. Essas obrigações não se exaurem com o término do prazo de vigência deste Contrato.

## 7. Proteção da Senha de Acesso

7.1. Caso o acesso seja por IP, o endereço de IP informado pelo CONTRATANTE será considerado como o principal ponto de acesso aos Produtos online pelo CONTRATANTE e seus usuários vinculados ao CONTRATANTE.

7.2. Caso seja disponibilizada no Produto a opção de criar login e senha pelo CONTRATANTE, será possível a seus usuários acessar os Produtos vinculados a esse Contrato através de computadores domésticos, laptops ou outros aparelhos sem fio.

7.3. O CONTRATANTE e seus usuários estão cientes e concordam que por motivos de segurança, caso sejam criados login e senha para acesso ao Produto, a CONTRATADA poderá, a cada período de 06 (seis) meses limpar os logins e senhas criados.

7.4. O CONTRATANTE também é responsável por todo o acesso aos Conteúdos da CONTRATADA realizado pelos funcionários, prepostos e/ou representantes do CONTRATANTE e/ou pelas senhas de acesso, mesmo que o CONTRATANTE autorize ou não tal acesso e/ou uso, sendo vedado o compartilhamento das senhas de acesso aos Produtos da CONTRATADA que tenham sido emitidas para uso exclusivo do CONTRATANTE e seus usuários.

7.5. O CONTRATANTE se compromete a: comunicar a CONTRATADA sobre qualquer uso não autorizado de login e/ou senha que venha a ter conhecimento; não realizar cópias, backups, reproduções dos conteúdos da CONTRATADA; fazer o procedimento de finalização da utilização on-line (logoff) ao final da utilização do Produto online, podendo a CONTRATADA fazer o logoff após permanência com o acesso aberto e inativo por tempo, a critério exclusivo da CONTRATADA; não permitir que o Produto online seja utilizado por terceiros, vedada a cessão, sublicença, autorização, fornecimento ou disponibilização do seu login, senha ou permissões de acesso.

## 8. Condições de Acesso

8.1. O acesso e posse do CONTRATANTE ao Produto são condicionados ao: (i) pagamento das Compras; (ii) acesso ao Produto por meio de endereço eletrônico (URL) definido pela CONTRATADA; (iii) contínuo respeito pelo CONTRATANTE e seus usuários aos termos deste Contrato, em especial aos direitos autorais e propriedades intelectuais dos Conteúdos; (iv) utilização de conexão à Internet através de provedor de acesso contratado pelo CONTRATANTE, com velocidade e banda compatíveis com o volume de conteúdo acessado e (v) utilização de software de navegação (Browser) na Internet do próprio CONTRATANTE.

8.2. O acesso do CONTRATANTE ao Produto será feito por identificação do número de IP (Internet Protocol), permitindo acesso simultâneo a vários usuários do CONTRATANTE. O CONTRATANTE deverá fornecer a lista de IP's para a CONTRATADA. Os IP's deverão ser IP's fixos, não podendo o CONTRATANTE fornecer IP's dinâmicos. O acesso será feito somente nas dependências físicas do CONTRATANTE. Para acessos fora das dependências do CONTRATANTE, deverá disponibilizar recursos para os usuários como VPN ou Acesso via Proxy Reverso, como fornecida pelo CONTRATANTE.

## 9. Disposições Gerais

9.1. A Responsabilidade Civil da CONTRATADA será limitada a um patamar máximo pré-determinado equivalente à soma dos valores pagos durante os últimos 12 (doze) meses de vigência deste Contrato.

9.2. As Partes e cada um de seus agentes, empregados e subcontratados que trabalham diretamente no Contrato também se obrigam a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis, especialmente a Lei brasileira nº 12.846/2013.

9.3. As partes declaram e garantem mutuamente que exercem suas atividades em conformidade com a legislação vigente a elas aplicável, e que detém as aprovações necessárias à celebração deste Contrato, e ao cumprimento das obrigações nele previstas.

9.4. Qualquer Intimação/notificação com a intensão de aplicação de penalidade, aviso de descumprimento, apresentação de Defesa prévia e Recurso deve ser encaminhado impreterivelmente ao Departamento Jurídico da CONTRATADA no endereço: A/C Departamento Jurídico - Avenida Cardoso de Melo, nº 1855, 13º andar, São Paulo/SP, CEP: 04548-005.



Emissão da Proposta: 05/12/2018

Atualização da Proposta: 25/01/2019

Roberto Abreu

Sales Strategic Academic & Government

Thomson Reuters – Legal

Revista dos Tribunais

the answer company

Mobile : +55 51 9 9654 - 1213

Phone : +55 51 3362 - 8641

[roberto.abreu@thomsonreuters.com](mailto:roberto.abreu@thomsonreuters.com)

<https://thomsonreuters.com.br>



**Tribunal Regional Eleitoral**  
do Ceará



THOMSON REUTERS

# CERTIDÃO

A

## DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

**A ASSESPRO – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – REGIONAL SÃO PAULO** associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega e representa as empresas nacionais fornecedoras de software e prestadoras de serviços de informática, atendendo à solicitação de sua empresa associada, e com fundamento nos documentos regularmente registrados em nossos arquivos, vem certificar, em atendimento ao que reza o art. 25, nº I da Lei 8666 de 21.06.93, que segundo estas informações, a **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**, com sede à Rua do Bosque, 820 – CEP: 01136-000 – Barra Funda - SP, inscrita no **CNPJ** sob o nº **60.501.293/0001-12**, é a **única distribuidora e revendedora com exclusividade no Brasil, dos produtos da empresa THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES, discriminados abaixo.**

**NOME DO PRODUTO:** ProView Thomson Reuters – Biblioteca Digital Proview

**DESCRIÇÃO RESUMIDA:** Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda a biblioteca com tema livre e com termos indexados, recursos de exportação trecho dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo de multiusuários. A **THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES** publica mais de 460 obras atuais nos selos editoriais Revistas Dos Tribunais e FiscoSoft.

**NÚMERO DO INPI:** 831103108

São Paulo, 22 de outubro de 2018.

Presidente

Vice – Presidente

*Documento assinado digitalmente*

Verificação no site: <http://www.documentoeletronico.com.br/validar-documentos.asp>, através do Código de Acesso (Passcode) constante no PROTOCOLO DE ASSINATURA(S) DIGITAL (IS.)

**DCL. 426/2018**

A Presente Certidão é válida por 180 (cento e oitenta) dias em todo território Nacional.

☎ 55 (11) 3064-0003

✉ [assespro@assespro-sp.org.br](mailto:assespro@assespro-sp.org.br)

📍 Rua Apeninos, 429, Cj. 1013

Aclimação – Cep: 01533-000 – São Paulo/SP

[ASSESPRO-SP.ORG.BR](http://ASSESPRO-SP.ORG.BR)



## PROTOCOLO DE AÇÕES

Este é um documento assinado eletronicamente pelas partes. O documento eletrônico é garantido pela medida provisória 2200-2, de 24 de agosto de 2001, que estabelece que todo documento em forma eletrônica tem assegurada a autenticidade, integridade e validade jurídica desde que utilize certificados digitais padrão ICP-Brasil.

Data de emissão do Protocolo: 23/10/2018

### Dados do Documento

Tipo de Documento	Certidão de Exclusividade**
Referência	DCL 426/2018
Situação	Vigente / Ativo
Data da Criação	22/10/2018
Validade	22/10/2018 até 20/04/2019
Hash Code do Documento	A34053A911BE092567B632E4A05996BBB1BD7D2593608A6BF83DF8F6E2AAF62A

### Assinaturas / Aprovações / Aceites

<b>Papel (parte)</b>	Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
<b>Relacionamento</b>	49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
<b>Eduardo Alexandre Nistal</b>	142.512.098-93
<b>Ação:</b>	Assinado em 22/10/2018 17:47:56 com o certificado ICP-Brasil Serial - 42D1D4BAC0DF1FFC <b>IP:</b> 191.209.43.217
<b>Info. Navegador:</b>	Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; WOW64; Trident/7.0; rv:11.0) like Gecko

<b>Papel (parte)</b>	Vice Presidente - ASSESPRO SÃO PAULO
<b>Relacionamento</b>	49.728.744/0001-16 - ASSESPRO-SP

Representante	CPF
<b>Ricardo José Theil</b>	043.668.758-53
<b>Ação:</b>	Assinado em 22/10/2018 09:06:22 com o certificado ICP-Brasil Serial - 6FB021EC13F3B134 <b>IP:</b> 200.158.222.218
<b>Info. Navegador:</b>	Mozilla/5.0 (iPhone; CPU iPhone OS 12_0_1 like Mac OS X) AppleWebKit/605.1.15 (KHTML, like Gecko) Version/12.0 Mobile/15E148 Safari/604.1

A autenticidade, validade e detalhes de cada assinatura deste documento podem ser verificadas através do endereço eletrônico <https://www.documentoeletronico.com.br/proceletronicahttps/validardocumentoscontent.aspx>, utilizando o código de acesso (passcode) abaixo:

Código de Acesso (Passcode): **HRW35-3OKQC-2WOSE-HLZUB**



Os serviços de assinatura digital deste portal contam com a garantia e confiabilidade da **AR-QualiSign**, Autoridade de Registro vinculada à ICP-Brasil.

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 22Jun18 NUMERO: 2018NE001226 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 080012/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A.REGIAO  
CNPJ : 03141166/0001-16 FONE: (41) 3310-7169  
ENDERECO : AV. VICENTE MACHADO, 147 - CENTRO  
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80420-010

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ENDERECO : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA  
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

AQUISICAO DO APLICATIVO "PROVIEW".

DESP. ODESP 1041/18.

CLASS : 1 15110 02122057142560041 107700 0100000000 339039 000000

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 01 PROCESSO: PR 038/2018

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: PR /

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/01 LEI8666/93

NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 30.000,00

TRINTA MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 30.000,00  
VALOR DO SEQ. : 30.000,00

CONTRATAÇÃO DE ASSINATURA ANUAL, COM PERMISSÃO PARA 100 ACESSOS SIMULTÂNEOS,  
DO APLICATIVO "PROVIEW" - LIVROS ELETRONICOS.

SOLICITANTE: NUCLEO DA BIBLIOTECA, MEMO CBIB 18/2018.

T O T A L : 30.000,00

-----  
PATRICIA A.B.ANTONIO  
ORDENADOR

-----  
LUIZ CARLOS SANCHES  
GESTOR FINANCEIRO

Marcos Antonio Kugnharaki  
Gestor Financeiro Substituto



## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 19Dez18 NUMERO: 2018NE001801 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 080004/00001 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A.REGIAO  
CNPJ : 03235270/0001-70 FONE: 085 33889470/33889478/33889475  
ENDereco : AV. SANTOS DUMONT 3384 BAIRRO ALDEOTA  
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60150-162

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ENDereco : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA  
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

AQUISICAO DE ASSINATURA PARA 100 ACESSOS SIMULTANEOS A PLATAFORMA DE CONTEUDO  
JURIDICO PROVIEW THOMSON REUTERS. TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO Nº 53/  
2018. LI 1734/2018.

CLASS : 1 15108 02122057142560023 107678 0100000000 339039 000000

TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE

AMPARO: LEI8666 INCISO: 01 PROCESSO: 8314/2018

UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP /

ORIGEM DO MATERIAL :

REFERENCIA: ART25/01 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 31.275,00

TRINTA E UM MIL, DUZENTOS E SETENTA E CINCO REAIS\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 31.275,00

VALOR DO SEQ. : 31.275,00

AQUISICAO DE ASSINATURA PARA 100 ACESSOS SIMULTANEOS A PLATAFORMA DE CONTEUDO  
JURIDICO PROVIEW THOMSON REUTERS. TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITACAO Nº 53/  
2018. LI 1734/2018.



O TERMO DE REFERENCIA DESTE PROCESSO É PARTE INTEGRANTE DESTA NOTA DE EMPENHO.

T O T A L : 31.275,00

-----  
NEIARA S T CYSNE FROTA  
ORDENADOR

-----  
FABIANO REGO DE SOUSA  
GESTOR FINANCEIRO

RECEBEMOS DE Editora Revista dos Tribunais Ltda OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		NF-e Nº526005 SÉRIE 9
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

	Editora Revista dos Tribunais Ltda	<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA <b>Nº526005</b> <b>SÉRIE 9</b> <b>FOLHA 1/ 1</b>		
	Rua do Bosque, 820			CHAVE DE ACESSO <b>3518 1060 5012 9300 0112 5500 9000 5260 0512 1034 2810</b>
	Barra Funda São Paulo - SP - CEP: 01136000 Fone: 1136138400 -			Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda produção do estabelecimento		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO <b>135180680071998 04/10/2018 11:26:15</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 103555500111	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 60.501.293/0001-12	

DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME/RAZÃO SOCIAL JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA		CNPJ/CPF 00.508.903/0001-88	DATA DA EMISSÃO 04/10/2018
ENDEREÇO ST SCES TRECHO 3 POLO 8 LOTE 9		BAIRRO / DISTRITO ASA SUL	CEP 70200-003
MUNICÍPIO BRASILIA	UF DF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DE SAÍDA/ENTRADA

FATURA / DUPLICATAS FATURA Número: 0000526005, Valor original: 30.804,00, Valor do Desconto: 0,00, Valor Líquido: 30.804,00									
Núm. Duplicata/Parcela 001	Vencimento 03/11/2018	Valor 30.804,00	Núm. Duplicata/Parcela	Vencimento	Valor	Núm. Duplicata/Parcela	Vencimento	Valor	

BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 30.855,00	
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 51,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 30.804,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS DADOS		RAZÃO SOCIAL BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES		FRETE POR CONTA 0 - Emitente	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF SP	CNPJ / CPF 48.740.351/0001-65
ENDEREÇO ROD PRESIDENTE DUTRA KM 222 500		MUNICÍPIO		UF SP		INSCRIÇÃO ESTADUAL 116945108113		
QUANTIDADE 0	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000			

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO															COD.PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QTDE	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	VL. DESCONTO	BC.ICMS	VL. ICMS	V. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
0000000000041840333	PV RT BIBLIOTECA DIG PROVIDE ANUAL SUB - SEM GTIN Desconto: R\$ 51.00	49019900	041	6101	EA	1,00	30.855,0000	30.855,00	51,00																				

CÁLCULO DO ISSQN		INSCRIÇÃO MUNICIPAL 10958690		VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
------------------	--	---------------------------------	--	--------------------------	--------------------------	----------------

DADOS ADICIONAIS	RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES Valores totais do ICMS Interestadual: DIFAL da UF destino R\$0,00 + FCP R\$0,00; DIFAL da UF origem R\$0,00. Inf. Contribuinte: Operação com Livros Imunes a Impostos de Acordo com Art. 150 INC. VI Letra D da C.F Imun. cfe. Art. 18, Inc. I do Decreto 7.212/10 PIS e COFINS com alíq zero art 28 inc VI da Lei nº10865/04 PIS e COFINS com alíq zero art 28 inc VI da Lei nº10865/04 Nr da Nota de Empenho: 2018NE000495 Razão Social: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA CNPJ: 60.501.293/0001-12 Banco do Brasil: 001 Agência: 3324-3 Conta: 33992-X Delivery: 129849969 PO 2018NE000495 IMPOSTOS RETIDOS IRRF ( 0.00 % ) R\$ 0.00 CSLL ( 1.00 % ) R\$ 308.04 PIS ( 0.00 % ) R\$ 0.00 COFINS ( 0.00 % ) R\$ 0.00	



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**

**CNPJ: 60.501.293/0001-12**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:19:28 do dia 11/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/07/2019.

Código de controle da certidão: **55AF.BD39.3DF3.1BF1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 60.501.293/0001-12

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 19010049945-67

Data e hora da emissão 11/01/2019 15:22:33

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 60.501.293

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 21315454

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 15/02/2019 16:59:37

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 60501293/0001-12  
**Razão Social:** EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
**Endereço:** R DO BOSQUE 820 / BARRA FUNDA / SAO PAULO / SP / 1136-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

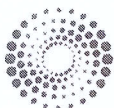
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 08/02/2019 a 09/03/2019

**Certificação Número:** 2019020801454491579628

Informação obtida em 15/02/2019, às 15:46:38.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES

Declaramos, para todos os fins de direito, que não possuímos em nosso quadro funcional menores de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos de idade, consoante art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República c/c a Lei federal nº 9.854/99, de 27/10/1999, DOU de 28/10/1999.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2019.

---

Jeane Elisabete Avelar  
Diretora Comercial  
CPF: 83.014.3301-91

---

Ricardo Tommasi Filho  
CPF: 522.826.196-68





SECRETARIA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
DEPARTAMENTO FISCAL

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA CND - DA**

Número do Contribuinte : **CCM 1.095.869-0**

Nome do Contribuinte : **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**

CNPJ/CPF : **60501293/0001-12**

O DEPARTAMENTO FISCAL da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO CERTIFICA que para o contribuinte indicado em epígrafe, até a presente data, **NÃO CONSTA** inscrição na Dívida Ativa de débito relativo a tributos mobiliários. Fica, porém, ressalvado que a presente Certidão não abrange os débitos de tributos mobiliários que porventura estejam sob o gerenciamento da Secretaria Municipal de Finanças do Município de São Paulo, bem como, não atinge tributos imobiliários nem dívidas ativas não tributárias. Este documento não contém emendas nem rasuras.

Certidão expedida com base no Decreto Municipal nº **50.691/2009**.

Prazo de validade de 03 (três) meses contados da data de sua emissão.

Certidão emitida às **11:51:45** horas do dia **29/11/2018** (hora e data de Brasília).

Código de controle da certidão: **2FE9.C8FE.DB10.2000**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria dos Negócios Jurídicos - Procuradoria Geral do Município (<http://www.prefeitura.sp.gov.br>).



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0551954 - 2018

**CPF/CNPJ Raiz:** 60.501.293/

**Contribuinte:** EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

**Liberação:** 29/10/2018

**Validade:** 27/04/2019

**Tributos Abrangidos:**

Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 1.095.869-0- Início atv :14/06/73 (R DO BOSQUE, 00820 - CEP: 01136-000)

CCM 1.157.770-3- Início atv :14/06/73 (R CONDE DE SARZEDAS, 00038 - CEP: 01512-000)

CCM 2.349.674-6- Início atv :28/04/95 (R HANNEMANN, 00352 - CEP: 03031-040)

CCM 2.781.220-0- Início atv :27/04/99 (R DO BOSQUE, 00820 - CEP: 01136-000)

CCM 3.892.861-2- Início atv :19/03/09 (AV DA LIBERDADE, 00956 - CEP: 01502-001)

CCM 2.377.155-0- Início atv :27/07/95 (R CONDE DO PINHAL, 00078 - CEP: 01501-060)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 08:24:58 horas do dia 29/10/2018 (hora e data de Brasília).

**Código de Autenticidade:** F8328EE7

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 60.501.293/0001-12

Certidão nº: 163339423/2018

Expedição: 29/11/2018, às 11:48:52

Validade: 27/05/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **60.501.293/0001-12**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 033/2019

ORIGEM:	SEÇÃO DE COMPRAS	
	Coordenadoria:	Secretaria: SAD
DESTINO:	COLIC	
DATA:	21/02/2019	

protocolo

Sr.<sup>a</sup> Coordenadora,

Envia-se, para providências, cotação de preços referente ao **PAD 2326/2019**, “Assinatura anual da Biblioteca Digital Proview” em conformidade com a Lei nº 8.666/93, arts. 25, I e 26, § único, III e com a Instrução Normativa nº 5/2014, alterada pela IN nº 7/2014, do SLTI/MPOG.

Após a análise das especificações do objeto, o termo de referência foi publicado na *homepage* do portal da transparência deste Tribunal, buscando atender aos princípios da transparência e publicidade.

Em atendimento ao Acórdão nº 1565/2015 – TCU Plenário, “(...) nos casos de **inviabilidade de licitação**, este Plenário se manifestou, conforme subitem 9.1.3 do Acórdão 819/2005, no sentido de que, para atender o disposto no inciso III do art. 26 da Lei de Licitações, poder-se-ia fazer uma comparação entre os preços praticados pelo fornecedor exclusivo junto a outras instituições públicas ou privadas.”, foi realizada pesquisa de preço, conforme consta demonstrado na planilha.

**A Editora Revista dos Tribunais Ltda. é a única distribuidora e revendedora com exclusividade no Brasil do produto ProView Thomson Reuters – Biblioteca Digital Proview, da empresa Thomson Reuters Global Resources, conforme certificado pela ASSESPRO – Associação das Empresas de Tecnologia da Informação – Regional São Paulo (certidão anexa).**

**A empresa apresentou proposta no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para um contrato anual, além de notas fiscais comprovando a prática de preço com outros entes públicos (documentos anexos).**

Segue abaixo a planilha de preços, e em anexo a documentação comprovando os referidos preços praticados, acompanhada de documentação do fornecedor.

Respeitosamente,

Francisco Wagner da Silva Santos  
Técnico Judiciário  
Matrícula 67889

De acordo,

RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS  
Chefe da Seção de Compras

GIOVANNA LUNA ARAÚJO VINHAS  
Coordenadora de Licitações e Contrato

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 21/02/2019 15:41:58  
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

## ANEXO

PLANILHA DE PREÇOS			
DESCRIÇÃO	QUANT. (MESES)	PREÇO TOTAL	EMPRESA
ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW	12	R\$ 30.000,00	EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

### PREÇOS PRATICADOS PARA OUTROS ÓRGÃOS/EMPRESAS

DESCRIÇÃO	QUANT. (MESES)	PREÇO TOTAL	EMPRESA
ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW	12	R\$ 30.000,00	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
		R\$ 30.855,00	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
		R\$ 31.275,00	TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

EMPRESA	CNPJ	ENDEREÇO	E-MAIL
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.	60.501.293/0001-12	Av. Dr. Cardoso de Melo, 1855 – Vila Olímpia – São Paulo/SP	<a href="mailto:roberto.abreu@thomsonreuters.com">roberto.abreu@thomsonreuters.com</a>



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 025690/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS</b> <i>Assinado eletronicamente em 21/02/2019 15:41:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.





Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF



**Declaração**

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 60.501.293/0001-12  
Razão Social: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: 13/11/2019

**Ocorrências e Impedimentos**

Ocorrência: **Consta**  
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**  
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**  
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

**Níveis cadastrados:**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/08/2019
FGTS	Validade:	09/03/2019
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	17/08/2019

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

Receita Estadual/Distrital	Validade:	17/03/2019
Receita Municipal	Validade:	27/04/2019

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: 31/05/2019

Emitido em: 21/02/2019 15:47

CPF: 357.575.313-04 Nome: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

Ass: \_\_\_\_\_

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 21/02/2019 15:51:34  
Por: RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS

1 de 1

TRE



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

**Relatório de Ocorrências**

**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 60.501.293/0001-12  
Razão Social: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado

**Ocorrência 1:**

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ  
Data Aplicação: 29/11/2005  
Número do Processo: 056/05  
Descrição/Justificativa: ADVERTÊNCIA PELO Não FORNECIMENTO DO ITEM 12 (ENUNCIADOS DO TST) CONFORME OFÍCIO/CVM/SAD/Nº 427/2005.

**Ocorrência 2:**

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 925480 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA  
Data Aplicação: 04/02/2015  
Número do Processo: 2013/6802  
Descrição/Justificativa: O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, através de sua Secretária de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 738/12/TJRR, art. 2º, IV aplica à empresa EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, A aplicação da penalidade de advertência, é decorrente de descumprimento contratual, com fundamento no art.87, I, da Lei 8.666/93 e no Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2013, conforme publicação no DJe, edição nº 5447, de 07.02.2015

## Relatório de Ocorrências

### Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 90029 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A.REGIAO  
Data Aplicação: 29/12/2014  
Número do Processo: 22532-14.2014.4 Número do Contrato: 2014NE000628  
Descrição/Justificativa: O TRF 3º Região resolve aplicar à empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda, CNPJ nº 60.501.293/0001-12, a sanção de advertência, com base no artigo 87, I, da Lei nº 8.666/93. A penalidade é resultado do descumprimento da obrigação avançada, com a entrega dos periódicos, mediante processo administrativo nº 0022532-14.2014.4.03.8000.

### Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 154041 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO  
Data Aplicação: 13/02/2014  
Número do Processo: 23115016779201235 Número do Contrato: 2012NE801839  
Descrição/Justificativa: A UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, NOS TERMOS DO PROCESSO 23115.016779/2012-35, DECIDE COM BASE NA AUTORIZAÇÃO DO PRÓ REITOR DE GESTÃO E FINANÇAS DESTA UFMA, E ORDENADOR DE DESPESA POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, APLICAR PENA DE ADVERTÊNCIA A EMPRESA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA - CNPJ 60.501.293/0001-12, PREVISTA NO ART 87ª DA LEI 8.666/1993, INC I EM VIRTUDE DE PROBLEMAS OCASIONADOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO. (2012NE801839)

### Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I  
UASG Sancionadora: 173030 - MF-CVM-COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS/RJ  
Data Aplicação: 26/01/2015  
Número do Processo: RJ-2013-8623 Número do Contrato: 013/2014  
Descrição/Justificativa: Atraso na regularização da prestação dos serviços, assim como sucessivos faturamentos equivocados, sem a devida correção solicitada pela fiscalização.

## Relatório de Ocorrências

### Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **20001 - SENADO FEDERAL**  
Data Aplicação: **31/03/2015** Valor da Multa: **R\$ 138,68**  
Número do Processo: **00200002260201396** Número do Contrato: **2013NE000324**  
Descrição/Justificativa: **Por intermédio da Portaria nº 60, de 31 de março de 2015, o Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado Federal, com base nos subitens 4.1 e 4.2 do Regulamento Para Compras de Periódicos Nacionais e Estrangeiros, aplica à empresa EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA pena de MULTA no valor de R\$ 132,68, pelo atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho n 2013NE000324, conforme disposto no Processo n 00200.002260/2013-96.**

### Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **926119 - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - GDF**  
Data Aplicação: **12/02/2014** Valor da Multa: **R\$ 381,86**  
Número do Processo: **060.004.136/2013**  
Descrição/Justificativa: **PENALIDADE APLICADA FACE AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DO EMPENHO Nº 2013NE09046 (substitui a 2013NE07831).**

### Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**  
UASG Sancionadora: **90011 - JUSTICA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE**  
Data Aplicação: **05/04/2016** Valor da Multa: **R\$ 1.020,00**  
Número do Processo: **1055/2014** Número do Contrato: **03/2015**  
Descrição/Justificativa: **descumprimento total do contrato, visto que a empresa excedeu em mais de 30 (trinta) dias o prazo para fornecimento dos seguintes Periódicos: Revista de Direito Privado (trinta e oito dias de atraso), Revista dos Tribunais (trinta e oito dias de atraso), Revista de Direito Ambiental (trinta e oito dias de atraso), Revista de Processo (trinta e oito e quarenta e três dias de atraso), Revista Brasileira de Ciências Criminais (trinta e oito dias de atraso) e Revista de Direito Constitucional e Internacional (trinta e oito dias de atraso),**

## Relatório de Ocorrências

### Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**  
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**  
Data Aplicação: **22/04/2015** Valor da Multa: **R\$ 3.200,00**  
Número do Processo: **19146/2013**  
Descrição/Justificativa: **art. 4ª §2ª da Portaria GPR n. 72/2015**

### Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**  
UASG Sancionadora: **200100 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO MIN. PUBLICO FED.**  
Data Aplicação: **15/07/2014** Valor da Multa: **R\$ 14.832,90**  
Número do Processo: **3998/2014-52** Número do Contrato: **2013NE001988**  
Descrição/Justificativa: **Não disponibilização dos arquivos para inclusão na Biblioteca Digital do MPF**

### Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**  
UASG Sancionadora: **80001 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**  
Data Aplicação: **20/11/2014** Valor da Multa: **R\$ 5.119,12**  
Número do Processo: **504.104/2013-2** Número do Contrato: **2013NE002189**  
Descrição/Justificativa: **ATO SEA nº 122/2014, de 20/11/2014, aplicada penalidade de MULTA, em razão do atraso na disponibilização dos arquivos PDF, conforme a nota de empenho 2013NE002189.**

### Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Outros**  
UASG Sancionadora: **50001 - STJ \_ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**  
Data Aplicação: **22/10/2015** Valor da Multa: **R\$ 6.558,00**  
Número do Processo: **6456/2015** Número do Contrato: **NÃO SE APLICA**  
Descrição/Justificativa: **NOS TERMOS DO ARTIGO 86, CAPUT, DA LEI 8.666/1993, DEVIDO AO ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL OBJETO DA NOTA EMPENHO 2545/2013.**

## Relatório de Ocorrências

### Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. II**  
Motivo: **Inexecução Total ou Parcial do Contrato**  
UASG Sancionadora: **50001 - STJ \_ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**  
Data Aplicação: **10/03/2015** Valor da Multa: **R\$ 22,23**  
Número do Processo: **STJ nº 12071/2014** Número do Contrato: **NÃO SE APLICA**  
Descrição/Justificativa: **Aplicação de multa moratória, com fundamento no art. 86, caput, da Lei 8.666/93, e no item 06 das Condições de Fornecimento e de Prestação de Serviços ao STJ, devido ao atraso na entrega do material objeto da nota de empenho nº 0214/2015.  
MULTA RECOLHIDA.**

### Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência: **Legado**  
UASG Sancionadora: **90012 - JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA**  
Número do Processo: **1187/2005-JFBA**  
Descrição/Justificativa: **A JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA, ATRAVÉS DO P.A. Nº1187/2005-JFBA, APLICOU À EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA MULTA NO VALORTOTAL DE R\$ 12,38, EM RAZÃO DO ATRASO DE 11 DIAS NA ENTREGA DO MATERIAL RELATIVO À NOTA DE EMPENHO Nº 2004NE002103, COM FULCRO NO ARTIGO 86DA LEI Nº 8.666/93 E NA MENCIONADA NOTA DE EMPENHO.**

### Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**  
UASG Sancionadora: **100001 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL**  
Impeditiva: **Não**  
Número do Processo: **01.107/2016** Número do Contrato: **2016NE000498**  
Descrição/Justificativa: **DESCUMPRIMENTOS CONTRATUAIS.**

### Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**  
UASG Sancionadora: **50001 - STJ \_ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**  
Impeditiva: **Não**  
Número do Processo: **017221/2017** Número do Contrato: **14/2017**  
Descrição/Justificativa: **Multa de mora no valor de R\$ 189,47 (cento e oitenta e nove reais e quarenta e sete centavos), em razão do atraso de 13 (treze) dias na disponibilização do acesso deste Superior Tribunal de Justiça à base de dados jurídica "Revista dos Tribunais Online (RT Online)", objeto do Contrato STJ nº 014/2017**



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 025702/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS</b> <i>Assinado eletronicamente em 21/02/2019 15:51:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2019.

À



**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

PARA PROVIDÊNCIAS.

**RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS**  
SEÇÃO DE COMPRAS





## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 025708/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>RAQUEL CORDEIRO GADELHA SANTOS</b> <i>Assinado eletronicamente em 21/02/2019 15:52:19</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 21 de Fevereiro de 2019.



À  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para informar.

**GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS**  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 025715/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 21/02/2019 15:56:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**INFORMAÇÃO n.º 14/2019 - Processo PAD n.º 2.326/2019**  
**Contratação de serviço de Biblioteca Digital Proview de Livros**  
**Inexigibilidade (Lei n.º 8.666/93, art. 25, caput).**



Trata de solicitação da Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral – SEBIM, para contratação de para prestação de serviço de aplicativo que permite armazenamento, leitura e consulta do ProView Thomson Reuters – Biblioteca Digital Proview, da empresa Thomson Reuters Global Resources em formato eletrônico, conforme certificado pela ASSESPRO – Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme justificativas expostas no Termo de Referência, doc. PAD n.º 19.143/2019.

O custo da aquisição é de R\$ 30.000, 00 (trinta mil reais) para um contrato anual, conforme proposta da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda (doc. PAD n.º 25.660/2019) e .

A Lei n.º 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, autorizando, no art. 25, *caput*, a inexigibilidade da licitação **quando houver inviabilidade de competição**.

De acordo com referida lei, em casos de inexigibilidade, a licitação não tem condições de ser realizada, quer seja devido à singularidade do objeto a ser licitado, quer seja pela impossibilidade de se estabelecerem critérios objetivos para o seu julgamento.

No caso específico, temos configurada a inviabilidade de competição, em razão da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda, comercializar e executar com exclusividade em todo território nacional, os serviços pretendidos, como consta no doc. PAD n.º 25.6690/2019.

Quanto à documentação fiscal e trabalhista exigida para a contratação com o Poder Público, foi realizada consulta SICAF, ao sítio eletrônico da Secretaria da Receita Federal, CEF, Justiça do Trabalho, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, onde restou comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda, CNPJ n.º 60.501.293/0001-12. Acrescentadas ainda, consultas realizadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União – CGU e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, consulta a lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, as consultas podem ser conferidas nos doc. PAD. Nº 19179/2019, 25.660/2019 e 25.702/2019.

Foram acostadas Notas Fiscais referentes a contratações em outras empresas da Administração, demonstrando o valor similar ao da presente contratação (doc. PAD. Nº 19.151/2019).

Diante do exposto, consideramos cabível a presente contratação através de inexigibilidade de licitação (art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93), desde que comprovada a existência de saldo orçamentário pela SOF. Encaminhamos o expediente à COLIC para ciência e providências cabíveis. Após, à consideração superior, sugerindo pronunciamento da Secretaria de Controle Interno no presente processo, anteriormente à ratificação do ato pela autoridade competente.

Fortaleza (CE), 25 de fevereiro de 2019.

Aliny Guerra Vale  
Seção de Licitações



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 027260/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>ALINY GUERRA VALE</b> <i>Assinado eletronicamente em 25/02/2019 15:37:50</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 25 de Fevereiro de 2019.



À  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para ciência e providências necessárias.

**ALINY GUERRA VALE**  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 027266/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>ALINY GUERRA VALE</b> <i>Assinado eletronicamente em 25/02/2019 15:40:32</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 25 de Fevereiro de 2019.

À

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**



Para informar saldo orçamentário e encaminhar à GADIR para análise.

**GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS**  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS





## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 027268/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 25/02/2019 15:43:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

26/02/19 14:15


USUARIO : SUELY

DATA EMISSAO : 26Fev19

NUMERO : 2019PE000016

DATA LIMITE : 31Dez19


UG EMITENTE : 070007 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA

 ESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

FAVORECIDO :

TAXA CAMBIAL :

OBSERVACAO / FINALIDADE

 ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW, PARA ATENDER à JUSTIÇA ELEITO-

AL. PAD: 2326/19

SUBITEM: 01.

EVENTO	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	V A L O R
401081	1	084573	0100000000	339039		AOSA ASSINA	30.000,00

LANCADO POR : 45776962315 - SUELY

UG : 070007 26Fev19 14:15

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 028054/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>SUELY VENANCIO DE OLIVEIRA</b> <i>Assinado eletronicamente em 26/02/2019 14:17:05</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Processo	2326/19
Objeto: Assinatura anual da Biblioteca Digital Proview, para atender à Justiça Eleitoral do Ceará	
Valor da Despesa	R\$ 30.000,00
Disponibilidade Orçamentária	R\$ 30.000,00
Saldo já utilizado para Dispensa (Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93)	-
SUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA PARA ATENDER A DEMANDA	
Sim	X
Não	

ALOCÇÃO DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

PROGRAMA DE TRABALHO RESUMIDO – PTRES	
084573 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – P.O. 1	X
084574 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa – P.O. 2	
084796 – Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica	
107671 – Pleitos Eleitorais	
Outro:	
GRUPO DA DESPESA	
3 – Outras Despesas Correntes	X
4 – Investimento	
FONTE ORÇAMENTÁRIA	
0100 - Recursos Ordinários	X
0127 – Custas e Emolumentos – Poder Judiciário	
Outra:	

OBSERVAÇÕES

339039-01 – AOSA ASSINA



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 028057/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>SUELY VENANCIO DE OLIVEIRA</b> <i>Assinado eletronicamente em 26/02/2019 14:17:46</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>IBERE COMIN NUNES</b> <i>Assinado eletronicamente em 26/02/2019 17:10:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 26 de Fevereiro de 2019.

À

**ASSESSORIA DA DIRETORIA-GERAL**



Para apreciação com arrimo orçamentário suficiente.

**IBERE COMIN NUNES**  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS




## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 028360/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>IBERE COMIN NUNES</b> <i>Assinado eletronicamente em 26/02/2019 17:11:14</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Fevereiro de 2019.

À

**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**



Ref. PAD 2.326/2019.

De início, deixo consignado que o exame do mérito (juízo de conveniência e oportunidade) será analisado *a posteriori*, caso se confirme a viabilidade *jurídica* da contratação, no que tange à legalidade.

Considerando o valor envolvido, solicito o prévio exame dessa unidade de controle.

**HUGO PEREIRA FILHO**

DIRETORIA-GERAL






## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 029296/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>HUGO PEREIRA FILHO</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/02/2019 17:34:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 1 de Março de 2019.



À  
**SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES  
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS**

Para análise técnica acerca da contratação por inexigibilidade.

**RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 030620/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE</b> <i>Assinado eletronicamente em 01/03/2019 10:44:25</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



INFORMAÇÃO/SAGES/COGES/SCI N.º 055/2019



Assunto: Administrativo. Assinatura anual da Biblioteca Digital Proview de Livros.  
Inexigibilidade. Análise.  
Referência: PAD n.º 2326/2019.  
Interessado: Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral – SEBIM

Senhor(a) Chefe,

Em cumprimento ao disposto no artigo 5º-C, inciso I, letra “a”, item 6 da Resolução TRE/CE n.º 303/2006, alterada pela Resolução TRE/CE n.º 383/2009 c/c o disposto no art. 1º, I, letra “c” da Portaria TRE/CE n.º 2/2016, vêm ao exame deste órgão técnico os autos do processo administrativo em referência, visando efetuar a análise de atos de gestão originários de procedimento de contratação direta por inexigibilidade de licitação.

2. Preliminarmente, destaca-se que, nos termos do item II, “c”, do **Parecer nº 02/2013 – SCI/Presi/CNJ**, foi exarada determinação aos dirigentes dos órgãos do Poder Judiciário, no sentido de que **a unidade ou núcleo de controle interno dos respectivos tribunais se abstenha de realizar atividades próprias e típicas de gestão, tais como: “c.6) decisão ou aprovação de objeto a ser contratado”, “c.7) enfrentamento de questões jurídicas provocadas pelo gestor” e “c.8) exercício de práticas de atividades de assessoria jurídica, que possam comprometer a independência de atuação da unidade ou núcleo de controle interno”,** razão pela qual efetuaremos a presente análise nos estritos termos do art. 5º-C, inciso I, “a”, item 1, do Resolução TRE-CE nº 303/2006, o qual determina que incumbe à Sages *“executar as atividades de acompanhamento, orientação e emissão de pareceres que visem racionalizar a execução da despesa, bem como aumentar a eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial”*.

3. Trata-se de procedimento administrativo oriundo da Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral - SEBIM (Doc. PAD n.º 19120/2019), segundo o qual encaminha termo de referência e proposta da Editora Revista dos Tribunais, com o objetivo de adquirir, por meio de assinatura, a Biblioteca Digital Proview de Livros. Destaca, ainda, a SEBIM, que a presente aquisição é de interesse deste Tribunal, beneficiando todos os magistrados e servidores em efetivo exercício na Justiça Eleitoral Cearense e, em especial, os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado, contribuindo com a facilitação e realização de pesquisas e estudos, sem a necessidade de deslocamentos.

4. Por oportuno, faz-se necessário registrar que a proposta ofertada (Doc. PAD n.º 19151/2019) implica em dispêndios na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) pela assinatura por 12 meses do periódico, com acesso liberado para até 100 usuários simultâneos.



5. Instrui, também, os autos, declaração emitida pela ASSESPRO - Associação das Empresas de Tecnologia da Informação - Regional São Paulo, informando que aludida editora é a única distribuidora e revendedora com exclusividade no Brasil, dos produtos objeto da presente demanda, qual seja, Biblioteca Digital Proview de Livros.

6. Em sua manifestação, a Seção de Licitações e Contratos opina favoravelmente à contratação em tela, através de inexigibilidade de licitação, por força do art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a existência de disponibilidade orçamentária.

7. Ato contínuo, pronunciou-se a Secretaria de Orçamento e Finanças informando a existência de saldo orçamentário no exato valor da despesa.

8. É, em síntese, o relatório.

9. De início, tendo em vista que a despesa ora analisada se origina de inexigibilidade de licitação, cumpre recomendar cautela ao Ordenador de Despesas do TRE/CE ao decidir-se pela contratação direta, porquanto a Lei de Licitações e Contratos considera, no seu artigo 89, *caput*, ilícito penal dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses descritas em lei, além do que o citado ato deve ser motivado, por força do disposto nos artigos 2º e 50, IV, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sob pena de vir a ser questionado pelo egrégio Tribunal de Contas da União, em processo de auditoria externa.

10. De outra sorte, cumpre deixar assente que o processo em comento se submete a exame desta seção, em razão da competência disposta no Regimento Interno deste Tribunal, visando a verificação da legalidade do enquadramento da despesa em comento como *inexigibilidade de licitação*, face a legislação em vigor, além do cumprimento dos *princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da eficiência e da probidade administrativa*.

## **1) DA FUNDAMENTAÇÃO PARA A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

11. No mérito, cumpre registrar que o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal disciplina, como regra, que, *“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*. (grifamos)

12. Em termos infraconstitucionais, a Lei n.º 8.666/1993 prevê, em caráter excepcional, a hipótese de se dispensar (art. 24 e incisos) ou inexigir (art. 25 e incisos) a obrigatoriedade do procedimento licitatório, sendo que, na espécie, busca-se verificar a



possibilidade jurídica de contratação direta por inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, *caput*, daquele diploma legal, em face da inviabilidade de competição.

13. No caso concreto, verifica-se que a assinatura anual dos periódicos em tela amolda-se ao mencionado dispositivo da Lei de Licitações, tendo em vista a exclusividade de distribuição e comercialização dos produtos da empresa THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES – Biblioteca Digital Proview de Livros, conforme discriminado na proposta anexada aos autos (Doc. PAD n.º 25660/2019), por parte da Editora Revista dos Tribunais Ltda, comprometendo, assim, a possibilidade de realização certame licitatório.

14. Corroborando com este entendimento colacionamos lição da lavra do ilustre professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes<sup>1</sup>:

*Quando somente a editora produz o periódico e somente essa o comercializa, tem-se configurada a inviabilidade fática e jurídica absoluta de competição, ensejando o enquadramento no caput do art. 25, da Lei nº 8.666/93. Nesses casos a prova da inviabilidade de competição é mais simples: é suficiente a declaração do editor informando que seu produto tem os direitos autorais registrados e que não tem nenhum representante ou fornecedor, realizando diretamente a comercialização.*

## 2) DO TERMO DE REFERÊNCIA

15. Com efeito, faz-se mister salientar ter sido verificada a existência de elaboração de Termo de Referência pela Seção de Biblioteca e Memória Eleitoral (art. 6º, inciso IX, Lei nº 8.666/93), destacando-se a imprescindibilidade de tal documento também nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação (Decisão TCU nº 302/1998 - Primeira Câmara<sup>2</sup>).

16. Entretanto, cumpre refutar a exigência prevista no item 6.1 do Termo de Referência (Doc. PAD n.º 19143/2019), a qual prevê que “a contratada deverá disponibilizar via intranet, com possibilidade de acesso externo via internet, de forma ilimitada, com até 100 usuários simultâneos, o conteúdo contratado, 24 (vinte e quatro) horas ao dia”. Nesse contexto, vislumbra-se, *grosso modo*, excessiva referida previsão de 100 usuários simultâneos ao conteúdo contratado, confrontando-se ao universo de pretensos usuários deste Regional.

<sup>1</sup> FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Vade-mécum de licitações e contratos. 2. ed. Belo Horizonte, Fórum, 2005, p. 465.

<sup>2</sup> Decisão TCU nº 302/1998 – Primeira Câmara: “8.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que: 8.3.1. nos procedimentos licitatórios que realizar, faça constar do processo correspondente, os seguintes elementos exigidos na Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores: (...) c) **projeto básico e/ou projeto executivo do serviço contratado, mesmo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando couber (art. 7º, § 9º)**”.



17. Assim, em respeito ao princípio da eficiência e da economicidade administrativa, preconizado no art. 37, caput, da Constituição Federal, convém a Administração avaliar se o número de acessos simultâneos previstos no Termo de Referência se mostra adequado à real necessidade deste Regional, a fim de evitar a superestimativa no quantitativo de serviço a ser contratado. Note-se, por consequência, que ao ser promovida a adequação no quantitativo do serviço, poderá resultar grandes vantagens em termos de economia de recursos para este Tribunal, considerando que a possível redução no número de acessos contratados com a Editora, acarretará automaticamente na redução do valor contratado.

18. Nesse sentido, pode-se constatar, segundo os extratos de inexigibilidade de licitação colacionados abaixo, que o valor praticado pela pretensa contratada reduziu à medida que se diminuiu o número de acessos simultâneos previstos contratualmente. Cumpre registrar, que um dos casos abaixo referenciados, o valor do contrato reduziu pela metade, com a diminuição na quantidade de acessos simultâneos, senão vejamos:

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2018 - UASG 200200**

Nº Processo: 2692201800900/9 . Objeto: Contratação de acesso ao acervo da Biblioteca Digital ProView, com até 50 (cinquenta) acessos simultâneos, pelo período de 12 (doze) meses, para utilização por parte de membros e servidores do MPT. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 03/05/2018. TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS. Diretora de Administração. Ratificação em 03/05/2018. SANDRA CRISTINA DE ARAUJO. Diretora-geral Substituta. Valor Global: R\$ 15.000,00. CNPJ CONTRATADA : 60.501.293/0001-12 EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA. (SIDECA - 04/05/2018) 200200-00001-2018NE000012

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

PROCESSO nº 0007632-17.2018.5.04.0000. CD nº 0563/18-4. RESUMO DO OBJETO: assinatura da Biblioteca Digital ProView, para 70 (setenta) acessos simultâneos de dez./2018 a nov./2019. VALOR TOTAL: R\$ 21.000,00. FAVORECIDO: Editora Revista dos Tribunais Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput, da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 085083. Classificação: 3390390101. RATIFICAÇÃO: por Ricardo Carvalho Fraga, Vice-Presidente, em 18/12/2018.



19. Desse modo, sugere que a administração promova a devida adequação no quantitativo do serviço a ser contratado, com vistas a redução de custos e economia de recursos públicos.

### 3) DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

---

20. No que diz respeito à existência de receita disponível para fazer face à despesa ora tratada, impende salientar a regularidade da cobertura pela forma apontada pelo Secretaria de Orçamento e Finanças (Doc. PAD n.º 28057/2019).

### 4) DA REGULARIDADE FISCAL DA PRETENSA CONTRATADA

---

21. No que tange à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da pretensa contratada, resta evidenciado, pelas certidões constantes dos autos, que a mesma encontra-se regular perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Justiça do Trabalho, estando assim habilitada a contratar com o Poder Público.

22. Ademais, foi verificado que constam dos autos documentos que atestam a ausência de registro da Imprensa Nacional no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em atendimento à orientação ventilada no Acórdão TCU n.º 1.793/2011 – Plenário.

### 5) DA NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA EXCLUSIVIDADE NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DA ADEQUAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS COM O VALOR PRATICADO NO MERCADO

---

23. Em atenção ao disposto no Acórdão TCU n.º 822/2005 – Plenário, observa-se haver sido incluída a necessária declaração de exclusividade, ou, na impossibilidade desta, de documento que comprove ser o contratado o único fornecedor das respectivas áreas e/ou serviços (Doc. PAD n.º 22660/2019). Ademais, quanto à justificativa de preço (art. 26, III, da Lei n.º 8.666/93), constatamos que o valor ofertado a este Regional se acha em consonância com aqueles recentemente praticados pela empresa, conforme se verifica do cotejo entre a proposta apresentada e as cópias de notas de empenho anexadas pela pretensa contratada.

### 6) CONCLUSÃO

---

24. Destarte, considerando-se os quesitos acima analisados, **com ênfase às ressalvas apontadas nos tópicos 16, 17, 18 e 19 da presente informação**, esta unidade de controle interno encaminha o presente feito para deliberação da autoridade superior quanto à declaração de inexigibilidade da licitação sob análise.





Tribunal Regional Eleitoral do Ceará  
Secretaria de Controle Interno e Auditoria  
Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão  
Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativas e de Recursos Humanos



É a informação que submeto à consideração superior

SAGES, 12 de março de 2019.

De acordo.

*(assinado eletronicamente)*

**Claudia Carvalho Rodrigues de Albuquerque**

*Analista Judiciária*

*Mat. nº 81.627*

*(assinado eletronicamente)*

**Marcela Nicácio Quezado**

*Chefe da Seção de Acompanhamento e  
Orientação às Gestões Administrativa e  
de Recursos Humanos*

De acordo.

De acordo.

*(assinado eletronicamente)*

**José Hermínio Pinho Neto**

*Coordenador de Acompanhamento e Orientação à  
Gestão*

*(assinado eletronicamente)*

**Rodrigo Ribeiro Cavalcante**

*Secretário de Controle Interno*



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 035243/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>CLAUDIA CARVALHO RODRIGUES DE ALBUQUERQUE</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 11:14:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>MARCELA NICACIO QUEZADO</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 12:50:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>JOSE HERMINIO PINHO NETO</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 13:40:27</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 14:16:58</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



Publicado em: 07/05/2018 | Edição: 86 | Seção: 3 | Página: 156

Órgão: Ministério Público da União/Ministério Público do Trabalho/Procuradoria-Geral/Departamento de Administração/Divisão de Editais e Contratos

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 30/2018 - UASG 200200

Nº Processo: 2692201800900/9 . Objeto: Contratação de acesso ao acervo da Biblioteca Digital ProView, com até 50 (cinquenta) acessos simultâneos, pelo período de 12 (doze) meses, para utilização por parte de membros e servidores do MPT. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 03/05/2018. TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS. Diretora de Administração. Ratificação em 03/05/2018. SANDRA CRISTINA DE ARAUJO. Diretora-geral Substituta. Valor Global: R\$ 15.000,00. CNPJ CONTRATADA : 60.501.293/0001-12 EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

(SIDEC - 04/05/2018) 200200-00001-2018NE000012

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada (pdf).



EXTRATO DE RESCISÃO

ESPÉCIE: Termo de Rescisão. LOCATÁRIO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO, CNPJ 01.298.583/0001-4. LOCADORA: FABIANA TORRES DURÃES, CPF 012.184.996-13. OBJETO: Rescisão, em 30.11.2018, do Contrato 16LI007, referente a locação do imóvel em Sete Lagoas, destinado a abrigar o Núcleo do Foro, Serviços auxiliares de apoio e arquivo do Fórum Trabalhista daquela localidade. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art 78, XII e 79, II, parágrafo 1º da Lei 8666/93 e Processo e-PAD 35320/2018. DATA DA ASSINATURA: 07/12/2018. SIGNATÁRIOS: Eliel Negromonte Filho (pelo Locatário) e Fabiana Torres Durães (Locadora). 18TR009 - e-PAD 38787/2018.

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

ESPÉCIE: Termo de Doação. DOADORA: CONSTRUTORA MELLO DE AZEVEDO S.A. - CNPJ 17.154.899/0001-08. DONATÁRIO: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA TERCEIRA REGIÃO - CNPJ 01.298.583/0001-41. OBJETO: Doação de um gradil externo e portão, no valor de R\$18.382,49, e suas respectivas instalações para o imóvel que abrigará a nova Sede da Justiça do Trabalho em Sete Lagoas. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 17, II, a, da Lei 8.666/93, Processo e-PAD 10622/2018. DATA DA ASSINATURA: 14/12/2018. SIGNATÁRIOS: Nelson Parma de Azevedo, Rafael Perez Rezende (pela doadora) e Paulo Sérgio Barbosa Carvalho (pelo donatário). 18DB018 - e-PAD 38839/2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0009105-38.2018.5.04.0000. CD nº 0606/18-4. RESUMO DO OBJETO: Aquisição de espargidores (spray) incapacitantes, não letais, de porte individual. VALOR TOTAL: R\$ 15.850,80. FAVORECIDO: Poly Defensor Indústria Química Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, I, da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 107704. Classificação: 3390302802. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 17/12/2018.

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0007632-17.2018.5.04.0000. CD nº 0563/18-4. RESUMO DO OBJETO: assinatura da Biblioteca Digital ProView, para 70 (setenta) acessos simultâneos de dez./2018 a nov./2019. VALOR TOTAL: R\$ 21.000,00. FAVORECIDO: Editora Revista dos Tribunais Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput, da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 085083. Classificação: 3390390101. RATIFICAÇÃO: por Ricardo Carvalho Fraga, Vice-Presidente, em 18/12/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Termo Aditivo 8º ao CONTRATO Nº: 14/2011. LOCATÁRIO: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. LOCADOR: Sérgio Spessato. RESUMO DO OBJETO: Previsão de reajuste, prorrogação da vigência do contrato por mais 12 meses, a contar de 04/02/2019, adequação da cláusula relativa ao pagamento do IPTU, inclusão do prazo para executar reparos, modificação da equipe de fiscalização e alteração do prazo de comunicação para rescisão antecipada do imóvel. Nº DA AQUISIÇÃO: CD 0116/11-4. Nº DO PROCESSO: 0000526-48.2011.5.04.0000. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 11/12/2018. ASSINAM: Des. Vania Cunha Mattos, pelo locatário, e Sr. Sérgio Spessato, pelo locador.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

EDITAL TRT5 Nº 30, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018  
CONCURSO PÚBLICO RESULTADO PRELIMINAR

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, Maria de Lourdes Linhares Lima de Oliveira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do Edital nº 01/2013 de Abertura de Inscrições, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRT da 5ª Região, de 26/08/2013, destinado ao provimento de cargos do seu Quadro de Pessoal e em cumprimento à decisão concedida nos autos do Mandado de Segurança Nº TST-RO-000715-91.2014.5.05.0000, que integra o PROAD Nº 14517-2018, , resolve:

Informar que a vista da Prova Discursiva - Redação estará disponível durante o período recursal no site da Fundação Carlos Chagas (concursosfcc.com.br) de acordo com as instruções constantes na página do Concurso Público.

Estabelecer que o recurso referente ao Resultado da Prova Discursiva-Redação deverá ser interposto nos dias 20/12/2018 e 21/12/2018, Fundação Carlos Chagas (concursosfcc.com.br), conforme Capítulo XI do Edital de Abertura de Inscrições.

Incluir na lista de aprovados a candidata Maria Antonieta Povoas Garcez de Aguiar (Sub Judge), inscrição 0064626k, na 14ª posição da lista de candidatos com deficiência para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

MARIA DE LOURDES LINHARES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO  
DIRETORIA-GERAL  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2016. Contratada: COMPWIRE INFORMÁTICA S.A. CNPJ: 01.181.242/0004-34. Proc. nº 372/2016. Objeto: Prorrogação da vigência até 31/12/2020 e reajuste do valor mensal para R\$ 10.892,83. Fund.Legal: art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93. Nota de Empenho 2018NE000143. Signatários: Neiara São Thiago Cysne Frota, Diretora-Geral, pelo Contratante, e João Paulo Hohmann Wagnitz, pela Contratada, em 17/12/2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO  
SECRETARIA  
COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 117/2018

1º Termo Aditivo ao Contrato TRT8 nº 108/2017; Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e a empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda; Objeto: Prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 20/12/2018 e vigência até 19/12/2019; Processo nº2842/2017; Assinatura: 6 de dezembro de 2018; pelo Tribunal: a Exma. Sra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Desembargadora Presidente e, o Senhor Pedro José Boarati, pela contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 116/2018

4º Termo Aditivo ao Contrato TRT8 76/2016; Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e a empresa TOCCATO Tecnologia em Sistemas Ltda; Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato por mais 12 (doze) meses, com vigência até 05/12/2019; Processo TRT8 nº 30345/2016; Assinatura: 04 de dezembro de 2018; pelo Tribunal: a Exma. Senhora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida, Vice-Presidente, no exercício da Predidência e, o Senhor Perácio Feliciano Ferreira, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 111/2018

2º Termo Aditivo ao Contrato TRT8 nº 72/2016; Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e a empresa Ticket Soluções HDFGT S.A.; Objeto: Prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, a partir de 19/11/2018 e vigência até 18/11/2019; Processo TRT8 nº1840/2016; Assinatura: 8 de novembro de 2018; pelo Tribunal: a Exma. Sra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Desembargadora Presidente e, os Senhores Luciano Rodrigo Weiand e Diego Vitoria de Moraes, pela contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 69/2018

O TRT da 9ª Região torna público o resultado final do Pregão Eletrônico 69/2018 - Aquisição de itens diversos. Empresa Vencedora Item 15: HENRIQUE BRYAN CAVALINI MEI - CNPJ 31.162.874/0001-79. Preço Total: R\$ 6.738,66.

ALEXANDRO FURQUIM  
Pregoeiro

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2018

O TRT da 9ª Região torna público o resultado final do Pregão Eletrônico 88/2018 - Registro de preço para aquisição de toners e unidade de imagem. Empresa Vencedora Item 1: VALTEC SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI - CNPJ 31.327.945/0001-46, Preço Unitário: R\$ 465,00. Item 2: THIAGO VINICIOS ALVES ADAO - CNPJ 30.506.467/0001-79, Preço Unitário: R\$ 239,98.

ALEXANDRO FURQUIM  
Pregoeiro

DIREÇÃO-GERAL  
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2018

O TRT da 9ª Região torna público o resultado final do Pregão Eletrônico nº 62/2018, cujo objeto é fornecimento e instalação de sistema de detecção e alarme de incêndio no Fórum do Trabalho de Curitiba e edifício anexo, situados na Avenida Vicente Machado, 362, Curitiba-PR. A Ordenadora de Despesas, em 13/12/2018, homologa e adjudica o ITEM 1 do procedimento em epígrafe à PARANÁ EM REDE SISTEMAS LTDA - CNPJ nº 00.995.046/0001-98, no valor total de R\$ 515.999,99, conforme Despacho ODESP 2514/2018 e com força nos incisos V e VI, art. 8º, do Decreto nº 5.450/2005.

PATRÍCIA AIMÉE BRUEL ANTONIO  
Ordenadora de Despesa

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 75/2018

Objeto: Aquisição de solução de sinalização digital (Digital Signage). Empresa vencedora/itens/valor adjudicado: SEAL TELECOM COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LT, item 1, R\$31.677,91; item 2, R\$44.999,90; item 3, R\$16.000,00; item 4, R\$45.000,00; item 5, R\$24.000,00; item 6 ; R\$6.000,00. Brasília 18 de dezembro de 2018.

ANDERSON DOS SANTOS ALMEIDA  
Chefe do Núcleo de Licitações

(SIDECA - 18/12/2018) 080016-00001-2018NE000037

DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 18.0.000010592-5. Contrato nº 160/2018. Contratada: IMPI - Instituto de Medicina e Psicologia Integrada Ltda. Objeto: prestação de serviços aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde TRT SAÚDE. Fundamentação: Edital de Credenciamento nº 2/2018, derivado do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Vigência: enquanto perdurarem as condições de credenciamento. Cobertura Orçamentária: Recursos Próprios no Elemento de Despesa 33.90.39. Assinatura: 17/12/2018. Pelo TRT10: Flávio Kobayashi, Coordenador de Assistência ao Pessoal. Pela Credenciada: Francisca Sampaio Leão, Rep. Legal.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO Nº 52/2018

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região publica que a vencedora deste certame foi a empresa COPELLI SERV. ELET. E DIST DE LIVROS, CNPJ: 23.070.103/0001-23, com o maior percentual de 32,39%.

MELISSA THEREZA VIANEZ NASSER DE CAMPOS  
Pregoeira

(SIDECA - 18/12/2018) 080002-00011-2018NE000021





Fortaleza, 13 de Março de 2019.



À  
**GABINETE DA DIRETORIA-GERAL**

Para seguimento.

**RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 035468/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 14:17:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 2.326/2019

DESPACHO

**À SEÇÃO DE BIBLIOTECA E MEMORIAL ELEITORAL**

Para manifestação acerca da Informação SAGES nº 55/2019 (doc. PAD nº 35.243/2019), sugerindo a adequação no quantitativo do serviço a ser contratado, com vistas a redução de custos e economia de recursos públicos.

DIRETOR-GERAL



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 035683/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JARBAS MARINHO LOPES</b> <i>Assinado eletronicamente em 13/03/2019 16:03:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



## Jean Carvalho Barbosa

**De:** "Abreu, Roberto (LatAm)" <roberto.abreu@thomsonreuters.com>  
**Data:** sexta-feira, 22 de março de 2019 18:51  
**Para:** "Jean Carvalho Barbosa" <jean@tre-ce.jus.br>  
**Anexar:** NF - 34k - PRW - TRERO.pdf; NF - 32K - PRW - TRETO.pdf; NE - 36K - PRW - TREPR.pdf  
**Assunto:** RE: proposta reduzida - PROVIEW - TRE/CE

Prezado Jean, boa tarde.

Recebi o retorno de nossa Gerência sobre a solicitação enviada a nós. Conforme havia comentado no e-mail anterior, as negociações com outros órgãos públicos, que envolveram quantidades menores de usuários, somente foram possíveis devido ao perfil de pesquisa e utilização específico destes clientes e aprovação da nossa Gerência, porém, mesmo assim, o valor por usuário permaneceu o mesmo da proposta enviada ao TRE/CE, conforme o demonstrativo na tabela abaixo:

<i>Cliente</i>	<b>MPT</b>	<b>TRT4</b>	<b>TRE/CE</b>
<b>Valor do contrato</b>	R\$ 15.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 30.000,00
<b>Usuários</b>	50	70	100
<b>Valor/ano/usuário</b>	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00

Para todos os TREs no Brasil, apresentamos a mesma proposta, conforme o e-mail abaixo, pois faz parte do projeto especial, logo não temos como alterar a quantidade de usuários e os valores para um TRE em específico (isso quebraria o acordo que foi feito na reunião ocorrida no TSE em 2016). Para comprovar os valores praticados, anexei mais 03 NFs de TREs que já possuem o produto; note que os valores são um pouco superiores ao valor de R\$ 30.000,00 pois são clientes que já renovaram seus contratos conosco, onde foram aplicados os índices de reajuste de mercado.

Para que possamos avançar com a negociação, nossa Gerência aprovou então a concessão de dois benefícios exclusivos, que estão detalhados abaixo, pois temos muito interesse em fechar essa parceria com o TRE/CE:

- Durante o processo da primeira renovação contratual, não aplicaremos nenhum índice de mercado para corrigir os valores, permanecendo o mesmo valor pelo próximo período de 12 meses.**
- O TRE/CE terá direito a 02 treinamentos por ano, sendo 01 por semestre, sem custos, que poderão ser presenciais ou via webconferência.**

Jean, por favor, peço que avalie todas essas informações que estão aqui e também no e-mail abaixo e encaminhe para apreciação pelo Controle Interno, para que possamos ter uma definição, e esperamos que com êxito.

Caso necessite de mais algum detalhe, por favor me informe.

Obrigado e aguardo seu retorno.

.....  
**Roberto Bonette Abreu**

Consultor de Negócios

**Thomson Reuters**

the answer company

Office: +55 (51) 33628641

Mobile: +55 (51) 996541213

[roberto.abreu@thomsonreuters.com](mailto:roberto.abreu@thomsonreuters.com)

thomsonreuters.com.br

**Siga-nos nas redes sociais:**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 26/03/2019 14:12:41

Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

TRE



---

**From:** Abreu, Roberto (LatAm)  
**Sent:** quarta-feira, 20 de março de 2019 16:36  
**To:** 'Jean Carvalho Barbosa' <jean@tre-ce.jus.br>  
**Subject:** RE: proposta reduzida - PROVIEW - TRE/CE  
**Importance:** High

Jean, boa tarde. Obrigado pelo retorno.

Vou solicitar para nossa Gerência a avaliação do pedido e retornarei até sexta-feira.

**IMPORTANTE:** Para os TREs no Brasil, nossa Diretoria aprovou uma condição diferenciada, com valor de desconto para o chamado **Projeto Biblioteca Digital PROVIEW – TREs Brasil**, que contempla um perfil de acesso específico que é: acesso simultâneo para até 100 usuários e valor anual de R\$ 30.000,00; 01 link de acesso, personalização de usuários e atualização mensal da bse. Com este projeto trabalhamos desde 2017 junto aos TREs e já temos conseguido diversas parcerias (TRE/PR, TRE/TO, TRE/RO, TRE/MS, TRE/ES, TRE/BA, TRE/AM). Como esse é um projeto que visa atender todos os TREs no Brasil, não tenho certeza se iremos conseguir justificar a redução no escopo de atendimento (menos de 100 usuários) e, consequentemente o valor.

As negociações onde encontramos os valores menores são pontuais, e aprovados pela Gerência após avaliação criteriosa de cada caso. No caso do **TRT4** (70 acessos/R\$21.000,00), o órgão possui um número de usuários menor que 100, e possui ainda uma particularidade que é pesquisa quase que exclusiva na literatura trabalhista, que é uma das áreas do Direito onde a Editora RT tem um número menor de publicações. Já no caso do **MPT** (50 acessos/R\$15.000,00) o órgão possui aproximadamente 30 usuários apenas e o mesmo perfil de pesquisa pelas matérias trabalhistas.

Att.

.....  
**Roberto Bonette Abreu**  
Consultor de Negócios

**Thomson Reuters**  
the answer company

Office: +55 (51) 33628641  
Mobile: +55 (51) 996541213

[roberto.abreu@thomsonreuters.com](mailto:roberto.abreu@thomsonreuters.com)  
[thomsonreuters.com.br](http://thomsonreuters.com.br)

**Siga-nos nas redes sociais:**



---

**From:** Jean Carvalho Barbosa [<mailto:jean@tre-ce.jus.br>]  
**Sent:** quarta-feira, 20 de março de 2019 14:47  
**To:** Abreu, Roberto (LatAm) <[roberto.abreu@thomsonreuters.com](mailto:roberto.abreu@thomsonreuters.com)>  
**Subject:** proposta reduzida

Prezado Roberto,

Conforme já previsto por esta unidade, verifico a possibilidade de ser remetida uma proposta com

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 26/03/2019 14:12:41  
Por: JEAN CARVALHO BARBOSA

menor valor possível, diminuindo-se, inclusive, quantitativo de acessos simultâneos, conforme entendimento da unidade de controle interno deste Tribunal, que vai anexada.

Não vislumbro outra possibilidade, uma vez que foram incluídos no processo pela própria unidade de controle interno, contratações de outros órgãos públicos, nos termos apresentados pelo órgão de fiscalização e auditoria deste TRE.

No aguardo de manifestação favorável, envio votos de consideração e respeito.

Atenciosamente,



**Jean Carvalho Barbosa**  
Bibliotecário  
SEBIM  
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará  
Tel.: (85) 3453.3874

# TRE-CE



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 041017/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 26/03/2019 14:12:41</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 06Dez18 NUMERO: 2018NE001933 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070019/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA  
CN : 03985113/0001-81 FONE: 041-3330-8545 3330-8554 3330-8497  
ENDERECO : RUA JOAO PAROLIN, 224 PAROLIN  
MUNICIPIO : 7535 - CURITIBA UF: PR CEP: 80220-902

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ENDERECO : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA  
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

18IL0093 - PARANÁ - RENOVAÇÃO DE ASSINATURA DE LIVROS ELETRÔNICOS PARA SECRETA  
RIA E ZONAS ELEITORAIS DO TRE-PR / TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 93/18  
SB - 33.90.39.01 - 1G/2G / ROBERTO.ABREU@THOMSONREUTERS.COM / JNB-LI1969

CLASS : 1 14116 02122057020GP0041 084711 0127000000 339039 000000 AOSA ASSINA  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 0122252018  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: PR / 7535  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 36.000,00

TRINTA E SEIS MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 2

EMISSAO : 06Dez18 NUMERO: 2018NE001933 PROCESSO: 0122252018  
EMITENTE : 070019/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA  
CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	36.000,00
			VALOR DO SEQ. :	36.000,00

20180114SB-----

PARANÁ

RENOVAÇÃO DA ASSINATURA DE LIVROS ELETRÔNICOS - TIPO: BIBLIOTECA COMPLETA, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CONTEÚDOS EDITORIAIS JURÍDICOS SELECIONADOS ("CON-TEÚDOS"), DA EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS (RT) E FISCOSOFT - BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW, PARA ATENDER À SECRETARIA E ZONAS ELEITORAIS DO TRE-PR. ACESSO SERÁ LIBERADO PARA ATÉ 100 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS.

CÓD SIASG: 0424-3

VIGÊNCIA: 12 MESES, COM INÍCIO EM 15/12/2018 E TÉRMINO EM 14/12/2019, OU A PARTIR DO ACEITE DA NOTA DE EMPENHO, SE ESTE OCORRER EM DATA POSTERIOR. DÚVIDAS > SEÇÃO DE BIBLIOTECA, (41) 3330-8337 OU BIBLIOTECA@TRE-PR.JUS.BR, DAS 12 ÀS 19H.

DEMAIS CONDIÇÕES CONFORME TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 93/18. NO PAGAMENTO HAVERÁ RETENÇÃO DE TRIBUTOS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE

T O T A L :	36.000,00
-------------	-----------

-----  
SERGIO LUIZ M RITZMANN  
ORDENADOR

-----  
VALCIR MOMBACH  
GESTOR FINANCEIRO



## Informações de Chancela Digital

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 260397/2018, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>Valdir Mueller</b> CPF 544.574.409-49 <i>Assinado digitalmente em 06/12/2018 16:52:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIa</i>
	<b>SÉRGIO LUIZ MARANHÃO RITZMANN</b> <i>Assinado eletronicamente em 06/12/2018 18:24:18</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.





RECEBEMOS DE Editora Revista dos Tribunais Ltda OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO

DATA DE RECEBIMENTOIDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-eNº534815SÉRIE 9

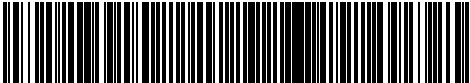
THOMSON REUTERS

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Editora Revista dos Tribunais Ltda

Rua do Bosque, 820  
Barra Funda  
São Paulo - SP - CEP: 01136000  
Fone: 1136138400 -

DANFE  
DOCUMENTO AUXILIAR  
DA NOTA FISCAL  
ELETRÔNICA  
0 - ENTRADA  
1 - SAÍDA  
1  
Nº534815  
SÉRIE 9  
FOLHA 1/ 1



CHAVE DE ACESSO  
3518 1260 5012 9300 0112 5500 9000 5348 1516 0252 2641

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz  
Autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO  
Venda produção do estabelecimento

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
103555500111

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ  
60.501.293/0001-12

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO  
135180878889335 17/12/2018 15:02:07

DESTINATÁRIO / REMETENTE  
NOME/RAZÃO SOCIAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA

CNPJ/CPF  
04.565.735/0001-13

DATA DA EMISSÃO  
17/12/2018

ENDEREÇO  
AV PRESIDENTE DUTRA 1889

BAIRRO / DISTRITO  
BAIXA UNIAO

CEP  
76805-834

DATA DA SAÍDA/ENTRADA

MUNICÍPIO  
PORTO VELHO

UF  
RO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DE SAÍDA/ENTRADA

FONE/FAX  
6932112116

INSCRIÇÃO ESTADUAL

FATURA / DUPLICATAS								
FATURA Número: 0000534815, Valor original: 34.501,54, Valor do Desconto: 0,00, Valor Líquido: 34.501,54								
Núm. Duplicata/Parcela 001	Vencimento 16/01/2019	Valor 34.501,54	Núm. Duplicata/Parcela	Vencimento	Valor	Núm. Duplicata/Parcela	Vencimento	Valor

CÁLCULO DO IMPOSTO						
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 0,00		VALOR DO ICMS 0,00		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 34.501,54
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 34.501,54	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS DADOS

RAZÃO SOCIAL  
BRASPRESS TRANSPORTES URGENTES

FRETE POR CONTA  
0 - Emitente

CÓDIGO ANTT

PLACA DO VEÍCULO

UF  
SP

CNPJ / CPF  
48.740.351/0001-65

ENDEREÇO  
ROD PRESIDENTE DUTRA KM 222 500

MUNICÍPIO

UF  
SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL  
116945108113

QUANTIDADE  
0

ESPÉCIE

MARCA

NUMERAÇÃO

PESO BRUTO  
0,000

PESO LÍQUIDO  
0,000

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇO														
COD.PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QTDE	VL. UNITÁRIO	VL. TOTAL	VL. DESCONTO	BC.ICMS	VL. ICMS	V. IPI	ALÍQ. ICMS	ALÍQ. IPI
0000000000041840333	PV RT BIBLIOTECA DIG PROVIEW ANUAL SUB - SEM GTIN	49019900	041	6101	EA	1,00	34.501,5400	34.501,54	0,00					
				</										



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 041057/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 26/03/2019 14:22:19</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 1 de Abril de 2019.

À

**DIRETORIA-GERAL**



Atendendo a despacho exarado pelo diretor-geral (doc. 035683/2019), entramos em contato com o representante comercial do grupo Thompson Reuters, para obtenção de proposta “com vistas a redução de custos e economia de recursos públicos”, em consonância à manifestação oriunda do controle interno (doc. 035243/2019), que considerou excessiva a previsão de 100 usuários simultâneos, em comparação ao universo de possíveis usuários servidores deste Tribunal.

O Tribunal é composto pela corte eleitoral, estrutura administrativa e 123 zonas eleitorais. Seu quadro funcional é formado por 1.052 servidores, entre efetivos, requisitados, removidos, sem vínculo e em exercício provisório. Além do seu corpo funcional, devemos considerar os juízes e promotores eleitorais. Fazem parte da justiça eleitoral magistrados (membros da corte, juízes e promotores eleitorais), e servidores, todos ávidos por conhecimento e informação, técnica e profissional, que venham auxiliar no desenvolvimento de suas atividades laborais.

A biblioteca é a unidade informacional institucional que procura disponibilizar a bibliografia a ser utilizada nesta aprendizagem, facilitando o acesso ao conhecimento e à informação técnica e doutrinária a todos os usuários.

A assinatura de bibliotecas digitais é uma das maneiras de oportunizar aos usuários o acesso, à distância e eletronicamente, ao que é produzido por renomados e novos autores e publicados por determinadas editoras que disponibilizam esse serviço digital.

Segundo o representante da empresa, a proposta encaminhada ao TRE-CE foi feita nos mesmos termos para todos os tribunais eleitorais, sendo que apenas alguns efetivaram a contratação (doc. 041057/2019).

Pelas razões apresentadas pela empresa (doc. 041017/2019), apesar de todos os esforços desta unidade, não foi possível reduzir o custo do serviço disponibilizado.

Ressalto a importância deste serviço de biblioteca digital, como uma ferramenta subsidiária a todos os usuários, magistrados ou servidores, que estejam na Secretaria do Tribunal ou nos cartórios eleitorais, no auxílio à execução das atividades que necessitam de informação

atualizada, sendo acessível a todos de forma simultânea e rápida.

Isto posto, encaminho o procedimento para as providências cabíveis.

**JEAN CARVALHO BARBOSA**  
SEÇÃO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA ELEITORAL



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 045501/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>JEAN CARVALHO BARBOSA</b> <i>Assinado eletronicamente em 01/04/2019 16:51:00</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 2.326/2019

DESPACHO

À PRESI,

Considerando que houve a orientação verbal da Administração anterior no sentido da prescindibilidade do serviço de assinatura de biblioteca digital, à PRESI para decidir sobre a contratação. Por oportuno, sugiro, caso a decisão seja de contratar, que haja a redução do acesso de usuários, de 100 para 50, o que importaria na redução do valor da contratação da assinatura anual.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

DIRETOR-GERAL




## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 051854/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>HUGO PEREIRA FILHO</b> <i>Assinado eletronicamente em 10/04/2019 12:59:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
PRESIDÊNCIA

PAD nº 42/2019

DESPACHO

R. h.

Compulsando o expediente, entendo que a aquisição do serviço de assinatura anual da *Biblioteca Digital Proview* se mostra oportuna e conveniente para o interesse deste Regional.

Acolho, ainda, a proposta de redução do acesso de usuários apresentada pela Diretoria-Geral, no documento PAD n.º 51.854/2019.

Encaminhe-se à Diretoria-Geral, a quem compete decidir acerca da autorização da contratação em comento, na qualidade de ordenador de despesas por delegação.

Fortaleza/CE, data registrada no sistema.

**Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo**  
Presidente





## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 057898/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO</b> <i>Assinado eletronicamente em 29/04/2019 16:53:13</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Fortaleza, 20 de Maio de 2019.

**À**  
**ASSESSORIA DA DIRETORIA-GERAL**

providências.

**HUGO PEREIRA FILHO**  
DIRETORIA-GERAL



**INFORMAÇÃO DA ASDIR**

Sr(a). Diretor(a)-Geral,



Trata-se, em suma, da contratação de para prestação de serviço de aplicativo que permite armazenamento, leitura e consulta do ProView Thomson Reuters – Biblioteca Digital Proview, da empresa Thomson Reuters Global Resources em formato eletrônico, conforme certificado pela ASSESPRO – Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, pelo período de 12 (doze) meses.

A Seção de Licitações manifestou-se favorável à contratação do referido serviço fundamentado no art. 25, caput da Lei n.º 8.666/93 (doc. n.º 027260/2019), condicionada à existência de saldo orçamentário, uma vez que configurada a inviabilidade de competição, em razão empresa Editora Revista dos Tribunais única distribuidora e revendedora com exclusividade no Brasil, dos produtos da empresa THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES, e dentre eles o produto ProView Thomson Reuters – Biblioteca Digital Proview que o TRE-CE almeja contratar.

É o breve relato.

De início, importante destacar o que preceitua o art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, *verbis*:


*“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição”.*

Por fim, essa informação segue o padrão adotado pela Portaria Diger n.º 295/2018, que determina a utilização das listas de verificação da Advocacia-Geral da União para atuação desta Assessoria Jurídica na fase interna dos processos licitatórios, conforme tabela que se segue:

<b>ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS</b>	<b>SIM / NÃO</b>	<b>OBS.</b>
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 e Portaria Interministerial n. 1.677/2015 - DOU de 08.10.2015, Seção 1, pg.31 ou da Portaria Normativa nº 1.243, de 21.09.2006, do Ministério da Defesa)?	SIM	PAD n.º 2326/2019
2. Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente? Acórdão 254/2004-Segunda Câmara-TCU	SIM	Doc. PAD n.º 109120/2019
2.1. Há justificativa fundamentada dos quantitativos (bens/serviços) requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do almoxarifado e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?	SIM	Doc. PAD n.º 019143/2019
2.2. Há manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados no procedimento licitatório (TCU, Ac. 2.380/2012-2ª Câmara)? Link: <a href="#">Guia Nacional de Licitações Sustentáveis</a>	NÃO	Desnecessário por se tratar de uma modalidade eletrônica.
3. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?	SIM	Doc. PAD n.º 019143/2019
4. Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?	SIM	Doc. PAD nº 019151/2019



5. A administração averiguou a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, I, da Lei n 8.666/93? (Orientação Normativa AGU n° 16, de 1° de abril de 2009)	SIM	Doc. PAD n° 019151/2019 Documento emitido com certificação digital
6. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (arts. 6°, IX, 7°, § 2°, I, e § 9°, Lei 8.666/93)?	SIM	Doc. PAD n.º 019143/2019 - Termo de Referência
6.1. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc.019143/2019
7. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6°, X e 7° II e § 9°, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7°, §§ 1° e 9°, Lei 8.666/93)?	NÃO	Não se aplica
8. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, art. 26, Lei nº 8.666/93)?	SIM	Docs. PAD n.º 019120/2019
12. Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93)?	SIM	Doc. PAD n.º 019120/2019
15. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?	SIM	Doc. PAD nº 028057/2019
16. Constan as seguintes comprovações/declarações: a) de regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66); b) de regularidade com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988); c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - art. 2º, Lei 9.012/95); d) de consulta ao CADIN (inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/02, STF, ADI n. 1454/DF); e) de regularidade trabalhista (Lei 12.440/11); f) declaração de cumprimento aos termos da Lei 9.854/99; e g) verificação de eventual proibição para contratar com a Administração? <b>São sistemas de consulta de registro de penalidades:</b> (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ( <a href="http://www.portaltransparencia.gov.br">http://www.portaltransparencia.gov.br</a> ); (b) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União ( <a href="http://portal2.tcu.gov.br">http://portal2.tcu.gov.br</a> ); (c) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF; (d) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN; e (d) Conselho Nacional de Justiça - CNJ ( <a href="http://www.cnj.jus.br">http://www.cnj.jus.br</a> ).	SIM	<b>Renovar a certidão do FGTS</b>
18. Foi juntada a minuta de termo de contrato, se for o caso.19.	Não se aplica	
19. Consta observação da SCI?	SIM	<b>Ressalva quanto ao número de acessos, por</b>

 <b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL REGIONAL</b> <b>ELEITORAL DO CEARÁ</b> <b>DIRETORIA - GERAL</b>	<b>ANÁLISE E</b> <b>INEXIGIBILIDADE DE</b> <b>LICITAÇÃO (art. 25, caput,</b> <b>da Lei n.º 8.666/1993)</b>	Proc. PAD n.º 2326/2019
--	---	-------------------------

	<b>seriam contratados em</b> <b>face do número de</b> <b>servidores.</b>
--	--

Sem maiores delongas, esta Assessoria, considerando que o produto que se pretende adquirir em razão de sua distribuição exclusiva comprovada pela empresa Revista dos Tribunais, entende que a presente contratação é caracterizada pela inviabilidade e, portanto, pode ser efetivada de forma direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do rt. 25, caput, da Lei 8666/9 ontra-se justificada uma vez que no doc. 019120/2019, explica a SEBIJ que a contratação: *...“ beneficiando **todos os magistrados e servidores em efetivo exercício na Justiça Eleitoral Cearense** e, em especial , os Cartórios Eleitorais do Interior do Estado, contribuindo com a facilitação e realização de pesquisas e estudos, sem a necessidade de deslocamentos”,* também foi efetuada uma comparação que reflete na vantajosidade da contratação quando explica a SEBIJ que : *...“ Para exemplo de comparação, caso o Tribunal adquirisse 1 exemplar da publicação Código de Processo Civil Comentado - 17ª Edição, de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery , para cada uma das 109 Zonas Eleitorais do estado, o investimento total seria da ordem de R\$ 49.268,00, ultrapassando o valor da assinatura proposta.”* isto para citar somente o CPC sendo que serão disponibilizadas inúmeras obras para consulta na biblioteca. Dessa maneira, neste aspecto, entendemos, s.m.j., que a área técnica fez uma mensuração razoável na relação nº de servidores e magistrados e o número de licenças [aprox. 1200] X nº de licenças [100], ou seja 1 licença para cada 12 servidores e magistrados. Com o indicador financeiro teríamos R\$ 2500 reais/mês para o serviço de 100 acessos, ou 25 reais/mês por cada acesso, e se considerar aproximadamente 1200 servidores e magistrados o custo por servidor/mês seria aproximadamente R\$ 2,08 para ter os 100 acessos disponíveis. Obviamente que o serviço não será acessado todos os dias e a todo momento, de modo que considerando a utilidade do serviço – conforme justifica a SEBIJ – vê-se como razoável a sua contratação, podendo haver ajustes em contratações futuras.

À consideração superior.

Fortaleza (CE), data registrada no sistema.

Mauro Ângelo Cardoso Paz [assinatura no sistema]  
Assessor/ASDIR  
Mat. n.º 87030



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 072594/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>MAURO ANGELO CARDOSO PAZ</b> <i>Assinado eletronicamente em 20/05/2019 17:38:14</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
DIRETORIA-GERAL

Processo PAD n.º 2326/2019

DESPACHO

R. h.

Trata-se, em síntese, de expediente relativo à contratação de 100 licenças de uso da Biblioteca Digital Proview, um custo anual de R\$ 30.000,00 reais, ou R\$ 2.500,00 reais por mês.

A utilidade do serviço, já existente em outros Tribunais, é demonstrada pela EJE/SEBJ no doc. 019120/2019, no entanto a SAGES/SCI questiona o quantitativo de licenças proposto [100 licenças].

A Coordenadoria de Licitações (COLIC) e a Assessoria da Diretoria-Geral (ASDIR) opinaram pela contratação direta com esteio na Lei 8666/93, tendo sido informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) a alocação de recursos.

Em relação ao questionamento sobre o excesso no quantitativo de licenças, observo a ressalva da ASDIR que indica a existência da justificativa técnica pela SEBJ/EJE, conforme o doc. 019120, na qual inclusive relata que o serviço será disponibilizado para todos os servidores e magistrados, capital e interior, o que totaliza aproximadamente 1200 servidores. Também aponta, como comparação, que caso fossem ser adquiridos CPCs Comentados para cada uma das 109 Zonas – somente um dos serviços disponíveis na biblioteca - seria gasto R\$ 49.000,00 reais, valor bem superior a um ano da presente proposta de contratação. Cita a ASDIR também que dividindo-se o custo pelo total de servidores o custo fica em R\$ 25,00 por servidor/ano ou R\$ 2,08/mês.

Dessa maneira, sobre essa questão abordada pela SAGES/SCI, vejo que houve critério razoável na proposta, considerando o número de servidores/magistrados [aprox.1200] e o número de Zonas Eleitorais [109], além dos benefícios com a assinatura de legislação atualizada e comentada para consulta dos operadores do direito no TRE-CE.

Assim, verificando-se estar o procedimento em consonância com as disposições da Lei Complementar n.º 101/00, visto que presente a estimativa do impacto orçamentário-financeiro (art.16, I e § 2º), bem como estando a despesa adequada aos limites do orçamento anual deste Tribunal (art.16, II e § 1º, I), além de compatível com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (art.16, II e § 1º, II), e, ainda, observada a conveniência e oportunidade da administração, **autorizo** a contratação, na qualidade de ordenador(a) de despesas por delegação (Portaria n.º 169/2019), por meio de inexigibilidade, com amparo no art. 25, *caput*, da Lei n.º 8.666/93, adotando, como razões de decidir, as manifestações prestadas pela SELIC, SOF e ASDIR, *ex vi* art. 50, §1º, da Lei n.º 9.784/99, **devendo a contratada apresentar a certidão regularizada do FGTS**.

À COLIC, para as providências cabíveis.

Juntada a minuta encaminhe-se à Diger para assinatura e remessa para emissão do empenho [SOF] e, em seguida, publicação do extrato de inexigibilidade pela COLIC.

Fortaleza(CE), data registrada no sistema.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
DIRETORIA-GERAL

Diretor-Geral [assinatura no sistema]






## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 073382/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>HUGO PEREIRA FILHO</b> <i>Assinado eletronicamente em 21/05/2019 16:48:21</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

**PRESIDÊNCIA****Atos da Presidência****Atos Diversos****ATO Nº 7/2019**

O Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da decisão (doc. PAD n.º 66.545/2019) proferida nos autos do Procedimento Administrativo Digital n.º 3.694/2019, publicada no Diário da Justiça Eletrônico n.º 86, de 14/5/2019, páginas 2 a 4,

**RESOLVE** aposentar, por invalidez, o servidor ZEMILSON BATISTA DE MEDEIROS, matrícula nº 13875, CPF nº 378.962.613-91, nomeado para exercer o cargo da Categoria Funcional de Analista de Sistemas, Classe “D”, Padrão IV, NS, Código TRE-PRO-1601, do Grupo Processamento de Dados – PRO – 1600, em vaga criada pela Lei n.º 8.868, de 14/4/1994. O servidor atualmente é ocupante do cargo de Analista Judiciário, Classe C, Padrão 13, da Área de Atividade Apoio Especializado, Área de Especialidade-Análise de Sistemas, do Quadro Permanente deste Tribunal, regido pela Lei n.º 11.416/2006, com redação alterada pela Lei n.º 13.317/2016. O fundamento da aposentadoria do servidor se consubstancia no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, combinado com o artigo 1º da Emenda Constitucional n.º 70/2012, que estabeleceu critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, com proventos integrais calculados com base na última remuneração do cargo efetivo e revistos na mesma proporção e mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

O servidor também fará jus às seguintes vantagens: **a)** Adicional por Tempo de Serviço (Anuênios), no percentual de 9% (nove por cento), concessão nos procedimentos administrativos nºs MA 95014103-Classe XII e MA nº 11205-Classe 20-Protocolo n.º 7.321/2005, em razão da contagem de tempo de contribuição de dias trabalhados na Caixa Econômica Federal-CEF; **b)** Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ\_140%), regulamentada pelo artigo 13 da Lei n.º 11.416/2006, alterado pela Lei n.º 13.317/2016; **c)** Adicional de Qualificação (AQ), no percentual de 10% (dez por cento), conforme dispõe o artigo 15, inciso II, da Lei n.º 11.416/2006; **e)** 4/5 (quatro ‘quintos’) de FC-5, transformados em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), nos termos do artigo 15, §1º, da Lei n.º 9.527/1997(1).

A Junta Médica (doc. PAD n.º 47.131/2019\_Laudo n.º 11/2019) deste Tribunal expôs que o servidor se encontra “permanentemente inapto para o exercício do cargo de Analista Judiciário e inválido para o exercício de suas funções e outras correlatas”. A doença diagnosticada está inserida no rol das doenças graves, contagiosas ou incuráveis do artigo 186, inciso I e § 1º, da Lei n.º 8.112/1990, e está especificada no artigo 6º, inciso XIV, da Lei n.º 7.713/1988, combinado com o artigo 35, inciso II, ‘b’, do Decreto n.º 9.580/2018, para fins de isenção do imposto de renda, devendo o servidor ser submetido a reavaliações médicas a cada 2 (dois) anos, a contar da data de publicação do ato concessivo, tendo em vista o disposto no artigo 16 da Portaria TRE/CE n.º 323/2013.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

Fortaleza, 21 de maio de 2019.

**Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo**

**PRESIDENTE**

Nota de rodapé

(1) **Lei n.º 9.527/1997 – Art. 15.** *Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei n.º 8.911, de 11 de julho de 1994.*

**§1º** *A importância paga em razão da incorporação a que se refere este artigo passa a constituir, a partir de 11 de novembro de 1997, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais. [...]*

**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL**

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

**DIRETORIA GERAL****Atos do Diretor Geral****Atos Diversos****EXTRATO DE CESSÃO DE URNAS****CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

Processo PAD n.º 7.843/2019. Espécie: Contrato de Cessão de Urnas n.º 59/2019. Cedente: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Cessionária: AMÊNDOAS DO BRASIL LTDA. Objeto: Cessão de 2 (duas) Urnas Eletrônicas e equipamentos técnicos e acessórios necessários à sua utilização, bem como de pessoal especializado para acompanhar todo o processo de eleição de Membro da Cipa, a realizar-se no dia 31 de maio a 01 de junho de 2019. **Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**  
TSE n.º 22.685/08 e na Portaria n.º 424/2019. Data: 22/05/2019. Em: 24/05/2019 08:38:06  
Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

**HUGO PEREIRA FILHO**

**DIRETOR-GERAL DO TRE/CE**

---

**EXTRATO DE CESSÃO DE URNAS****CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

Processo PAD n.º 7.765/2019. Espécie: Contrato de Cessão de Urnas n.º 56/2019. Cedente: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Cessionária: ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DONA JÚLIA ALVES PESSOA. Objeto: Cessão de 5 (cinco) Urnas Eletrônicas e equipamentos técnicos e acessórios necessários à sua utilização, bem como de pessoal especializado para acompanhar todo o processo de eleição de Grêmio Estudantil, a realizar-se no dia 27 de maio de 2019. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93 e Resolução do TSE n.º 22.685/08 e na Portaria n.º 424/2019. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO****DIRETOR-GERAL DO TRE/CE**

---

**EXTRATO DE CESSÃO DE URNAS****CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

Processo PAD n.º 7.676/2019. Espécie: Contrato de Cessão de Urnas n.º 55/2019. Cedente: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Cessionária: ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL ALDEMIR MARTINS. Objeto: Cessão de 7 (sete) Urnas Eletrônicas e equipamentos técnicos e acessórios necessários à sua utilização, bem como de pessoal especializado para acompanhar todo o processo de eleição de Conselheiro, a realizar-se no dia 07 de junho de 2019. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93 e Resolução do TSE n.º 22.685/08 e na Portaria n.º 424/2019. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO****DIRETOR-GERAL DO TRE/CE**

---

**EXTRATO DE CESSÃO DE URNAS****CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

Processo PAD n.º 6.085/2019. Espécie: Contrato de Cessão de Urnas n.º 52/2019. Cedente: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Cessionária: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH FILIAL CEARÁ. Objeto: Cessão de 3 (três) Urnas Eletrônicas e equipamentos técnicos e acessórios necessários à sua utilização, bem como de pessoal especializado para acompanhar todo o processo de eleição de Membro da Cipa, a realizar-se nos dias 25, 26 e 27 de junho de 2019. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, Resolução do TSE n.º 22.685/08 e na Portaria n.º 424/2019. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO****DIRETOR-GERAL DO TRE/CE**

---

**EXTRATO DE CESSÃO DE URNAS****CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

Processo PAD n.º 6.087/2019. Espécie: Contrato de Cessão de Urnas n.º 54/2019. Cedente: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Cessionária: M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS – UNIDADE GME. Objeto: Cessão de 2 (duas) Urnas Eletrônicas e equipamentos técnicos e acessórios necessários à sua utilização, bem como de pessoal especializado para acompanhar todo o processo de eleição de Membro da Cipa, a realizar-se nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2019. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, Resolução do TSE n.º 22.685/08 e na Portaria n.º 424/2019. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO****DIRETOR-GERAL DO TRE/CE**

---

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo PAD n.º 4.030/2019. Espécie: Contrato n.º 22/2019. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e KENTA INFORMÁTICA S/A. Objeto: Prestação de serviços técnicos e atualizações de 7 (sete) Licenças de Uso – Módulos, Gravação e Transcrição do software utilizado para o gerenciamento do áudio das sessões do TRE/CE. Fundamento Legal: art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93 e nas determinações da Lei 8.666/1993 e suas alterações. Assina pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Carlos Antenor Barrios. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO****DIRETOR-GERAL**

---

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo PAD n.º 4.270/2019. Espécie: Contrato n.º 24/2019. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e LOCABOX – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - EIRELI. Objeto: Eventual locação de módulos habitáveis, tipo escritório, pelo período de 13/4/2019 a 13/5/2020, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico 74/2018 e seus anexos. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico 74/2018, conforme a Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 5.450/2005 e nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações. Assina pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Juliana Santiago Silva. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO****DIRETOR-GERAL****Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 24/05/2019 08:38:06

Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

**TRE**

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo PAD n.º 20.678/2018. Espécie: Contrato n.º 23/2019. Partes: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ e PROTEMAXI SEGURANÇA PATRIMONIAL ARMADA EIRELI. Objeto: Prestação de serviços de vigilância presencial patrimonial armada e desarmada, segurança pessoal privada armada e vigilância para monitoramento eletrônico nas unidades da Justiça Eleitoral do Estado do Ceará, conforme especificações do edital do Pregão Eletrônico nº 11/2019 e do Termo de Referência. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico 11/2019, conforme a Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 5.450/2005, nas determinações da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Resolução nº 169/2013, CNJ e Resolução nº 23.234/2010. Assina pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e pela contratada, Paulo César Baltazar Viana Filho. Data: 22/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO**  
**DIRETOR-GERAL**

**SECRETARIA JUDICIÁRIA****Processo Judicial Eletrônico****Despachos, Decisões e Acórdãos****Processo 0602044-39.2018.6.06.0000**

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602044-39.2018.6.06.0000

ORIGEM: FORTALEZA/CE

RELATOR: JUIZ TIAGO ASFOR ROCHA LIMA

REQUERENTE: EDSON BEZERRA DA COSTA

ADVOGADOS: FRANCISCO JOSÉ SABINO SÁ, DEODATO JOSÉ RAMALHO JÚNIOR

EMENTA: ELEIÇÃO 2018. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA. CANDIDATO. DEPUTADO FEDERAL. RECURSOS DO FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA - FEFC. DESPESAS. NÃO COMPROVAÇÃO. UTILIZAÇÃO. INDEVIDA. VERBA PÚBLICA. IRREGULARIDADE INSANÁVEL. RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.553/2017. CONTAS DESAPROVADAS. RECOLHIMENTO AO TESOURO NACIONAL. DETERMINAÇÃO.

1 –O Fundo Especial de Financiamento de Campanha - FEFC, modalidade de financiamento público de campanha, foi uma das inovações legislativas introduzidas pelas Leis nºs 13.487/2017 e 13.488/2017.

2 –Na espécie, o então candidato sacou o total de R\$ 4.001,50 (quatro mil e um reais e cinquenta centavos) da conta aberta para movimento dos recursos a título de FEFC. Porém, até a entrega das contas de campanha o prestador não registrou a espécie de despesa, não a comprovou, bem assim não apresentou documento de recolhimento do numerário à Conta Única do Tesouro Nacional.

3 –A irregularidade demonstrada na hipótese é grave, não somente pelo desconhecimento do destino do valor empregado pelo candidato, mas também porque o importe tem natureza pública. Destarte, tal circunstância reveste-se de falha grave que, além de não apresentar a transparência que as contas de campanha devem espelhar, implicou a desobediência a vários princípios constitucionais como a probidade, a moralidade e a legalidade.

4 –Contas julgadas desaprovadas, com determinação de recolhimento ao Tesouro Nacional do valor utilizado pelo candidato, assim como da remessa de cópia dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral.

ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, por unanimidade, em desaprovar as contas, nos termos do voto do(a) Relator(a). Fortaleza, 20/05/2019. **JUIZ(A) TIAGO ASFOR ROCHA LIMA.**

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602044-39.2018.6.06.0000

ORIGEM: FORTALEZA/CE

RELATOR: JUIZ TIAGO ASFOR ROCHA LIMA

REQUERENTE: EDSON BEZERRA DA COSTA

ADVOGADOS: FRANCISCO JOSÉ SABINO SÁ, DEODATO JOSÉ RAMALHO JÚNIOR

RELATÓRIO

Tratam os autos de Prestação de Contas de Campanha de EDSON BEZERRA DA COSTA, concorrente ao cargo eletivo de Deputado Federal nas eleições de 2018, apresentada à luz das regras estabelecidas pela Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, e pela Resolução-TSE nº 23.553/2017.

As contas finais foram prestadas em 08/11/2018, com os documentos acostados ao feito (ID 371427 e 371477).

Publicado edital (ID 501777), em 14/11/2018, não foi apresentada impugnação em desfavor da prestação de contas, de acordo com certidão (ID 729727).

A Secretaria de Controle Interno exarou parecer preliminar para expedição de diligência (ID 1069777), elencando irregularidades na prestação de contas.

O prestador foi intimado (ID 1094027) em 13/12/2018, entretanto, não se manifestou, conforme certidão acostada ao feito (ID 1204527).

No Parecer Conclusivo (ID 1463577), a Secretaria de Controle Interno opinou pela desaprovação das contas, porquanto, além de não terem sido apresentados extratos bancários da conta para movimento do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, não foram trazidos aos autos documentos fiscais para a comprovação dos gastos realizados, bem como não justificou a divergência das informações registradas neste feito com o constado nos autos.

Em parecer (ID 1854877), a Procuradoria Regional Eleitoral pugnou pela devida aprovação das contas. É o relatório adotado.

Fortaleza-CE, 20 de maio de 2019.

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 24/05/2019 08:38:06

Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

TRE



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 075209/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 24/05/2019 08:38:06</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 24 de Maio de 2019.



À  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Para juntar certidão regularizada do FGTS.

**GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS**  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 075244/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 24/05/2019 09:00:47</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

IMPRIMIR

VOLTAR



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 60501293/0001-12

**Razão Social:** EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA

**Endereço:** R DO BOSQUE 820 / BARRA FUNDA / SAO PAULO / SP / 1136-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 14/05/2019 a 12/06/2019

**Certificação Número:** 2019051402214260685403

Informação obtida em 24/05/2019, às 09:49:41.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 24/05/2019 09:51:10

Por: ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ

TRE





## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 075357/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ</b> <i>Assinado eletronicamente em 24/05/2019 09:51:10</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 24 de Maio de 2019.



À  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Para providências.

**ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ**  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 075358/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>ANDREIA VASCONCELOS TOMAZ</b> <i>Assinado eletronicamente em 24/05/2019 09:51:34</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 24 de Maio de 2019.

À

**SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**



Para emissão do empenho.

**GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS**  
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 075362/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 24/05/2019 09:54:35</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

## N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 24Mai19 NUMERO: 2019NE000413 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA  
EMITENTE : 070007/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA  
CN : 06026531/0001-30 FONE: (085) 3453-3830  
ENDERECO : RUA JAIME BENEVOLO 21 - CENTRO FORTALEZA/CEARÁ  
MUNICIPIO : 1389 - FORTALEZA UF: CE CEP: 60050-080

CREDOR : 60501293/0001-12 - EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA  
ENDERECO : DO BOSQUE 820 BARRA FUNDA  
MUNICIPIO : 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01136-000

TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

2019NECT - ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW, PARA ATENDER à JUSTIÇA ELEITORAL DO CEARÁ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA DOC.PAD Nº 19143/2019.

CLASS : 1 14106 02122057020GP0023 084573 01000000000 339039 000000 AOSA ASSINA  
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE  
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: PAD 2326/2019  
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP / 7107  
ORIGEM DO MATERIAL :  
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 30.000,00

TRINTA MIL REAIS\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*  
\*\*\*\*\*

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO:	30.000,00
			VALOR DO SEQ. :	30.000,00

ASSINATURA ANUAL DA BIBLIOTECA DIGITAL PROVIEW, PARA ATENDER À JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DO CEARÁ. ACESSO PARA ATÉ 100 USUÁRIOS SIMULTÂNEOS.QUANTIDADE DE LIVROS: BIBLIOTECA COMPLETA.VIGÊNCIA DA ASSINATURA: 12 MESES A PARTIR DA LIBERAÇÃO DO ACESSO AO PRODUTO. DEMAIS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (DOC. PAD Nº 19143/2019).

T O T A L : 30.000,00

-----  
HUGO PEREIRA FILHO  
ORDENADOR

-----  
IBERÊ COMIN NUNES  
GESTOR FINANCEIRO





## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 075563/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>IBERE COMIN NUNES</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 14:49:51</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>HUGO PEREIRA FILHO</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 19:20:56</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Maio de 2019.



À  
**SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ÀS GESTÕES  
ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS**

Para análise do empenhamento efetuado.

**IBERE COMIN NUNES**  
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS






## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 076146/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>IBERE COMIN NUNES</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 14:50:36</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



**Tribunal Regional Eleitoral do Ceará**  
**Secretaria de Controle Interno**  
**Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação à Gestão**  
**Seção de Acompanhamento e Orientação às Gestões Administrativas e de Recursos Humanos**



**ANÁLISE DA NOTA DE EMPENHO**

**PAD nº 2326/2019** – Assinatura anual da biblioteca digital *proview*, para atender à Justiça Eleitoral do Ceará, conforme autorização do Diretor-Geral constante no doc. PAD nº 73382/2019.

- **2019NE000413 – EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA** (CNPJ 60.501.293/0001-12)

ITEM	QUESITO	SIM	NÃO	Não se aplica	OBS.
01	A ARP está vigente?			x	
02	A data da emissão da NE é igual ou posterior à publicação da ARP ou contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	x			
03	O CNPJ do fornecedor está de acordo com o do vencedor do item?			x	
04	A despesa foi alocada no Programa de Trabalho correto?	x			
05	A despesa foi alocada no Plano Interno correto?	x			
06	O tipo da NE (ordinário, global ou estimativo) está de acordo com a solicitação?	x			
07	A despesa foi alocada na natureza de despesa correta?	x			
08	A quantidade do bem informada na NE está de acordo com o previsto no Edital de Licitação, Termo de Referência ou solicitação do setor?			x	
09	A descrição do bem/serviço na NE está de acordo com a ARP, Edital de Licitação ou descrição do setor solicitante?	x			
10	O valor do bem/serviço está de acordo com a ARP, Termo de Adjudicação do PE, Proposta de Preços, contrato ou autorização do Ordenador de Despesa?	x			
11	A regularidade fiscal do fornecedor está atualizada ?	x			

**OBSERVAÇÃO**

- Registra-se que o Diário da Justiça Eletrônico anexado aos autos (Ano 2019, número 094, páginas 3, 4 e 5) não consta a publicação do extrato da inexigibilidade.

**Considerando os quesitos analisados, e a observação acima, encaminha-se a nota de empenho para deliberação do Ordenador de Despesas deste TRE-CE, sem prejuízo de o presente procedimento ser submetido a exame ulterior em sede de auditoria interna por esta unidade de controle.**

Analisada em 27/05/2019

*(Assinado Eletronicamente)*

**Lívia Maria Nogueira de Castro Chaves**

*Chefe da SAGES em exercício*

De acordo

*(Assinado Eletronicamente)*

**José Hermínio Pinho Neto**

*Coordenador da COGES*

De acordo

*(Assinado Eletronicamente)*

**Rodrigo Ribeiro Cavalcante**

*Secretário de Controle Interno*



# Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 076521/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>LIVIA MARIA NOGUEIRA CASTRO CHAVES</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 18:07:22</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>JOSE HERMINIO PINHO NETO</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 18:20:44</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
	<b>RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 18:27:04</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Maio de 2019.



À  
**GABINETE DA DIRETORIA-GERAL**

Para seguimento.

**RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE**  
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 076545/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 18:27:32</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	--

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



Fortaleza, 27 de Maio de 2019.



À  
**COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Ref. PAD 2.326/2019.

Assinada a nota de empenho.

Para as devidas providências.

**HUGO PEREIRA FILHO**  
DIRETORIA-GERAL




## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 076583/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<p><b>HUGO PEREIRA FILHO</b> <i>Assinado eletronicamente em 27/05/2019 19:21:42</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i></p>
---	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO  
DIRETORIA-GERAL  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

P.A.: 0002445-34.2019.4.04.8000. CONTRATANTE: TRF 4ª Região. CONTRATADA: Espaço Ética - Serviços de Palestras, Ensino, Capacitação e Assessoria. OBJETO: Contratação de palestra com o Professor Doutor Clóvis de Barros Filho. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso II, combinado com o artigo 13, inciso VI, da Lei 8.666/1993. PREÇO TOTAL: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais). RECONHECIMENTO: Márcio Bernardes Jardim, Diretor Administrativo e RATIFICAÇÃO: Magda Lucia Scheunemann Cidade, Diretora Geral. DATA: 22.04.2019.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO  
DIRETORIA-GERAL  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO PAD n.º 3.572/2019. OBJETO: Curso Mapeamento de Processos com utilização da ferramenta Bizzagi. FAVORECIDO: Escola de Negócios Conexões Educação Empresarial Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, II, c/c o art. 13, VI, da Lei n.º 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.33.90.39.48. Ação 02.122.0570.20GP.0029. VALOR: R\$ 34.800,00. RATIFICAÇÃO: Raimundo de Campos Vieira, em 22/04/2019.

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato nº06/2019. Contratante: TRF5ªR. Contratada: CLARO S/A. CNPJ nº40.4 32.544/0001-47. Objeto: Rescindir antecipadamente, o Termo Contratual assinado em 25/01/2019 tombado sob o nº 06/2019, cujo o objeto é a contratação de serviço interligação entre os prédios das Seções Judiciárias da 5ª Região com utilização de tecnologia MPLS. Fundamento Legal: PAV nº0000603-82.2019.4.05.7000-TRF5ªR. Art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, em conformidade com o disposto no item 7.3. da Cláusula 17ª do Contrato. Assinatura: 01/04/2019. Assinam: Fábio Rodrigo de Paiva Henriques, Diretor Geral-TRF 5ª Região, e Geraldo José de Vasconcelos Vilar e Camília Souto Barbosa Siqueira Ramos, ambos representantes da Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços de condução de veículos. Contratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Contratado: LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. CNPJ: 00.482.840/0001-38. Resumo do Objeto: Prorrogação da vigência contratual e registro do novo valor total do contrato. Novo prazo de vigência: 14/06/2019 a 13/06/2020. Novo valor total: R\$ 3.243.703,82, sendo R\$ 626.565,64 executados em 2017, R\$ 1.100.100, 47 executados em 2018, R\$ 1.028.717,67 estimados para 2019 e R\$ 488.320,04 para 2020. Fundamentação Legal: art. 57, II e 58, I, da Lei nº 8.666/93. Data da Assinatura: 02/04/2019. Processo: 29.986/2018.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 12/2018, para execução indireta de prestação de serviços. PARTES: União, através do TRE-AP e a empresa C. R. S. C. MACEDO EPP (INTERFACE INFORMÁTICA). Objeto: Altera a Cláusula Sexta do instrumento principal, para fins de prorrogação do Contrato por mais 12 (doze) meses, para o período de 10.05.2019 a 09.05.2020. DATA DE ASSINATURA: em 22/04/2019. Signatários: Desembargador Rommel Araújo de Oliveira, Presidente do TRE/AP, e Charles Roberto Silva de Carvalho Macedo, representante da contratada.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 011/2019, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa APAG FIRE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO LTDA-ME. OBJETO: Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de extintores de incêndio. VALOR: R\$ 27.596,76. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e Pregão nº 06/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.33.90.39.17; Ação 02.122.0570.20GP.0029. PAD: 8769/2018. VIGÊNCIA: 24 meses, a contar da data de assinatura. ASSINATURA: 22/04/2019. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA e o Sr. Robson de Jesus Santos, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2019, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA para eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores de ar para veículos. FUNDAMENTO LEGAL: Leis n.º 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 7.892/13 e 5.450/2005; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: 3033/2017. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua publicação na Imprensa Oficial. ASSINATURA: 22/04/2019. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e o Sr. Luiz Renato Gonsales, pelo Fornecedor.

Item	Especificação	Qtd. Total Estimada	Preço Unitário
1.	Câmara de ar 1000x20, Marca/Modelo: Fabricação Própria	14	R\$ 75,60
3.	Pneu para veículo automotor 1000/20 - radial. Marca/Modelo: Goodride/CR942	18	R\$ 1.450,00
4.	Pneu para veículo automotor 255/70 - R16 índice de carga: 111H.. Marca/Modelo: X-BRI/FORZA HT 2	8	R\$ 430,00
5.	Pneu para veículo automotor 205/55 - R16. Marca/Modelo: X-BRI/ECOLOGY	16	R\$ 250,00
6.	Pneu para veículo automotor 195/70 - R15.. Marca/Modelo: X-BRI/CARGOPLUS	8	R\$ 320,00
10.	Pneu para veículo automotor 195/65 R15. Marca/Modelo: X-BRI/ECOLOGY	20	R\$ 220,10
12.	Pneu para veículo automotor 185/ 65 R15 .Marca/Modelo: X-BRI/ECOLOGY	16	R\$ 220,00

AVISO DE PENALIDADE

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, torna público que aplicou à empresa RMR SERVIÇOS, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA EIRELI, CNPJ nº 17.365.464/0001-02, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com base na condição 16.1, alínea "a", do Edital do Pregão Eletrônico nº 02/2017, e no art. 5º, inciso III, da Portaria da Presidência nº 455/2016. PAD nº 13827/2018 Autos com vista franqueada aos interessados.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ  
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: 2º Termo aditivo ao Contrato N.º 314/2018 celebrado com a empresa ACESSO SERVICE LTDA. Objeto: Inclusão de itens referentes aos serviços de construção de escada metálica, reforma de banheiros no pavimento térreo e construção de antecâmaras, consoante o art. 65, inciso I, "a", da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, c/c item "m" da cláusula sexta do Contrato n.º 314/2018 e na decisão contida no PAD n.º 4.780/2019. Assina: pelo TRE/CE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral. Data: 15/04/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

EXTRATO DE RESCISÃO

Distratante: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo. Distratado: JOVELINO ALVARENGA DE MOURA. CPF: 226.784.094-91. Objeto: Termo de rescisão do Contrato de locação de imóvel não residencial que abriga o Cartório da 43ª ZE, Marataizes/ES, firmado em 04 de dezembro de 2015, com efeitos a partir de 02/04/2019. Fundamento legal: art. 79, II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Nona do Contrato. Processo: 3.723/2019. Data da assinatura do Termo: 21/03/2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2019 - UASG 70023

Nº Processo: PAD 9432/2018. Objeto: Contratação de serviço continuado de Secretário(a) Recepcionista (CBO 4221-05), conforme especificações constantes do Anexo I do Edital (Termo de Referência).. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 23/04/2019 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Cívica, 300 - Centro, - Goiânia/GO ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70023-5-00009-2019](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70023-5-00009-2019). Entrega das Propostas: a partir de 23/04/2019 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 06/05/2019 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

CRISTINA TOKARSKI PERSIUN  
Secretária de Administração e Orçamento

(SIASGnet - 22/04/2019) 70023-00001-2019NE000039

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
SECRETARIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
SEÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

N.º: 2019NE000291. Data de emissão: 15/04/2019. Espécie: Empenho de despesa. Processo Administrativo Digital n.º 5028/2018. Objeto: Serviços de adesivação. (ARP 19/2018). Valor: R\$ 382,80. Credor: Colortech Engenharia e Serviços Ltda. (CNPJ: 06087085/0001-73).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO  
COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No Extrato dos Termos de Credenciamentos nº 02 a 05/2019, publicados no DOU nº 33 Seção 3, de 15/02/2019, no corpo do Extrato, onde se lê: "Vigência: 60 meses"; leia-se: "Vigência: 2 (dois) anos".

Cuiabá-MT, 22 de abril de 2019.  
VERA ANA OLIVEIRA DE ARAÚJO  
Analista Judiciário

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2019

PAe nº 3347/2018. Pregão Eletrônico nº 03/2019. Objeto: Registro de Preços - material de consumo. Tipo: Híbrido. Edital: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e <http://www.tre-mt.jus.br/transparencia/licitacoes>, a partir de 24/04/2019. Informações: (65)3362-8164. Sessão Pública de lances - Comprasnet: 09/05/2019, às 10h00 (horário de Brasília-DF).

Cuiabá-MT, 22 de abril de 2019.  
SANDRO GONÇALVES DELGADO  
Pregoeiro

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura para promover a execução do remanescente de obra da construção do prédio que abrigará o Cartório da 03ª ZE, em Cassilândia/MS - Proc. Adm. n.º 0000077-62.2019. Valor estimado: R\$ 770.988,06. ENTREGA DOS ENVELOPES: até 10/MAIO/2019, às 13 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: 10/MAIO/2019, às 13 horas e 01 minuto. O Edital completo poderá ser obtido gratuitamente através de download no sítio do TRE/MS na internet, [www.tre-ms.gov.br](http://www.tre-ms.gov.br).

HARDY WADSCHMIDT  
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 23/05/2019 14:40:55  
Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

Processo nº  
FAGUNDES 01  
de cabines p  
02.122.0570.20GP.0031; NE: 2019NE001022; Fundamento Legal: Art. 24, inciso II da Lei



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 074626/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 23/05/2019 14:40:55</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

**PRESIDÊNCIA****Atos da Presidência****Atos Diversos****EXTRATO DE CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS****CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS**

Processo PAD n.º 3.827/2019. Espécie: Contrato de Cessão de Urnas n.º 58/2019. Cedente: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Cessionária: UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. Objeto: Cessão de 39 (trinta e nove) Urnas Eletrônicas e equipamentos técnicos e acessórios necessários à sua utilização, bem como de pessoal especializado para acompanhar todo o processo de eleição de Reitor e Vice-Reitor, a realizar-se no dia 27 de maio de 2019. Fundamento Legal: Lei n.º 8.666/93, Resolução do TSE n.º 22.685/08 e na Portaria n.º 424/2019. Data: 21/05/2019.

**DES, HAROLDO CORREIRA DE OLIVEIRA MÁXIMO**

**PRESIDENTE DO TRE/CE**

**CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL****Atos do Corregedor****Provimentos****Provimento nº 9/2019**

**Aprova o calendário de correições e inspeções para o segundo semestre de 2019.**

O **DESEMBARGADOR INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO**, CORREGEDOR REGIONAL ELEITORAL, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos II, III, V, VIII a XI e XIV a XVI do Regimento Interno deste Tribunal, CONSIDERANDO a necessidade de elaboração de um calendário para fins de planejamento das atividades correcionais; CONSIDERANDO que as inspeções e correições têm caráter eminentemente pedagógico, visando a orientar juízes e servidores, de forma a assegurar a correta aplicação dos princípios e normas e, outrossim, coletar sugestões e reclamações para o aprimoramento da prestação jurisdicional eleitoral; CONSIDERANDO, finalmente, o que dispõem as Resoluções TSE nº 21.372 e 21.538, ambas de 2003, bem como a Resolução TRE/CE nº 225/03, que regulamentam a matéria;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica aprovado o calendário de correições e inspeções para o segundo semestre de 2019, que será cumprido na seguinte ordem:

<b>CALENDÁRIO DE CORREIÇÕES E INSPEÇÕES – 2º SEMESTRE - 2019</b>				
<b>VI CICLO</b>				
<b>JULHO – Dias 15 a 19</b>				
<b>ZONA</b>	<b>SEDE</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>MODALIDADE</b>
68ª	Araripe	15.07.2019	10:00	Inspeção
18ª	Assaré	16.07.2019	10:00	Inspeção
53ª	Nova Olinda	17.07.2019	09:00	Inspeção
31ª	Barbalha	18.07.2019	09:00	Inspeção
28ª	Juazeiro do Norte	19.07.2019	09:00	Inspeção
<b>VII CICLO</b>				
<b>AGOSTO – Dias 19 a 23</b>				
<b>ZONA</b>	<b>SEDE</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>MODALIDADE</b>
49ª	Pacajus	19.08.2019	09:00	Inspeção
1ª	Fortaleza	20.08.2019	09:00	Inspeção
2ª	Fortaleza	20.08.2019	09:00	Inspeção
3ª	Fortaleza	21.08.2019	09:00	Inspeção
83ª	Fortaleza	21.08.2019	09:00	Inspeção
82ª	Fortaleza	22.08.2019	09:00	Inspeção
94ª	Fortaleza	22.08.2019	09:00	Inspeção
112ª	Fortaleza	23.08.2019	09:00	Inspeção
113ª	Fortaleza	23.08.2019	09:00	Inspeção

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 23/05/2019 14:42:59

Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

VIII CICLO				
SETEMBRO – Dias 02 a 06				
ZONA	SEDE	DATA	HORÁRIO	MODALIDADE
64 <sup>a</sup>	Coreaú	02.09.2019	09:00	Inspeção
79 <sup>a</sup>	Reriutaba	03.09.2019	09:00	Inspeção
74 <sup>a</sup>	Guaraciaba do Norte	04.09.2019	09:00	Inspeção
22 <sup>a</sup>	São Benedito	05.09.2019	09:00	Inspeção
73 <sup>a</sup>	Ibiapina	06.09.2019	09:00	Inspeção
IX CICLO				
OUTUBRO – Dias 01 a 04				
ZONA	SEDE	DATA	HORÁRIO	MODALIDADE
114 <sup>a</sup>	Fortaleza	01.10.2019	09:00	Inspeção
115 <sup>a</sup>	Fortaleza	01.10.2019	09:00	Inspeção
117 <sup>a</sup>	Fortaleza	02.10.2019	09:00	Inspeção
118 <sup>a</sup>	Fortaleza	02.10.2019	09:00	Inspeção
80 <sup>a</sup>	Fortaleza	03.10.2019	09:00	Inspeção
85 <sup>a</sup>	Fortaleza	03.10.2019	09:00	Inspeção
93 <sup>a</sup>	Fortaleza	04.10.2019	09:00	Inspeção
95 <sup>a</sup>	Fortaleza	04.10.2019	09:00	Inspeção
X CICLO				
NOVEMBRO – Dias 04 A 08				
ZONA	SEDE	DATA	HORÁRIO	MODALIDADE
96 <sup>a</sup>	Bela Cruz	04.11.2019	09:00	Inspeção
30 <sup>a</sup>	Acaraú	05.11.2019	09:00	Inspeção
98 <sup>a</sup>	Itarema	06.11.2019	09:00	Inspeção
89 <sup>a</sup>	Amontada	07.11.2019	09:00	Inspeção
97 <sup>a</sup>	Trairi	08.11.2019	09:00	Inspeção

Parágrafo único. A critério do Corregedor Regional Eleitoral, o presente calendário poderá ser alterado, acrescentando-se ou suprimindo-se as correições e inspeções, e, bem assim, o horário do início das atividades.

Art. 2º Com o fito de agilizar os trabalhos inspecionais e antecipar providências para solução de problemas, caso seja viável, a Corregedoria encaminhará à zona eleitoral questionário prévio por meio eletrônico, a ser respondido e enviado à CRE até 10 (dez) dias antes da data marcada para a inspeção.

Art. 3º. Os juizes das zonas eleitorais listadas no artigo 1º deverão, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a contar da data programada para o início dos trabalhos, realizar as comunicações pertinentes aos respectivos representantes do Ministério Público, presidentes das subseccionais da OAB, representantes da Defensoria Pública da União, onde houver, e aos Diretórios Municipais dos Partidos Políticos vigentes.

§ 1º. No mesmo prazo do *caput*, deverá o juiz dar ampla publicidade à data da realização da correição ou inspeção, oficiando, para tanto, rádios e outros meios de comunicação da região, quando houver.

§ 2º. As providências descritas neste artigo ficarão a cargo da Diretoria do Fórum, nos casos em que a inspeção ou correição recair em duas ou mais zonas eleitorais de um mesmo município.

Art. 4º. É obrigatória a presença do Juiz Eleitoral e do Chefe de Cartório, na data da correição ou da inspeção.

Parágrafo único. Eventuais ausências deverão ser previamente justificadas e devidamente autorizadas pelo Corregedor Regional Eleitoral.

Art. 5º. Os cartórios eleitorais auditados ficarão responsáveis pela digitalização dos termos de inspeção ou correição lavrados, e a consequente criação dos documentos respectivos no Sistema de Processo Administrativo Digital - PAD.

Parágrafo único. O documento PAD de que trata o *caput* deverá ter, como descrição, "Termo de Inspeção da XXXª Zona Eleitoral", e será enviado/comunicado à Seção de Orientação Inspeções e Correições Eleitorais – SEOCE desta Corregedoria.

Art. 6º. O Juízo Eleitoral deverá encaminhar ao Corregedor relatório acerca da inspeção ou correição realizada, no prazo especificado no Termo de Inspeção, por meio de documento PAD enviado/comunicado à SEOCE, com a descrição "Relatório de Inspeção da XXXª Zona Eleitoral".

Parágrafo único. O relatório previsto no *caput* informará as providências adotadas para sanar as falhas eventualmente detectadas durante a inspeção ou correição.

Art. 7º. Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Fortaleza, 21 de Maio de 2019.

**Desembargador Inácio de Alencar Cortez Neto**

**Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006**

Em: 23/05/2019 14:42:59

Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

**DIRETORIA GERAL****Atos do Diretor Geral****Avisos****ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO DE SESSÕES DO PLENO - JUNHO / 2019**

Para ciência dos interessados, torno público que o T.R.E. do Ceará, alterou o calendário de sessões e realizará, no mês de **JUNHO DE 2019**, sessões ordinárias nos seguintes dias e horários:

2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
Dia 10 17h	Dia 11 17h	Dia 12 17h		
Dia 17 17h	Dia 18 17h	Dia 19 17h		
Dia 24 17h	Dia 25 17h			

**FORTALEZA, 21 DE MAIO DE 2019.**

**HUGO PEREIRA FILHO**

**Diretor-Geral**

**Atos Diversos****EXTRATO DE TERMO ADITIVO****TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato N.º 329/2018 celebrado com FRANCISCO BEZERRA DA SILVA. Objeto: visa prorrogar o Contrato por 12 (doze) meses, a partir de 1º de novembro de 2019. O valor mensal contratado será reajustado de acordo com o IGP-M acumulado nos últimos doze meses divulgado para o mês de setembro/2019, conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato mediante Termo de Apostilamento. Fundamento: art. 62, § 3º, inciso I, e na autorização contida no PAD n.º 7.488/2019. Assinam, pelo TRE, Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE, e Francisco Bezerra da Silva. DATA: 21/05/2019

**HUGO PEREIRA FILHO**

**DIRETOR-GERAL**

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO****HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 22/19**

Pregão Eletrônico n.º 22/19. Processo n.º 16.215/2018. Objeto: Procedimento destinado à aquisição de suprimento para informática. Homologado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE/CE. Data: 20/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO**

**DIRETOR-GERAL**

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE**

Inexigibilidade. Objeto: expediente relativo à contratação de 100 (cem) licenças de uso da Biblioteca Digital Proview. Contratada: THOMSON REUTERS GLOBAL RESOURCES. Valor: R\$ 30.000,00. Fundamento: art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93 e Processo PAD n.º 2.326/2019. Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral do TRE-CE. Data: 21/05/2019.

**HUGO PEREIRA FILHO**

**DIRETOR-GERAL**

**EXTRATO DE AVISO DE PENALIDADE****AVISO DE PENALIDADE**

HUGO PEREIRA FILHO, Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, no uso de sua competência atribuída pela Portaria n.º 581/2017, FAZ SABER que foi aplicada a penalidade de multa em razão da não entrega de 50 (cinquenta) cópias de documentos em formato digital, conforme art. 50, §1º, da Lei nº 9.784/99, bem como no PAD N.º 18.854/2018. Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006  
Em: 23/05/2019 14:42:59  
Por: GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS

**HUGO PEREIRA FILHO**



## Informações de Chancela Digital

---

As páginas anteriores a esta correspondem ao documento eletrônico nº 074630/2019, registrado no sistema PAD (Processo Administrativo Digital) do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Este documento eletrônico foi assinado por:

	<b>GIOVANNA LUNA ARAUJO VINHAS</b> <i>Assinado eletronicamente em 23/05/2019 14:42:59</i> <i>Lei 11.419/2006, art. 1º, § 2º, IIIb</i>
--	---

O documento eletrônico original pode ser obtido junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.